

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS**  
**FACULDADE DE LETRAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E LINGUÍSTICA**

**JULIANA TEREZA DE SOUZA LIMA ARAÚJO**

**O ENTRECruzAMENTO DE SENTIDOS DE DOCÊNCIA,  
APOSENTADORIA E VELHICE NOS DISCURSOS DE PROFESSORES  
UNIVERSITÁRIOS APOSENTADOS**

**MACEIÓ**

**2014**

**JULIANA TEREZA DE SOUZA LIMA ARAÚJO**

**O ENTRECruzAMENTO DE SENTIDOS DE DOCÊNCIA,  
APOSENTADORIA E VELHICE NOS DISCURSOS DE PROFESSORES  
UNIVERSITÁRIOS APOSENTADOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, da Universidade Federal de Alagoas, como exigência parcial para obtenção do grau de Mestre em Linguística.

Orientador: Prof. Dr. Helson Flávio da Silva  
Sobrinho

**MACEIÓ**

**2014**

**Catálogo na fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca Central**  
**Divisão de Tratamento Técnico**  
**Bibliotecária Responsável: Maria Auxiliadora G. da Cunha**

A663e Lima-Araújo, Juliana Tereza de Souza.  
O entrecruzamento de sentidos de docência, aposentadoria e velhice nos discursos de professores universitários aposentados / Juliana Tereza de Souza Lima Araújo. – 2014.  
92 f.

Orientador: Helson Flávio da Silva Sobrinho.  
Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística: Linguística) –  
Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Letras. Programa de Pós-  
Graduação em Letras e Linguística. Maceió, 2014.

Bibliografia: f. 87-92.

1. Discurso. 2. Docência. 3. Aposentadoria. 4. Velhice. I. Título.

CDU: 81'322.5

## TERMO DE APROVAÇÃO

JULIANA TEREZA DE SOUZA LIMA ARAÚJO

Título do trabalho: "O ENTRECruzAMENTO DE SENTIDOS DE DOCÊNCIA, APOSENTADORIA E VELHICE NOS DISCURSOS DE PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS APOSENTADOS"

Dissertação aprovada como requisito para obtenção do grau de MESTRA em LINGUÍSTICA, pelo Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Alagoas, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:



Prof. Dr. Helson Flávio da Silva Sobrinho (PPGLL/UFAL)

Examinadores:



Profa. Dra. Maria do Socorro Aguiar de Oliveira Cavalcante (PPGLL/UFAL)



Profa. Dra. Lídia Marinho da Pureza Ramires (UFAL/Campus do Sertão)

Maceió, 24 de fevereiro de 2014.

A Deus, razão do meu viver.  
À Cristina, minha Tia-Avó (*In memoriam*).  
Com ela, comecei, desde criança, a desvelar  
os sentidos da Velhice.

## AGRADECIMENTOS

À Divina Trindade, pela vida e sabedoria concedidas a mim.

Ao Paulo, meu esposo, que, com amor e companheirismo, tem me dado forças, em vários momentos, para enfrentar e superar as dificuldades que surgem no árduo processo de pesquisa e escrita.

Ao Pedro, meu sobrinho amado, cujo sorriso é capaz de acabar com qualquer tristeza.

À toda minha família, especialmente, à minha avó, Sebastiana, pelos ensinamentos e cuidados.

Ao Professor Dr. Helson Sobrinho, por acreditar neste projeto e orientar minha pesquisa.

À Professora Dra. Belmira Magalhães, pelas suas observações contribuições na banca de qualificação.

À Professora Dra. Socorro Aguiar, pela participação cuidadosa tanto na banca de qualificação, quanto banca de defesa deste trabalho.

À Professora Dra. Lídia Ramires, por participar da banca de defesa, e por ter contribuído diretamente para a realização desta pesquisa.

À coordenação da Associação de Docentes da Universidade Federal de Alagoas (ADUFAL), pela recepção e apoio ao meu trabalho de pesquisa.

Aos professores aposentados, sujeitos da pesquisa, cujos discursos possibilitaram a realização deste trabalho.

Ao CNPq, pelo financiamento da pesquisa.

Aos queridos amigos e amigas que, perto ou longe, estão torcendo e orando por mim.

Aos amigos e professores do PPGLL, especialmente aos integrantes do Grupo de Estudos Discurso e Ontologia (GEDON), pelo convívio e pelas discussões nas salas de aulas e nos corredores da Faculdade de Letras.

Aos que direta e/ou indiretamente contribuíram para a realização desta pesquisa.

*O momento de uma descoberta tem  
fundamentalmente a ver com o  
desequilíbrio de uma certeza.*

Michel Pécheux (1988, p.303)

## RESUMO

Esta dissertação analisa, à luz da Análise do Discurso de linha francesa, os efeitos de sentidos de docência, aposentadoria e velhice nos discursos de professores universitários aposentados, trabalhando, assim, na relação do simbólico com o histórico, com o político e com o ideológico. O *corpus* desta pesquisa foi construído a partir de entrevistas realizadas com professores aposentados da Universidade Federal de Alagoas. Para realizarmos as análises, trilhamos um percurso teórico embasado em autores como Pêcheux (1988a, 1988b, 1997, 2008, 2011), Orlandi (2012a, 2012b, 2004, 2001), Beauvoir (1990) e Silva Sobrinho (2007), buscando, assim, compreender as condições de produção da aposentadoria e da velhice na sociedade brasileira que atuam nos discursos dos docentes aposentados entrevistados. Em nosso gesto de interpretação, analisamos como os sentidos de docência, aposentadoria e velhice vão sendo construídos a partir das contraditórias relações históricas da sociedade brasileira, regida pela luta de classes. Desse modo, encontramos, no percurso analítico, sentidos que significam a docência como um ato de transmissão de conhecimento, um meio de formar e preparar cidadãos para o mercado de trabalho. A aposentadoria e a velhice são vistas pelos interlocutores como etapas de libertação do trabalho docente, de realização pessoal e de felicidade, mas também como momentos de inatividade, de improdutividade. Esse complexo e dinâmico movimento do dizer faz da produção de sentidos um processo, essencialmente, paradoxal e contraditório, assim como as relações sociais nas quais os discursos são engendrados.

Palavras-chave: Discurso. Docência. Aposentadoria. Velhice.



## RESUMEN

Esta tesis, analiza, a la luz de un análisis del discurso de la línea francesa, los efectos de los sentidos de jubilación y vejez en algunos discursos de profesores universitarios jubilados, trabajando, en relación con el símbolo histórico, político e ideológico. El *corpus* de esta investigación fue construido desde las entrevistas realizadas con cinco profesores jubilados de la Universidad Federal de Alagoas. Para realizar los análisis, hicimos un recorrido teórico, basado en autores como Pêcheux (1988a, 1988b, 1997, 2008), Orlandi (2012a, 2012b, 2004, 2001) Beauvoir (1990) y Silva Sobrinho (2007, 2010), buscando comprender las condiciones en que ocurrieron la jubilación y vejez en la sociedad brasileña, que actúan en los discursos de los maestros jubilados entrevistados. A nuestro modo de interpretación, analizamos como los sentidos de docencia, jubilación y vejez van siendo construidos a partir de las contradictorias relaciones históricas de la sociedad brasileña, regida por la lucha de clases. Encontramos sentidos que hacen que la docencia tenga significado de acto de transmisión de conocimiento un modo de preparar ciudadanos para el mercado de trabajo. La jubilación y la vejez son vistas por los interlocutores como etapas de liberación del trabajo, de realización personal y de felicidad; así que la vejez y la jubilación son comprendidas como momentos de ociosidad, de improductividad. Ese complejo y dinámico movimiento del decir hace de la producción de sentidos un proceso, esencialmente paradójico y contradictorio, así como las relaciones sociales en las cuales los discursos son generados.

Palabras-clave: Discurso.Docencia.Jubilación.Vejez.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>2</b>	<b>HISTÓRIA, IDEOLOGIA E SUJEITO: TRILHANDO CAMINHOS NA TEORIA MATERIALISTA DOS PROCESSOS DISCURSIVOS .....</b>	<b>12</b>
<b>2.1</b>	<b>Discurso, língua e a produção de sentidos .....</b>	<b>15</b>
<b>2.2</b>	<b>Condições de Produção do Discurso: as bases sócio-históricas das práticas discursivas.....</b>	<b>18</b>
<b>2.3</b>	<b>Formação Ideológica, Formação Discursiva e Interdiscurso .....</b>	<b>22</b>
<b>2.4</b>	<b>O sujeito na Análise do Discurso .....</b>	<b>29</b>
<b>3</b>	<b>PROCESSOS HISTÓRICOS E PRODUÇÃO DE SENTIDOS: VELHICE, APOSENTADORIA E DOCÊNCIA .....</b>	<b>32</b>
<b>3.1</b>	<b>A constituição da velhice: um percurso histórico .....</b>	<b>33</b>
<b>3.2</b>	<b>Velhice e aposentadoria no Estado Brasileiro .....</b>	<b>40</b>
<b>3.3</b>	<b>A docência e sua constituição histórica na sociedade brasileira .....</b>	<b>46</b>
<b>4</b>	<b>EFEITOS DE SENTIDOS DE DOCÊNCIA, APOSENTADORIA E VELHICE NOS DISCURSOS DE PROFESSORES/AS UNIVERSITÁRIOS/AS APOSENTADOS/AS .....</b>	<b>52</b>
<b>4.1</b>	<b>“Ser professor é...”: a (re)produção de sentidos nos discursos dos docentes universitários aposentados .....</b>	<b>54</b>
<b>4.2</b>	<b>Aposentadoria e velhice: o entrecruzamento dos dizeres na produção de sentidos.....</b>	<b>63</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>84</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>87</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Os discursos sobre a docência, a aposentadoria e a velhice são alicerçados nas práticas históricas da sociedade brasileira, constituída pela luta de classes. Por isso, a nosso ver, para entendê-los, é necessário que assumamos uma posição crítica frente à linguagem, visto que as palavras e as expressões empregadas cotidianamente não têm sentidos próprios, pois são produzidas no jogo das posições ideológicas assumidas pelos sujeitos em um determinado momento histórico (PÊCHEUX, 1988).

Assim, é importante compreender que a docência, a aposentadoria e a velhice vêm sendo significadas recorrentemente no Estado brasileiro, sobretudo a partir da década de 90 do século passado, na qual se buscou implementar o ideário político neoliberal, e na primeira década do século XXI, marcada pelo crescimento demográfico<sup>1</sup> da população idosa e pelas transformações no mundo do trabalho.

A discussão sobre tais sentidos perpassa todos os âmbitos da sociedade, principalmente, o jurídico, com a elaboração de políticas públicas, e o midiático, que produz discursos que circulam na sociedade brasileira, apresentando “novos” perfis dos trabalhadores aposentados que vivenciam a chamada Terceira Idade.

Observamos que a questão da velhice ainda é pouco discutida no âmbito acadêmico, sobretudo nos estudos em Análise do Discurso, o que reflete, de certo modo, a exclusão social vivenciada pela maioria dos idosos no Brasil. Isso também é evidenciado nos estudos sobre a docência, pois são voltados, em sua maioria, para a formação inicial e continuada dos docentes, excluindo dessa discussão os professores aposentados.

Diante disso, temos como objetivo, analisar os discursos sobre docência, aposentadoria e velhice, que são materializados nas falas de professores universitários aposentados. A análise discursiva dessas três categorias sociais nos permitirá ter uma maior compreensão da constituição do sujeito professor aposentado, bem como dos sentidos produzidos em seus dizeres.

A nosso ver, trabalho, aposentadoria e velhice estão imbricadas num processo de entrecruzamento de sentidos, haja vista que, nos discursos dos professores, a significação da aposentadoria é intrinsecamente ligada ao trabalho docente. Concomitantemente, falar em aposentadoria é também tratar da velhice, já que a constituição histórica da aposentadoria está estreitamente ligada à velhice, como um momento de inatividade e improdutividade; além

---

<sup>1</sup> Dados do IBGE mostram que a população brasileira é constituída, atualmente, por 23 milhões de idosos, sendo que 20 milhões deles são aposentados.

disso, todos os docentes aqui entrevistados pertencem ao que, institucionalmente, se entende por Terceira Idade.

Ressaltamos ainda que nosso interesse em analisar os discursos de professores aposentados provém também das reflexões que realizamos na graduação em Letras na Universidade Federal de Alagoas, acerca da docência no Discurso Oficial das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Letras, e da pesquisa desenvolvida no Programa Inicial de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC-CNPq), cujo objetivo foi compreender os discursos sobre a velhice que circulam no espaço midiático e suas constitutivas determinações históricas na sociedade capitalista.

Percebemos, assim, a necessidade de desenvolver um estudo que apresentasse uma reflexão sobre a docência na aposentadoria e na velhice, vivenciada por sujeitos históricos que, em seus discursos, respondem à sociedade, pois compreendemos que existem diferentes formas de velhice, determinadas pelo lugar social onde os sujeitos estão inseridos.

Para alcançar nosso objetivo, analisar os discursos sobre docência, aposentadoria e velhice, construímos o *corpus* a partir de entrevistas com docentes aposentados da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), todos com mais de 60 anos de idade e filiados à Associação de Docentes da UFAL (ADUFAL).

Do ponto de vista teórico-metodológico, filiamo-nos a Análise do Discurso (AD), iniciada pelo filósofo marxista-leninista Michel Pêcheux, em 1969, na França; corrente que trabalha com/na relação complexa e contraditória entre história, ideologia e língua, buscando compreender os processos discursivos enquanto práticas sociais, engendrados e determinados historicamente.

Na perspectiva da AD, a linguagem é a mediação entre os homens e a realidade posta, assim, o discurso é uma prática social, resultante das relações entre sujeitos com posições ideológicas em uma determinada conjuntura histórica, sendo, portanto, efeitos de sentidos entre interlocutores (PÊCHEUX, 1969). Não há, desse modo, práticas discursivas neutras, pois são produzidas por e para sujeitos que ocupam determinados lugares sociais.

Esta dissertação está organizada em outras três sessões, além desta introdução e das considerações finais, nas quais buscaremos expor o caminho que percorremos em nossa pesquisa. Na segunda seção, tratamos dos pressupostos teórico-metodológicos da Análise do Discurso pecheutiana. Nesse momento refletimos, principalmente, sobre as noções de discurso, língua, condições de produção, formação ideológica, formação discursiva, interdiscurso e sujeito.

Na terceira seção, refletimos sobre as condições históricas de produção dos discursos dos docentes aposentados, buscando compreender como os sentidos de velhice, aposentadoria e docência foram e vêm sendo construídos e naturalizados historicamente. Nessa etapa, retomamos autores que refletem, cada um com a especificidade de sua temática, sobre a velhice, a aposentadoria e a docência.

Procedemos, na quarta seção, à análise das sequências discursivas (SD), recortadas dos discursos de professores universitários aposentados sobre docência, aposentadoria e velhice. Nesse momento, buscamos compreender, ao mobilizarmos o dispositivo teórico-analítico, construído na segunda seção, os efeitos de sentido produzidos pelos discursos, relacionando-os às condições materiais de produção da formação social vigente.

Dessa forma, buscamos, a partir de nosso gesto de interpretação, compreender o processo de produção de sentidos nos discursos dos professores universitários aposentados, desvelando o real sócio-histórico, cujas contradições se materializam nas práticas discursivas produzidas por sujeitos inseridos numa determinada conjuntura, que, nesse caso, refere-se à sociedade brasileira contemporânea, uma sociedade de classes, pois, como afirma Beauvoir (1990, p.17), “a luta de classes determina a maneira pela qual um homem é surpreendido pela velhice”.

## 2 HISTÓRIA, IDEOLOGIA E SUJEITO: TRILHANDO CAMINHOS NA TEORIA MATERIALISTA DOS PROCESSOS DISCURSIVOS

*Toda descrição [...] está intrinsecamente exposta ao equívoco da língua: todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro[...]. Todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo a interpretação. É nesse espaço que pretende trabalhar a análise de discurso.*

Michel Pêcheux (2008, p.53)

A citação acima foi recortada do livro “O discurso: estrutura ou acontecimento”, o último texto de Michel Pêcheux, apresentado em julho de 1983, na Conferência “Marxismo e Interpretação da Cultura: limites, fronteiras e restrições”, na Universidade de *Illinois Urbana-Champaign*, nos Estados Unidos. No trecho aqui apresentado, encontramos o princípio norteador da Análise do Discurso: considerar que os sentidos sempre podem ser outros, pois os discursos são produzidos por diferentes sujeitos, com diferentes intenções e posições, em diferentes contextos históricos. É nesse espaço de produção de sentidos, de equívocos, falhas e contradições que a AD trabalha, buscando compreender os efeitos de sentidos produzidos pelos enunciados num determinado momento histórico de uma formação social.

Diante disso, filiamo-nos teórica e metodologicamente à Análise do Discurso de vertente francesa (AD), iniciada no final dos anos 60, por Michel Pêcheux, um filósofo marxista-leninista, que, preocupado com a prática teórica e política<sup>2</sup> das Ciências Humanas e Sociais, toma o discurso – efeitos de sentidos entre sujeitos concretos – como objeto de estudo, e instaura uma nova forma de trabalhar com língua, história e ideologia questionando as evidências de sentido e o modo de se interpretar textos.

---

<sup>2</sup> Ao lermos os textos de Michel Pêcheux precisamos compreender o pensamento político que permeia cada reflexão, pois, como afirma Orlandi (2011, p. 11-12): “O político – e mesmo a política – não lhe vem por acréscimo. É constitutivo de seu pensamento. Essa é sem dúvida uma qualidade marcante da sua autoria”.

Na introdução do livro *Les Vérités de La Palice* (1975)<sup>3</sup>, momento em que são explicitadas as condições de produção da obra e do estudo nela proposto, Pêcheux explica que seu objetivo, ao reunir um grupo de intelectuais dispostos a estudar as práticas linguísticas em sua concretude sócio-histórica, era questionar as evidências fundadoras da semântica, entendida por ele como ponto nodal da Linguística – remetendo aí sua ligação com as Ciências Sociais, especialmente, com o Materialismo Histórico e com a Filosofia – para, assim, elaborar as bases de uma “teoria materialista dos processos discursivos”.

Pêcheux propunha relacionar, “colocar em presença”, a Linguística e a Filosofia; e para trilhar esse caminho o filósofo caracterizou as três principais tendências linguísticas de sua época – a tendência formalista logicista, representada pelo gerativismo chomskyano; a tendência histórica, ligada aos trabalhos de W. Labov; e a linguística da fala, com pesquisas como as de Benveniste e Jakobson – afirmando que seu objetivo não era o de criar uma nova (quarta) tendência, que teria a pretensão de resolver as contradições presentes entre as teorias apresentadas, mas “contribuir para o desenvolvimento dessa contradição sobre uma base material no interior do materialismo histórico” (PÊCHEUX, 1988a, p.22).

Na busca de desenvolver uma posição materialista em relação aos processos discursivos, Pêcheux explica que “os elementos científicos (ainda em estado embrionário) que propomos para a análise desses processos serão designados aqui sob o nome de Teoria do Discurso” (1988a, p.32), cuja especificidade incide sobre a questão da produção dos conhecimentos científicos e a da prática política.

Tal posicionamento revela que Pêcheux, ao tratar das questões científicas, refletia, dialeticamente, sobre a prática política, pois para esse professor-filósofo-cientista-militante – como Silva Sobrinho (2011) se refere a Pêcheux – são os homens que produzem em sociedade seus conhecimentos. Sendo assim,

a história da produção dos conhecimentos não está acima ou separada da história da luta de classes, como o ‘bom lado’ da história se oporia ao ‘mau lado’: essa história está inscrita, com sua especificidade, na história da luta de classes”. Isso implica que a produção histórica de um conhecimento científico dado não poderia ser pensada como uma ‘inovação nas mentalidades’ [...], mas como o efeito e a parte de um processo histórico

---

<sup>3</sup> Traduzido para o português pela analista de discurso Eni Orlandi, em 1988, com o título “Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio”, a obra é, segundo Malidier (2003, p. 37), “é o grande livro de Michel Pêcheux. Ele apresenta o estado mais acabado da teoria. Silva Sobrinho (2007, p. 33) explica que escolha do referido título se deu “devido à dificuldade de traduzir como *As verdades de La Palice*. Esse personagem da literatura francesa é citado por Pêcheux quando, de modo crítico e humorístico, o autor diz que *La Palice* seria o patrono dos semanticistas, uma vez que os semanticistas teorizam como *La Palice* sobre coisas óbvias”. Para esses semanticistas, as palavras têm sentidos próprios é num espécie de “máquina de classificar” que começa a operar o efeito de evidência, tanto dos sentidos como dos sujeitos (Cf. PÊCHEUX, 1988a, p. 30).

determinado, em última instância pela própria produção econômica (PÊCHEUX, 1988a, p.190).

Para compor o quadro de seu projeto teórico-político, o filósofo marxista-leninista estabelece, num primeiro momento de seus estudos, interlocuções com o Materialismo Histórico, com a Linguística e com a Teoria do Discurso, todas articuladas e atravessadas por uma teoria da subjetividade de natureza psicanalítica (PÊCHEUX/FUCHS, 1997a). Ao articular essas disciplinas, Pêcheux não propõe uma junção de conceitos, que, assim, formariam o dispositivo teórico da AD. Ao contrário, há, nessa interlocução, encontros, mas também desencontros, interrogações, ressignificações e rupturas.

É na contradição de cada um desses campos do saber que o referido autor constrói o alicerce de seu projeto teórico-político, instaurando a AD, como uma disciplina de entremeio, cuja principal característica é uma permanente discussão de seus pressupostos, pois, como afirma Orlandi (2012a, p. 11, grifo do autor), a AD afasta-se de

relações hierarquizadas, ou instrumentalizadas, ou aplicações. Trata-se da transversalidade de disciplinas pensadas como, segundo M. Pêcheux (1969), **empréstimos que se usam como metáforas**, o nosso contexto científico. Nem sobredeterminação, nem instrumentalização, nem aplicação. Uma relação metafórica, ressignificação, como a que se dá quando se toma discursivamente a não transparência do sujeito, a não transparência da língua, a não transparência da história.

É, pois, no trabalho crítico com a Linguística, com o Materialismo Histórico e com a Psicanálise que a AD problematiza a leitura e a produção de sentidos, inaugurando um objeto próprio de estudo: o discurso, cuja natureza radicalmente social permite pensar na dinâmica relação existente entre sujeito, história, ideologia, inconsciente e língua. É desse modo que a AD “não pretende se instituir em especialista da interpretação dominando ‘o’ sentido dos textos, mas somente construir procedimentos expondo o olhar-leitor a níveis opacos à ação estratégica de um sujeito” (PÊCHEUX, 2011a, p.291).

Dessa forma, a AD busca compreender os mecanismos de determinação histórica dos processos discursivos, e a forma como eles produzem sentidos para e por sujeitos inseridos numa sociedade caracterizada pela luta de classes. É essa via que pretendemos seguir ao analisarmos os efeitos de sentidos produzidos nos discursos de professores universitários aposentados sobre docência, aposentadoria e velhice, refletindo, simultaneamente, acerca da constituição dos sujeitos e dos sentidos na sociedade brasileira.

Para alcançarmos esse intento, construiremos, nesta seção, nosso dispositivo teórico, pois pensamos, assim como Silva Sobrinho, que “a Análise do Discurso tem ferramentas



teóricas e metodológicas para desvelar o real contraditório dos processos discursivos” (2009, p. 153). Dessa forma, tematizaremos sobre noções nucleares da AD, a saber: discurso, língua, condições de produção, formações ideológicas, formações discursivas, interdiscurso, e sujeito; conceitos que dão subsídios para que o analista apreenda o caráter material do sentido nos processos de significação.

## 2.1 Discurso, língua e a produção de sentidos

A Linguística, enquanto teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos enunciativos, integra o quadro epistemológico da Análise do Discurso, que é explicitado no artigo “A propósito da análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas” (1975), escrito por Michel Pêcheux e pela linguista Catherine Fuchs. Segundo os autores (1997a, p. 163-164), o quadro epistemológico da AD reside, como já mencionamos, na “articulação” de três áreas de conhecimento. São elas:

1. o materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias; 2. a linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo; 3. a teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos. Convém explicitar ainda que estas três regiões são, de certo modo, atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica).

Esse texto, que traz novas questões para a Análise do Discurso, é, conforme Malidier (2005, p.38), “a reescrita de todos os textos precedentes; ele traz marcas de retornos reflexivos, de remanejamentos e de retificações, de atualizações ou de apreensões, os estigmas da inquietação”. É nessa inquietação que Pêcheux, ao fazer considerações acerca da Análise Automática do Discurso (AAD/1969), visava “eliminar certas ambiguidades, retificar certos erros, constatar certas dificuldades não resolvidas” (1997, p.163), dentre elas, a relação com a linguística, que toca, ao mesmo tempo, a materialidade linguística, o histórico e o ideológico, relação que tem seu início ainda na AAD com a abordagem informática dos discursos políticos<sup>4</sup>.

Ao observarmos as condições históricas de produção nas quais a Análise do Discurso foi desenvolvida, veremos que a década de 1960 é marcada pelo preponderismo das ideias

---

<sup>4</sup> Conforme Courtine (2006), a Análise Automática do Discurso (AAD/1969, p. 97) submetia “a materialidade linguística dos discursos políticos a um tratamento informático”.

estruturalistas no âmbito das Ciências Humanas na França. Como afirmou Pêcheux (2011b, p. 121), a Linguística estava na “moda” e desempenhava “para muitos pesquisadores das mais diferentes disciplinas, o papel de ‘ciência piloto’”. Esse posto foi ocupado pela Linguística devido ao método positivista que permitia o estudo formal da língua, inaugurado pelos estudos de Ferdinand Saussure.

Esse pesquisador, visando tornar a linguística uma ciência autônoma, elege como objeto de estudo a língua, considerada por ele como “um sistema de signos que exprimem idéias (sic)” (SAUSSURE, 1995, p.18), sendo considerado, assim, como um fato social homogêneo e abstrato, passível de estudo científico. Em contrapartida, a fala (*parole*) é concebida como “um ato individual de vontade e inteligência” (SAUSSURE, 1995, p.22), tratando-se da realização concreta da língua, por isso é heterogênea, particular, multifacetada. Segundo Pêcheux (1997b, p. 62):

a partir do momento em que a língua deve ser pensada como um sistema, deixa de ser compreendida como tendo a função de exprimir sentido; ela torna-se um objeto do qual uma ciência pode descrever o funcionamento (retomando a metáfora do jogo de xadrez utilizada por Saussure para pensar o objeto da linguística, diremos que não se deve procurar o que cada parte significa, mas quais são as regras que tornam possível qualquer parte, quer se realize ou não).

Dessa forma, ao dicotomizar língua e fala, a Linguística considerada Moderna acaba separando o social do individual, excluindo da abordagem linguística a história, o sujeito, a ideologia, as condições de produção do dizer e o processo de produção de sentidos na língua.

No fim da década de 1960 e começo da década de 1970, esse modelo de cientificidade passa a ser questionado, através de novas indagações que problematizavam o estudo da linguagem. Nesse momento, as concepções de texto, leitura e interpretação também passam a ser contestadas, havendo, segundo Orlandi (2001, p. 21), uma “suspensão da noção de interpretação”. Nesse momento de questionamento,

estudiosos passam a buscar uma compreensão do fenômeno da linguagem, não mais concentrado apenas na língua, como dizia Saussure, considerada como um sistema de signo ideologicamente neutro e com uma estrutura estabilizada, pouco sujeita a mudanças. A fala, o sujeito, as relações sociais – exclusões operadas por Saussure – são trazidas para as discussões linguísticas (FLORENCIO et al., 2009, p. 20).

É nesse cenário que surge a AD, configurando-se não somente como prática de leitura de textos políticos, mas também como “uma política da leitura” (COURTINE, 2006, p. 9), cuja prática questionava as evidências de sentidos produzidas ideologicamente na linguagem.

Esse novo modo de interpretar consagrava-se também como uma forma de intervir politicamente nas questões que perpassam a língua, o discurso, a história, o sujeito e a ideologia. A AD estabelece uma relação crítica com a linguagem, pois não trabalha

com a língua da Linguística, a língua da transparência, da autonomia, da imanência. A língua do analista de discurso é outra. É a língua da ordem material, da opacidade da possibilidade do equívoco como fato estruturante, da marca da historicidade inscrita na língua. É a língua da indefinição do direito e do avesso, do dentro e fora, da presença e ausência (FERREIRA, 2005, p.17).

Desse modo, Pêcheux se distancia da dicotomia língua *versus* fala, fundadora da Linguística saussuriana, pois, na ótica discursiva, o social e o individual não são dois polos separados, em que, através da fala, o sujeito individual<sup>5</sup> decidiria “**livremente**” o que e quando dizer. Na perspectiva que trabalhamos, o sujeito só significa o mundo e a si mesmo porque está inscrito no processo dinâmico das relações sociais, o que nos permite “pensar na existência da língua não como um sistema (o software de um órgão mental!), mas como um real específico formando o espaço contraditório do desdobramento das discursividades” (PÊCHEUX, 2011b, p.228).

Assim, a Análise do Discurso se contrapõe ao estruturalismo saussuriano e ao gerativismo chomskiano, pois coloca no âmago de sua discussão a história, a ideologia, o sujeito e o inconsciente, concebendo a língua como “a base sobre a qual processos [discursivos] se constroem” (PÊCHEUX, 2011c, p. 128).

A língua como base dos processos discursivos diferenciados permite-nos também refletir acerca da produção de sentidos em referência ao posicionamento ideológico dos sujeitos, pois, apesar de o sistema linguístico ser o mesmo para “o materialista e para o idealista, para o revolucionário e para o reacionário” não podemos concluir, afirma Pêcheux (1988a, p. 91), que “esses diversos personagens tenham o mesmo discurso”.

Dessa forma, a linguagem, enquanto mediação entre o homem e a realidade, não é transparente, pois, como explica Pêcheux (2011c, p. 93, grifo do autor), a língua “permite, ao mesmo tempo, a comunicação **e a não-comunicação**, isto é autoriza a divisão sob aparência da unidade”. A língua só faz sentido porque é inscrita na história, ela comporta a falha, não como um fato acidental, mas como um aspecto intrínseco ao sistema linguístico, permitindo o deslize, o equívoco as possíveis interpretações. Considerar essas questões é, portanto,

---

<sup>5</sup> Para Pêcheux “a fala, enquanto uso da língua, aparece como um caminho da liberdade humana” (1997, AAD, p. 71).

não tratar a língua como mero Meio, que permite descrever esses processos (um espelhamento desses processos), mas sim, com um **campo de forças** constitutivo desses processos, por meio dos ‘jogos de linguagem’, do trilhar metafórico dos sentidos e dos paradoxos de enunciação, que as discursividades trabalham na e contra os ‘corpos’ de regras de cada língua (PÊCHEUX, 2011d, p.119, grifo do autor).

É nesse entendimento que o autor elege, como objeto de estudo de seu empreendimento teórico, o discurso, e não a língua, colocando em questão a univocidade dos sentidos, a constituição dos sujeitos e a interpretação dos discursos, isso porque, na AD, o sentido de um texto não é assegurado pelo arranjo sintático das palavras que o compõem, mas a partir dele. Ademais, a interpretação não é fortuita, ela é realizada a partir das condições sócio-históricas em que os sujeitos estão inseridos e as posições ideológicas assumidas por eles.

A definição do objeto de estudo da AD já é apresentado por Pêcheux, em seu primeiro artigo, sob o pseudônimo de Thomas Herbert (1966), que concebe o discurso como “instrumento de transformação da prática política” (PÊCHEUX, 2011e, p. 35). Com isso, é possível afirmar que no discurso se entrelaçam questões concernentes à língua e à ideologia, pois o discurso é produção de sentidos entre sujeitos.

Orlandi esclarece que “a palavra discurso etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando” (2012b, p.15). Os discursos são produzidos por sujeitos em condições histórico-sociais contraditórias e dinâmicas, eles são uma especificidade humana, práticas sociais (linguístico-históricas) que abrem espaço para a interpretação.

Os processos de significação, inscritos nas relações ideológicas de classe, têm uma determinação histórica, que é a condição para que eles produzam sentido, daí a necessidade de o analista compreender o discurso, expondo-os às condições históricas, sociais e ideológicas em que são produzidos. Prossigamos, então, ao estudo da categoria condições de produção, estreitamente ligada ao Materialismo Histórico.

## **2.2 Condições de Produção do Discurso: as bases sócio-históricas das práticas discursivas**

A noção de que os discursos são produzidos em condições de produção históricas, perpassa todo percurso teórico de Pêcheux. Desde a “Análise Automática do Discurso” (1969), o autor assegura que “um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas” (1997b, p. 77). Dessa forma, é

**impossível analisar um discurso como um texto**, isto é, como uma sequência linguística fechada sobre si mesma, mas que é necessário referi-lo ao **conjunto de discursos possíveis** a partir de um estado definido das condições de produção” (PÊCHEUX, 1997b, p. 79, grifo do autor).

Na AD, a produção de sentido não é aleatória e/ou natural, ao contrário, ela é fruto das contraditórias relações da sociedade na qual as práticas discursivas são engendradas, por isso, o analista não procura o que o texto diz, mas como a materialidade discursiva é produzida, como circula e como produz sentidos em um dado momento sócio-histórico. Para Zandwais (2009, p. 22-23), o conceito de condições de produção

tomado do materialismo histórico, [...] viria a criar as condições para inscrever, de modo concreto, a história na ordem do discurso e o discurso no campo da práxis. É, pois, por este viés inicial que Pêcheux começa a fragilizar as fronteiras entre as Ciências Sociais e Humanas, e a delinear as bases para a constituição de uma disciplina antipositivista e antiformalista de linguagem.

A concepção antipositivista de linguagem evocada acima, que abre espaço para a compreensão de como um objeto simbólico em sua concretude histórico-social, produz sentidos, na AD, a partir do entendimento das condições histórico-ideológicas de produção do dizer. Como afirma Silva Sobrinho (2009, p. 150), “todo discurso tem seu alicerce, ou seja, uma base histórica que o sustenta e que dinamiza sua processualidade”. Em outro momento, o esse autor explica que

só quando articulamos o **dizer** com suas **condições de produção** (relações sociais de caráter material e historicamente determinadas) é que as contradições do discurso reaparecem e desvelam a verdadeira face de suas contradições, ou seja, o seu real caráter material de sentido (SILVA SOBRINHO, 2010, p. 255, grifo do autor).

Esse caráter material – histórico, social, ideológico – do sentido é defendido por Pêcheux (1988a, p. 160) quando ele considera primordialmente a determinação histórica e ideológica dos processos de significação, alegando que

o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, não existe em ‘si mesmo’ (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas

que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões, proposições são produzidas (isto é, reproduzidas).

Sobre a noção de condições de produção (CP), no campo teórico da AD, Orlandi (2012b) explica que elas compreendem, essencialmente, os sujeitos e a situação nas quais as práticas linguístico-discursivas são enunciadas. Dessa forma, explica a autora (2012b, p. 30), “podemos considerar as condições de produção em seu sentido estrito e temos as circunstâncias da enunciação: é o contexto imediato. E se as considerarmos em sentido amplo, as condições de produção incluem o contexto sócio-histórico-ideológico”.

Ainda segundo a autora, as CP amplas funcionam de acordo com três fatores: o primeiro é a “relação de sentido” pela qual todo discurso se relaciona e aponta para outros discursos realizados, imaginados ou possíveis, “não há, desse modo, começo absoluto nem ponto final para o discurso” (ORLANDI, 2012b, p.39). Por conseguinte, tem-se o mecanismo de “antecipação”, pelo qual o sujeito coloca-se no lugar do outro, direcionando o processo de argumentação para controlar seus efeitos sobre o interlocutor, de uma forma que

o sujeito dirá de um modo, ou de outro, segundo o efeito que pensa produzir em seu ouvinte. Este espectro varia amplamente desde a previsão de um interlocutor que é seu cúmplice até aquele que, no outro extremo, ele prevê como adversário absoluto (ORLANDI, 2012b, p.39).

O último mecanismo corresponde à “relação de forças”. Nessa noção o lugar social a partir do qual o sujeito enuncia é constitutivo do seu dizer e, conseqüentemente, dos possíveis sentidos. Na sociedade brasileira, cuja constituição é fincada em relações de classes, “são as relações de força, sustentadas no poder desses diferentes lugares, que se fazem valer na ‘comunicação’” (ORLANDI, 2012b, p. 40).

Esses mecanismos, que operam no funcionamento do discurso, fazem parte do que Pêcheux (1997b) chamou de formações imaginárias. Para o esse filósofo, as formações, que funcionam nos processos discursivos, “designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro” (1997b, p. 82). É, pois, a partir dessas projeções imaginárias que se pode passar das condições empíricas para as posições dos sujeitos nos discursos.

Para mostrar como ocorre o movimento de formação dessas projeções nas condições de produção do discurso, Pêcheux apresenta um quadro com as formulações que os interlocutores realizam no momento de produção do dizer. Ao retomar essa formulação, Orlandi (2012b, p. 40) afirma que o imaginário produz, em uma dada conjuntura histórica, as imagens dos sujeitos entre si, bem como do objeto sobre o qual fala o discurso, fazendo parte desse complexo

a imagem da posição sujeito locutor (quem sou eu para lhe falar assim?) mas também da posição sujeito interlocutor (quem é ele para me falar assim, ou para que eu lhe fale assim), e também a do objeto do discurso (do que estou lhe falando, do que ele me fala?). É pois todo um jogo imaginário que preside a troca de palavras. E se fazemos intervir a antecipação, este jogo fica ainda mais complexo pois incluirá: imagem que o locutor faz da imagem que ele faz do objeto do discurso e assim por diante.

Podemos observar nos textos pecheutianos publicados após “Análise Automática do Discurso” (AAD-1969<sup>6</sup>), nos quais há reformulações nos pressupostos teóricos, que as formações imaginárias, pensadas a partir do esquema de Jakobson, não são abordadas de modo específico. Entretanto, a nosso ver, essas formações em sua ausente-presença, são elementos essenciais para a elaboração do conceito de formação discursiva – em 1975, por M. Pêcheux e C. Fuchs – que, representando as formações ideológicas<sup>7</sup> na linguagem, determinam o que (não) pode e (não) deve ser dito num determinado momento.

É nesse espaço de coerções, de determinações, mas também de equívocos, de resistências, de falhas que sujeitos e sentidos vão sendo constituídos nas relações sócio-históricas. Dessa forma, as imagens que os sujeitos têm de si, dos outros e do mundo são construídas no encontro do histórico, do ideológico e do simbólico, fazendo com que os lugares ocupados ideologicamente pelos sujeitos não sejam fixos, e que, paradoxalmente, esses sujeitos tomem esses lugares em seus efeitos de evidência produzidos ideologicamente.

A partir dessa discussão, podemos entender que as condições de produção, enquanto categoria fundamental para a compreensão e desvelamento dos efeitos de sentidos dos discursos, trazem a exterioridade como algo inerente aos processos discursivos, pois a língua é considerada, na AD, em sua forma material, que não é empírica, nem abstrata, é “constituída pela/na discursividade, forma em que se inscrevem os efeitos da articulação língua/história, acontecimento do significante no sujeito” (ORLANDI, 2001, p.129).

Na AD, o trabalho com o real da língua e com o real da história, este compreendido como “o sustentáculo dos discursos e da produção de sentidos” (SILVA SOBRINHO, 2009, p.148), permite o desvelamento dos mecanismos de produção de sentido, daí a necessidade de voltarmos nossa atenção para as condições de “reprodução/transformação das relações de produção de uma sociedade, que, em sua dialeticidade, comportam posições ideológicas antagônicas. Cabe destacar que a proposta de Pêcheux (1988a) era a de defender uma

<sup>6</sup> Segundo Malidier (2003, p.19), a AAD 69, uma espécie de “máquina discursiva”, foi, para Pêcheux, o “momento quase mítico da fundação e do protótipo remodelado sem cessar [da AD], criticado, corrigido, finalmente abandonado, mas sempre presente”.

<sup>7</sup> Abordaremos de modo específico os conceitos de formações ideológicas, formações discursivas e interdiscurso no próximo tópico deste capítulo.

abordagem materialista da História nas práticas linguística/discursivas. Nas palavras do autor (1988a, p. 24):

uma referência à História, a propósito das questões de Linguística, só se justifica na perspectiva de uma análise materialista do efeito das relações de classes sobre o que se pode chamar as ‘práticas linguísticas’ inscritas no funcionamento dos aparelhos ideológicos de uma formação dada: com essa condição, torna-se possível explicar o que se passa hoje no ‘estudo da linguagem’ e contribuir para transformá-lo, não repetindo as contradições, mas tomando-as como os efeitos da luta de classes hoje em um ‘país ocidental’, sob a dominação da ideologia burguesa.

É nessa perspectiva que buscaremos compreender nosso objeto de estudo, os discursos de professores universitários aposentados, tomando-os como efeito e trabalho das/nas relações históricas de produção da sociedade brasileira. Destarte, avançaremos para o estudo das noções de formação ideológica, formação discursiva e interdiscurso categorias imbricadas à noção de CP e, igualmente, essenciais para a compreensão das práticas discursivas.

### **2.3 Formação Ideológica, Formação Discursiva e Interdiscurso**

Como vimos, as condições materiais de produção dos discursos compreendem os sujeitos na dialética das relações sociais, num momento histórico-social dado, no qual os sujeitos são chamados a assumir posições ideológicas, a partir das quais seus dizeres significam. É, pois, no encontro do linguístico, do histórico e do ideológico que se engendram sentidos antagônicos no interior de uma mesma formação social.

As posições ideológicas que citamos acima estão diretamente ligadas à noção de formações ideológicas (FI), a partir da qual Pêcheux reflete acerca da relação entre discurso e ideologia, visto que as palavras adquirem seus sentidos em referência às FI nas quais as posições dos sujeitos são inscritas.

O conceito de formação ideológica é pensado na AD no quadro do Materialismo Histórico, compreendido por Pêcheux e Fuchs (1997a) como uma teoria das formações sociais, bem como de suas transformações, incluído nesse complexo a teoria das ideologias. Além disso, para os autores, a área do Materialismo Histórico que diz respeito à Análise do Discurso é a da “superestrutura ideológica em sua ligação o modo de produção que domina a formação social considerada” (PÊCHEUX; FUCHS, 1997a, p.165).



O Materialismo Histórico, iniciado por Marx e Engels<sup>8</sup>, em 1845-1846, contrapõe-se ao Idealismo, para o qual a história é um puro movimento de ideias. Contrariamente, na perspectiva marxiana, a história “tem por base o desenvolvimento do processo real da produção, e isso partindo da produção material da vida imediata” (MARX, 1998, p.35). Dessa forma, são os homens, sujeitos históricos, nas relações que estabelecem com a natureza e entre si, que fundam a sociabilidade, num complexo processo de reprodução e transformação das relações sociais. Para Maldivier (2003, p.32),

o materialismo histórico é a posição explícita de onde se realiza a intervenção epistemológica contra uma dupla ameaça, a do empirismo, a ‘problemática subjetivista centrada no indivíduo’ e a do formalismo que confunde ‘a língua como objeto com o campo da linguagem’. É a partir do materialismo histórico que se faz a indicação de novos objetos, no caso o *discurso*, explicitamente posto em relação com a ideologia.

É desse modo que Pêcheux trabalha com a ideologia e seu necessário funcionamento nos processos discursivos e na constituição dos sujeitos, a partir da reflexão desenvolvida por L. Althusser acerca dos aparelhos ideológicos de Estado (AIE), lugar de uma dura e ininterrupta luta de classes. Para Althusser (1985), a reprodução das relações de produção é assegurada pelo controle que o Estado estabelece nos aparelhos ideológicos, como a igreja, a família e a escola.

Ao aparelho ideológico escolar, Althusser atribui à função de aparelho dominante, que substitui, nas sociedades capitalistas modernas, o aparelho ideológico da igreja. Dessa forma, “todos os aparelhos ideológicos de Estado concorrem para o mesmo fim: a reprodução das relações de produção, isto é, das relações de exploração capitalistas” (ALTHUSSER, 1985, p. 78).

É acrescentando o termo “transformação” à tese althusseriana da “reprodução das condições de produção” que Pêcheux designava “o caráter intrinsecamente contraditório de todo **modo de produção que se baseia numa divisão em classes, isto é, cujo princípio é a luta de classes**” (PÊCHEUX, 1988a, p.144, grifo do autor).

Assim, os AIE não são puramente instrumentos da classe dominante, isto é, “máquinas ideológicas” reprodutoras das relações de produção existentes numa sociedade. Os AIE constituem o lugar e as condições ideológicas da reprodução, mas também da transformação

---

<sup>8</sup> Segundo Pêcheux (2011f, p. 191), Marx e Engels “não desenvolveram uma ‘teoria das ideologias’, nem, muito menos, uma ‘teoria do discurso’. O que não os impediu de dedicarem boa parte de suas vidas lendo e confrontando politicamente uma massa enorme de tratados, panfletos, livretos, declarações, programas e manifestos. É sobre a base desses trabalhos de leitura política que eles puderam escrever o que escreveram, sem dispendir tempo e explicitar as modalidades de sua leitura [...]. Deixaram, entretanto, os vestígios dessa leitura”.

das relações de produção, pois comportam entre seus elementos as relações de contradição-desigualdade-subordinação de uma formação social.

Assim, as ideologias não são feitas de ideias, mas de práticas, realizadas para e por sujeitos. Práticas históricas que produzem efeitos que visam unificar e naturalizar os sentidos pela pretensa transparência da linguagem, e apagar o processo de interpelação ideológica como condição para existência dos sujeitos. Sobre a ideologia e seu funcionamento, Pêcheux (1988a, p.169-160, grifo do autor) tece a seguinte explicação:

é a ideologia que, através do ‘hábito’ e do ‘uso, está designando, ao mesmo tempo, **o que é e o que deve ser** [...]. É a ideologia que fornece as evidências pelas quais ‘todo mundo sabe’ o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado ‘queira dizer o que realmente dizem’ e que mascaram, assim, sob a ‘transparência da linguagem’, aquilo que chamaremos **o caráter material do sentido** das palavras e dos enunciados.

As evidências produzidas pela ideologia são fundamentais para a constituição do sentido e do sujeito, que é feita de diferentes modos e sob formas específicas de ideologia, o que significa dizer que a instância ideológica existe nas formações ideológicas, que são capazes de expressar, em um momento dado, as posições assumidas pelo sujeito. De acordo com Pêcheux e Fuchs (1997b, p.166, grifo dos autores), as FI são elementos suscetíveis

de intervir como uma força em confronto com outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social em dado momento; desse modo cada formação ideológica constitui um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’ mas se relacionam mais ou menos diretamente com a **posições de classe** sem conflitos uma com as outras.

O complexo das FI, que não é “individual” nem “universal”, materializa nas práticas discursivas a luta ideológica de classes de uma formação social, que comporta, ao mesmo tempo, as condições de reprodução e transformação de suas relações. No texto “Remontemos de Foucault a Spinoza”, escrito em 1977, Pêcheux (2011f), ao tratar do caráter contraditório das formações ideológicas numa determinada conjuntura sócio-histórica, explica que, por terem um caráter regional e de classe, essas formações podem falar das “mesmas coisas” de modo antagônico.

Esses diferentes modos de interpretar o mundo são representados na linguagem pelas formações discursivas, pois o discursivo é considerado, na AD, como um dos aspectos materiais da ideologia. Desse modo, as formações ideológicas, histórica e socialmente

construídas, têm necessariamente as formações discursivas<sup>9</sup> (FD) como um de seus componentes, as quais regulam, a partir do interdiscurso, os já-ditos que, por sua vez, fazem parte de uma formação ideológica. Formulada, inicialmente, por Michel Foucault, em “Arqueologia do Saber” (1969)<sup>10</sup>, e trazida para a AD sob uma perspectiva materialista, as formações discursivas são definidas como

aquilo que numa formação ideológica dada, isto é, a partir da uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina **o que pode e deve ser dito** (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.). Isso equivale a afirmar que as palavras, expressões, proposições, etc., recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas (PÊCHEUX, 1988a, p. 160-161, grifo do autor).

Nas formações discursivas, os indivíduos são interpelados em “sujeitos-falantes”, e “suas” palavras, que mantêm relações com outras palavras, significam em um determinado momento histórico. Dessa forma, afirma Pêcheux (1988a), é possível que uma mesma palavra tenha vários sentidos dependendo da formação discursiva na qual é enunciada, como também palavras com sentidos “literalmente diferentes” possam ter no interior de uma FD o “mesmo sentido”. É a partir desse jogo da discursividade que a expressão “processo discursivo” é compreendida como o “sistema de relações de substituição, paráfrases, sinonímias, etc., que funcionam entre elementos linguísticos – ‘significantes’ – e uma formação discursiva dada” (PÊCHEUX, 1988a, p.161).

A determinação do que “pode e deve ser dito” no interior de uma FD, lugar de constituição do sentido, não significa que o espaço da constituição do sentido e dos sujeitos seja fechado em si mesmo, se assim fosse, haveria um apagamento do acontecimento discursivo, pois a produção de sentidos seria um mecanismo sempre de reprodução e repetição, que não acompanharia a dinamicidade dos processos históricos.

A visão de FD como um espaço complexo e heterogêneo que comporta a contradição da formação social à qual essa matriz do sentido pertence é ratificada por Pêcheux no texto “A análise do Discurso: três épocas” (1983), no qual o autor, ao retomar criticamente o percurso teórico da AD e dividi-lo em três épocas, aponta, na segunda fase de seus estudos, denominada de AD-2, para uma tematização do entrelaçamento desigual dos processos

---

<sup>9</sup> Segundo Orlandi (2012), o conceito de formação discursiva na AD, ainda que bastante polêmico, é básico para a compreensão o processo ideológico de produção de sentidos, possibilitando ao analista perceber regularidades no funcionamento discursivo.

<sup>10</sup> Conforme Courtine (2009), Foucault foi pouco ouvido pela AD porque tratava de outro modo o discurso. Para Foucault, a noção de FD estaria ligada às regularidades dos enunciados, sem levar em consideração a instância ideológica.

discursivos, refletindo acerca da definição de formação discursiva enquanto espaço estrutural fechado, oriunda da AD-1. Para Pêcheux (1997c, p. 314), uma formação discursiva

não é um espaço estrutural fechado, pois é constitutivamente ‘invadida’ por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outras FD) que se repetem nela, fornecendo-lhe suas evidências discursivas fundamentais por exemplo, sob a forma de ‘preconstruídos’ e de discursos transversos”.

Por isso, as FD são heterogêneas e não estabelecem limites fixos umas com as outras no processo histórico de (re)produção de sentidos. Florêncio et al.(2009) fazem uma consideração bastante esclarecedora acerca das formações discursivas e seu dinâmico funcionamento na constituição das práticas discursivas. Segundo Florêncio et al.(2009, p. 74),

se a formação discursiva estabelece o que pode e deve ser dito, é porque algo existe – em conflito com esta afirmação – que não pode e (ou) não deve ser dito e que, vindo de outro lugar, de outras formações discursivas, ali se imiscui, em diferentes efeitos de sentidos, muitas vezes rejeitados, mas que se evidenciam, sob a forma de discursos outros. Assim, a formação discursiva assume caráter plural com fronteiras tênues e instáveis sempre passíveis de deslocamentos provocados por contradições ideológicas.

Dessa forma, assim como as formações ideológicas, as formações discursivas não podem ser pensadas como blocos homogêneos, idênticos a si mesmo. Elas são divididas, por isso, é necessário pensar nas relações que as FD estabelecem com o seu exterior específico – o interdiscurso – determinando, assim,

as invasões, os atravessamentos constitutivos pelos quais uma pluralidade contraditória, desigual e interiormente subordinada de formações discursivas se organiza em função dos interesses que colocam em causa a luta ideológica de classes, em um momento dado de seu desenvolvimento em uma dada formação social (PÊCHEUX, 2011f, p.191).

Toda FD, entendida como matriz do sentido e lugar de reformulação-paráfrase dos dizeres, tem uma dependência constitutiva do interdiscurso que a domina, isto significa que as formações discursivas são constituídas pelo interdiscurso. Essa noção é uma das formulações da AD que são fundamentais para a compreensão dos processos discursivos, pois traz a concepção de que todo discurso tem um “já-dito” que reaparece no intradiscurso para significar novamente.

Assim, segundo Pêcheux (1988a), toda formação discursiva dissimula, pela transparência da linguagem que nela é constituída, a dependência em relação ao seu “todo complexo com dominante”, ou seja, ao interdiscurso, que é submetido à lei da desigualdade-contradição-subordinação assim como às formações ideológicas de uma determinada

sociedade. Essa desigualdade-contradição-subordinação é também incorporada à FD que busca dissimular

a objetividade material contraditória do interdiscurso que determina essa formação discursiva como tal, objetividade material essa que reside no fato de que ‘algo fala’ (*ça parle*) sempre ‘antes, em outro lugar e independente’, isto é sob a dominação do complexo das formações ideológicas (PÊCHEUX, 1988a, p.16).

De acordo com Orlandi (2012b), as formulações já feitas são historicamente esquecidas para que, ao aparecerem no intradiscurso, sejam vistas como as próprias palavras do sujeito enunciador. Desse modo, o já-dito e esquecido reaparece no intradiscurso, o espaço da (re)formulação do dizer, definido por Pêcheux (1988a, p. 166, grifo do autor) como “o que eu digo agora, com relação ao que eu disse **antes** e ao que direi **depois**; portanto, o conjunto dos fenômenos co-referência que garantem aquilo que se pode chamar o ‘fio do discurso’, enquanto discurso de um sujeito”.

Desse modo, o interdiscurso é compreendido como “o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra” (ORLANDI, 2012, p. 31). O pré-construído, cuja formulação, segundo Malidier (2003) precede e possibilita a teorização da noção de interdiscurso na AD, em 1975, torna-se, também, uma das formas, junto com a articulação dos enunciados, de funcionamento desse “todo complexo com dominante” das formações discursivas, pois

remete simultaneamente ‘aquilo que todo mundo sabe, isto é aos conteúdos de pensamento do sujeito universal suporte da identificação e àquilo que todo mundo, em uma ‘situação dada’, pode ser e entender, sob a forma das evidências do ‘contexto situacional’ (PÊCHEUX, 1988a, p.171).

Esse efeito discursivo, cujo funcionamento está ligado ao linguístico, ao encaixe sintático, opera na produção de evidência das palavras como um “sempre já-dito”, que tem como função mascarar, através da “transparência” da linguagem, o caráter material dos sentidos no intradiscurso. Assim, os discursos são constituídos a partir do dizível, constituído historicamente e localizado numa região de sentidos, uma FD, havendo, portanto, uma confluência entre o que foi dito e o que está sendo dito, no plano da formulação.

Considerar que o intradiscurso é determinado pelo interdiscurso, remete-nos aos processos parafrásticos e polissêmicos, que sustentam o funcionamento linguístico-discursivo. Na paráfrase, encontram-se todos os dizeres e a memória, ela é, portanto, a base para a

formulação discursiva; a polissemia opera no nível do diferente, da possibilidade de alteridade de sentidos. Orlandi (2012b, p.36) esclarece que

a paráfrase representa [...] o retorno aos mesmos espaços do dizer. Produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado. A paráfrase está do lado da estabilização. Ao passo que, na polissemia, o que temos é o deslocamento, ruptura de processos de significação. Ela joga com o equívoco.

Dessa forma, pode-se dizer que o discurso se configura na tensão entre o mesmo e o diferente, entre a estabilidade e a possibilidade, entre a estrutura e o acontecimento; pois, ao serem retomados, os discursos podem ganhar, em decorrência do contexto sócio-histórico e das posições assumidas pelos sujeitos, novos sentidos, mostrando, assim, a dinamicidade dos processos discursivos. Assim, todo enunciado pode vir a ter outro sentido, dependendo das condições histórico-sociais de produção e das posições ideológicas dos sujeitos em interlocução, isso porque, dinâmica e contraditoriamente, o discurso, é um resultado, mas também um trabalho das/nas filiações sócio-históricas (PÊCHEUX, 2008).

Nessa discussão, podemos retomar a terceira fase dos estudos da Análise do Discurso, que Pêcheux (1997c) chamou de AD-3, caracterizada pela alteridade/heterogeneidade discursiva, ou seja, o outro sobre o mesmo na formulação do eixo intradiscursivo. Assim, o “discurso-outro”, histórica e socialmente construído, reaparece nas práticas discursivas marcadas pelas diferentes formas de heterogeneidade, mostrando que a produção do discurso se dá pela presença de outros discursos, de outras vozes. É precisamente nesse ponto que podemos encontrar a abertura para a interpretação, pois, segundo Pêcheux (2008, p. 54, grifo do autor)

é porque há o **outro** nas sociedades e na história, correspondente a esse outro próprio ao linguajero discursivo, que aí pode haver ligação, identificação ou transferência, isto é, existência de um relação abrindo do a possibilidade de interpretar. E é porque há essa ligação que as filiações históricas podem-se organizar em memória, e as relações sociais em redes significantes.

Com isso, podemos ratificar a importância da noção de interdiscurso na elaboração do projeto pecheutiano de construir uma teoria materialista dos processos discursivos, que compreendesse a complexa relação entre língua e ideologia. Desse modo, o interdiscurso traz em si a compreensão de que os discursos são, constitutivamente, atravessados por outros dizeres produzidos em momentos históricos específicos.

## 2.4 O sujeito na Análise do Discurso

Como vimos, no início deste capítulo, a preponderância do Estruturalismo trazia a exclusão do sujeito nos estudos linguísticos, isso se dava porque o sujeito era visto “como elemento suscetível de perturbar a análise do objeto científico, que deveria corresponder a uma língua objetivada, padronizada” (FERREIRA, 2005, p.13). Pêcheux problematizou a questão do sujeito exatamente no ponto onde as teorias idealistas o assumiam como “sempre já dado”, dono e fonte de seu dizer. Na AD, o sujeito é, concomitantemente, constituído pela ideologia e afetado pelo inconsciente, tornando-se descentrado, fragmentado, desejante.

Ao refletir sobre a constituição do sujeito e da produção de sentidos no processo de reprodução/transformação das relações de produção, Pêcheux retoma a tese central althusseriana de que “a Ideologia interpela os indivíduos em sujeitos”<sup>11</sup>, tomando como princípio que só há ideologia para e por sujeitos concretos, inseridos numa conjuntura sócio-histórica.

Assim, a função da ideologia em sua relação com o inconsciente é a de dissimular sua existência no interior de seu próprio funcionamento, produzindo um “tecido de evidências ‘subjetivas’, devendo entender-se este último adjetivo não como ‘que afetam o sujeito’, mas ‘nas quais se constitui o sujeito’” (PÊCHEUX, 1988a, p. 153), daí surge, segundo o autor, a necessidade de se desenvolver uma teoria materialista do discurso, pois a questão da constituição do sujeito é intrinsecamente ligada à questão do sentido.

Ainda segundo o filósofo marxista-leninista, o sujeito também é constituído pelo esquecimento daquilo que o determina, ou seja, de que ele é interpelado em sujeito pela ideologia, e que é através das formações discursivas que ele se constitui enquanto sujeitos falantes. Tem-se, também, nesse processo, os efeitos produzidos pelo pré-construído, cujo funcionamento remete ao “sempre-já” da interpelação ideológica, fornecendo e impondo “a ‘realidade’ e seu ‘sentido’ sob a forma da universalidade – o ‘mundo das coisas’” (PÊCHEUX, 1988a, p. 214).

As evidências fazem com que os sujeitos falem como se fossem a fonte e controlassem seus dizeres. Para o entendimento da constituição do sujeito do discurso, Pêcheux acrescenta a essa questão a compreensão dos esquecimentos inerentes ao sujeito, já que o assujeitamento do sujeito é apresentado como uma “forma de autonomia”.

---

<sup>11</sup> Cf. Althusser (1985, p.93).

Com base em Pêcheux, Orlandi (2012b, p.35) explica que o esquecimento número um, denominado de ideológico, “é da instância do inconsciente e resulta do modo pelo qual somos afetados pela ideologia”. Daí resulta a “ilusão” do sujeito de que é dono do seu dizer, esquecendo-se de que seu discurso é constituído por outros discursos, e que os sentidos são produzidos mediante sua inscrição em uma formação discursiva. Sobre esse esquecimento, Pêcheux (1988a, p. 173) afirma que

o esquecimento nº 1, que dá conta do fato de que o sujeito-falante não pode, por definição se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina. Nesse sentido, o esquecimento nº1 remete, por analogia com o recalque inconsciente, a esse exterior, na medida em que [...] esse exterior determina a formação discursiva em questão.

O esquecimento enunciativo, número dois, refere-se à impressão que o sujeito tem de controlar o que diz, isso faz com que ele diga de uma forma e não de outra, colocando limites em seu dizer, escolhendo palavras, ou seja, tentando domesticar seu dizer e outros possíveis sentidos não desejados. Assim, o esquecimento número dois refere-se ao processo

pelo qual todo sujeito-falante ‘seleciona’ no interior da formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e sequências que nela se encontram em relação de paráfrase – **um enunciado, forma ou sequência, e não um outro, que, no entanto, está no campo daquilo que poderia reformulá-lo na formação discursiva considerada** (PÊCHEUX, 1988a, p. 173, grifo do autor).

A propósito da constituição do sujeito pela ideologia, Pêcheux, no texto “Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação”, escrito em 1978, afirma que “apreender até seu limite máximo a interpelação ideológica como ritual supõe reconhecer que não há ritual sem falhas; enfraquecimento e brechas” (1988b, p. 301.), pois, no sujeito residem pontos de resistência e de revolta, que colocam em questão a ideologia, visto que “não há dominação sem a resistência”, considerando que a luta de classes é o motor de toda a história e que a revolta é sustentada na “existência de uma divisão do sujeito, inscrita no simbólico” (PÊCHEUX, 1988a, p.302).

No percurso que aqui fizemos, vimos que compreender o pensamento pecheutiano, repleto de retificações, não é uma tarefa fácil, mas extremamente necessária, porque nos permite pensar criticamente a relação entre ideologia e discurso, sempre desconfiando daquilo que se apresenta como óbvio, das evidências/naturalização de sentidos produzidos pela ideologia. Desse modo, na AD, analisar os processos discursivos que se engendram nas contradições de uma sociedade é uma questão de responsabilidade política, é acreditar que se intervém no real interpretando de modo crítico o mundo.



É sabendo que nosso gesto de interpretação é uma prática teórica, mas também política, que buscaremos, mediados pelo dispositivo teórico aqui construído, compreender os discursos sobre docência, aposentadoria e velhice de professores universitários aposentados. Nesse intento, faremos, na próxima seção, uma abordagem das condições de produção que permitem a significação da docência, da aposentadoria e da velhice na sociedade vigente, pois os discursos, como vimos, são práticas históricas, que, por isso, precisam ser compreendidos a partir das relações sociais.

### 3 PROCESSOS HISTÓRICOS E PRODUÇÃO DE SENTIDOS: VELHICE, APOSENTADORIA E DOCÊNCIA

*Há uma necessidade objetiva de falar/ler o mundo de um outro ponto de vista que possa compreender que o sentido sempre pode ser outro que suas derivas são em, última instância, regidas pelas relações sociais estabelecidas em determinada formação social.*

Silva Sobrinho (2009, p. 154)

Como vimos na seção anterior, para que o analista compreenda os efeitos de sentido de um discurso é necessário que, em seu gesto de interpretação, ele retome as condições de produção (CP) que engendram a materialidade discursiva a ser analisada. Dessa forma, para compreendermos os sentidos de aposentadoria e de velhice nos discursos dos professores universitários aposentados, precisamos compreender as condições históricas de produção que constituem os dizeres desses sujeitos.

Tratar das CP do discurso dos professores universitários aposentados é também tomar como pressuposto que o sentido sempre pode ser outro, pois como disse Silva Sobrinho (2009), as derivas de sentidos das práticas discursivas são regidas pelas relações que os sujeitos estabelecem entre si numa formação social. Desse modo, os discursos que, atualmente, circulam na sociedade brasileira, produzindo efeitos de evidência do que é velhice, aposentadoria e docência, bem como os sujeitos tidos como pertencentes a essas categorias sociais, são, essencialmente, construções histórico-sociais.

É nesse posicionamento que, buscaremos, ao longo desta seção, compreender os principais aspectos do processo de construção social da velhice, da aposentadoria e da docência. Para tanto, organizaremos nossa discussão em três momentos: no primeiro, trataremos da velhice e da aposentadoria ao longo dos séculos. Nesse momento, seremos guiados, principalmente, pelas reflexões de Simone de Beauvoir, que, em seu ensaio sobre a velhice, publicado na França, em 1970, mostra como os velhos foram historicamente excluídos pela sociedade. Na segunda parte, voltaremos nosso olhar para a velhice e a aposentadoria no Brasil, nesse momento, as reflexões de Eneida Haddad (1987, 1993) nos são bastante esclarecedoras. No último tópico, traçaremos o percurso histórico da profissão docente no Estado brasileiro, destacando as recentes políticas públicas que delineiam o perfil

dos professores, definindo como devem ser a docência e os professores na sociedade vigente.

### 3.1 A constituição da velhice: um percurso histórico

Entender a velhice para além dos fatores biológicos que, inevitavelmente, a constituem é compreender que essa categoria social é construída na dinamicidade dos processos históricos, e, por isso, as concepções que temos do que é a velhice/terceira/melhor idade, e como devem viver e ser os velhos/idosos<sup>12</sup> são resultantes das relações sociais. Dessa forma, “para compreender a realidade e a significação da velhice é, portanto, indispensável examinar o lugar que é destinado aos velhos, que representação se faz deles em diferentes tempos, em diferentes lugares” (BEAUVOIR, 1990, p. 48).

É, pois, a compreensão de como as sociedades, ao longo da história, tratam seus velhos que nos leva a desvelar, por meio das discursividades que vão se apresentando, seus princípios e fins ideologicamente mascarados. Dessa forma, conforme Beauvoir (1990), os ideólogos de uma determinada formação social forjam noções de velhice de acordo com os interesses das classes dominantes.

Essa autora, ao comparar a velhice com outras categorias, como mulheres e negros, explica que “os velhos não têm arma nenhuma, e seu problema é estritamente um problema de adultos ativos, estes decidem de acordo com seu próprio interesse, prático e ideológico, sobre o papel que convém conferir aos anciãos” (p. 110).

Beauvoir (1990) apresenta, em sua inquietante obra “A Velhice” (1970), uma abordagem histórica da invenção social da velhice, mostrando-nos que o primeiro texto que se conhece no Ocidente sobre o assunto é de origem egípcia, no qual a velhice é vista como um lugar sombrio, de tristeza, doença e desamparo, tornando-se um profundo estado de inutilidade. O referido texto

encontra-se no Egito e foi escrito em 2500 antes de Cristo por Ptah-hotep, filósofo e poeta: ‘Como é penoso o fim de um velho! Ele se enfraquece a cada dia; sua vista cansa, seus ouvidos tornam-se surdos; sua força declina;

---

<sup>12</sup> É preciso destacar que compreendemos que os termos “velhice/terceira/melhor idade” “velho/idoso” não produzem os mesmos sentidos nas discursividades. No entanto, utilizaremos, ao longo de nossa discussão, de forma alternada, as palavras velho e idoso por uma questão de ordem textual, de referência. A propósito dos diferentes sentidos dos termos acima mencionados, Silva Sobrinho (2007) faz um percurso analítico buscando compreender a significação da velhice no dizer instrumental e estabilizado do dicionário. Ao analisar a mudança das palavras ancião, velho e idoso, velhice e terceira idade num período de 30 anos (1972-2002) em dicionários de língua portuguesa, o autor conclui que “os sentidos de velhice se movimentam de acordo com os interesses políticos, sociais e econômicos em jogo na conjuntura histórica. Os sentidos que se querem ‘novos’ acompanham as contradições sociais existentes” (SILVA SOBRINHO, 2007, p. 154).

seu coração não tem mais repouso; sua boca torna-se silenciosa e não fala mais. Suas faculdades intelectuais diminuem, e lhe é impossível lembrar-se hoje do que aconteceu ontem. Todos os seus ossos doem; as ocupações que até recentemente causavam prazer só se realizam com dificuldade, e o sentido do paladar desaparece. A velhice é o pior dos infortúnios que pode afligir um homem (BEAUVOIR, 1990, p. 114).

Por outro lado, entre os judeus, as pessoas velhas eram valorizadas, pois, a lei judaica considerava a velhice como uma virtude divina, e, dessa forma, devia ser respeitada. A idade avançada, o envelhecimento, tida como uma recompensa de Deus para aqueles que guardassem seus mandamentos. Desse modo, os anciãos, que eram consagrados como sacerdotes, representavam a voz de Deus na terra, eram “doutores da lei”, e tinham total poder para julgar os judeus.

De modo aparentemente semelhante, na Grécia Antiga, a velhice estava ligada à ideia de honra, Beauvoir (1990, p. 122) descreve que

o chefe da Polis, o rei, era assistido por um conselho de anciãos: mas estes, segundo Homero, tinham apenas um papel consultivo. O rei lhes confiava também, por vezes, a tarefa de exercer a justiça: nem sempre desempenhavam-se bem essa tarefa, e seus equívocos desencadeavam catástrofes naturais.

Esse papel consultivo era justificado porque, para os gregos, apesar do velho ter a experiência, a sabedoria, a palavra de autoridade, faltava-lhe a força física, que fora tão presente na juventude. Desse modo, em muitas das cidades antigas, a velhice era somente uma qualificação que camuflava o real papel secundário reservado aos idosos na sociedade.

Beauvoir também retoma as reflexões de Platão e Aristóteles, pensadores que sustentavam posições e concepções distintas no que concernia ao tema da velhice. A filósofa francesa explica que, em “A República”, Platão concebia a velhice como um momento de libertação, em que os sujeitos estariam livres das obrigações e ilusões do cotidiano. No texto “As leis”, o filósofo grego retrata a velhice como um momento de

obrigações dos filhos para com seus velhos pais, com quem devem falar respeitosamente, colocando suas riquezas e a própria pessoa a serviço deles. Presta-se um culto aos antepassados mortos; o futuro ancestral já é sagrado: ‘não podemos possuir nenhum objeto de culto mais digno de respeito do que um pai ou um avô, uma mãe ou uma avó oprimidos pela velhice’” (BEAUVOIR, 1990, p.136).

Dessa forma, o respeito e a devoção aos mais velhos eram preconizados porque acreditava-se que a velhice proporcionava liberdade. É necessário destacar ainda que a obrigação de respeitar e cuidar é destinada, especificamente, aos filhos dos velhos.

Sobre o pensamento de Aristóteles, que considerava a velhice como um momento de declínio do corpo e da alma, Beauvoir (1990, p. 136-137) tece as seguintes considerações:

em A retórica, Aristóteles pinta a juventude com as cores mais risonhas: calorosa, apaixonada, magnânima – e a velhice apresenta-se, para ele, em todos esses pontos, como oposto: 'Porque viveram inúmeros anos, porque muitas vezes foram enganados, porque cometeram erros, porque as coisas humanas são, quase sempre, más, os velhos não têm segurança em nada, e seu desempenho em tudo está manifestamente aquém do que seria necessário.' Eles são reticentes, hesitantes temerosos. Por outro: 'Tem mau gênio, pois, no fundo, ter mau gênio é supor que está tudo pior [...]'. São mornos, tanto nos amores, como nos ódios. São mesquinhos porque foram humilhados pela vida. Falta-lhes generosidade. São egoístas, pusilânimes, frios. São imprudentes: desprezam a opinião [...]. Estão abertos à piedade, não por grandeza de alma, mas por fraqueza. Lamentam-se, e não sabem mais rir (1990, p. 136-137).

Na sociedade romana, os velhos eram respeitados mediante seus bens materiais, os quais representavam grande prestígio. Os senhores, ricos proprietários fundiários, chegavam ao fim da carreira de magistrados e formavam o Senado, que dirigia a diplomacia de Roma e administrava as finanças, além disso, os votos dos homens idosos tinham um peso maior quando comparado com os votos dos jovens.

Na família romana, os velhos tinham total poder não apenas sobre os objetos, mas também sobre a esposa, os filhos e os escravos, podendo matá-los e vendê-los. Os filhos que tratassem mal ou batessem nos pais eram considerados monstros e, imediatamente, excluídos da sociedade. À mulher velha cabia o dever de cuidar da casa, educando os filhos e administrando as tarefas dos escravos. No entanto, com a queda do modelo oligárquico, os homens velhos perderam prestígio e poder dos quais tanto se orgulhavam (BEAUVOIR, 1990).

O Cristianismo, marco do fim da Antiguidade, foi imposto no centro do Império Romano e expandido entre os bárbaros, tornando-se, a ideologia do Ocidente. De acordo com Beauvoir (1990), a religião não conseguiu mudar o destino dos velhos, pois, apesar de criar, a partir do século IV, asilos e hospitais, não havia uma preocupação com os que estavam no fim da vida.

Com o passar do tempo, a Igreja que, em sua gênese, difundia um discurso voltado às classes mais humildes, passou a assimilar o classicismo greco-latino, tratando a velhice como um momento sombrio, de doenças e de abandono. Nesse cenário, os homens jovens detinham o poder religioso e político. Alguns papas foram eleitos na juventude, como João XII e Bento IX, eleitos aos 16 e 12 anos, respectivamente (BEAUVOIR, 1990).

Na sociedade feudal, cuja origem remonta ao século VIII, os idosos eram silenciados,

tanto na sociedade, quanto na literatura, na qual a juventude era o cerne das narrativas. Beauvoir (1990) ressalta que o tempo de vida dos camponeses era, em média, de 30 anos, ainda assim, os poucos velhos que resistiam eram fortemente desfavorecidos, enquanto os jovens da nobreza, considerados distintos cavaleiros, eram exaltados.

Com o fim da Idade Média, tem-se um renascimento da vida urbana e o surgimento de uma nova classe: a burguesia. Com isso, as relações econômicas mudam e a propriedade passa a ser acumulada não mais pela força física, mas por contratos, o que transforma a condição de velhice nas classes ricas, havendo uma preocupação com os idosos, já que, através da acumulação de bens materiais, eles poderiam ser homens poderosos, não mais frágeis, podendo, além disso, utilizar a experiência de vida, para fazer negócios e aumentar sua riqueza.

Beauvoir (1990) comenta que, nesse momento, existiam duas visões sobre a velhice, uma corrente “religiosa/espiritualista” e outra “pessimista/materialista”. Na primeira, a velhice era vista como o último estágio da vida, por isso, era preciso chegar ao fim de forma pacífica, tendo velhice como uma ocasião de preparação para morte, em que a caridade precisava ser exercitada, porque, assim, a salvação seria garantida. A propósito, na Alemanha, a partir de 1400, são escritas recomendações aos idosos sobre como poderiam elaborar seu testamento, no qual deveriam ser mencionados asilos e conventos.

Por outro lado, na visão “pessimista materialista”, o velho era visto com um ser ridicularizado, considerado como alguém incapaz de realizar atividades cotidianas. Havia, também, uma ligação, no plano mítico, entre velhice e cegueira, analogia que representa a exclusão a qual as pessoas mais velhas eram destinadas. Beauvoir (1990, p. 179), assim discorre sobre a questão,

essas pessoas [os velhos] são cortadas do resto dos homens; essa solidão as engrandece e as torna espiritualmente clarividentes. Por outro lado, o mito tinha, então, sólidas raízes na realidade: não se sabia operar a catarata, e muitos homens idosos eram, efetivamente, cegos (ibidem, p.179).

Na Era Moderna, marcado pelo Renascimento (séculos XIV-XVI), tem-se um culto à juventude, o qual inspira muitas obras de pintura, que retratam a velhice com desprezo, apresentando velhos doentes, debilitados, à beira da morte. A comparação entre idades, sempre exaltando a juventude, torna-se frequente nas pinturas renascentistas. Os calendários da época, por exemplo, ilustravam cenas da vida familiar, em novembro o pai estava velho e doente; em dezembro, o velho estava à beira da morte. Outros quadros, no entanto, ao retratarem a vida de velhos ricos e venerados, apresentavam a velhice como motivo de

orgulho, a representação era, portanto, determinada pelos lugares sociais ocupados pelos sujeitos.

Segundo Beauvoir (1990), havia, também, outro tema bastante frequente nas pinturas: a “Fonte da Juventude”. Os artistas descreviam mulheres que, ao mergulharem numa piscina, retornavam rejuvenescidas, envolvendo-se, imediatamente, nos braços de belos jovens. É interessante ressaltar que o rejuvenescimento foi um tema tão forte que, ao descobrir a Flórida, em 1512, Ponce Léon buscara, na realidade, a “Fonte da Juventude”. Desse modo,

do antigo Egito ao Renascimento, vê-se que o tema da velhice foi quase sempre tratado de maneira estereotipada; mesmas comparações, mesmos adjetivos. A velhice é o inverno da vida. A brancura dos cabelos e da barba evoca a neve, o gelo: há uma frieza do branco à qual se opõem o vermelho - o fogo, o ardor - e o verde, cor das plantas da primavera, da juventude. Os clichês se perpetuam, em parte porque o velho sofre um imutável destino biológico. [...] há na sociedade uma determinação que é a de silenciar sobre ele. Seja exaltando-o ou aviltando-o, a literatura o dissimula em clichês. Esconde-o, ao invés de revelá-lo. Com relação à juventude e à maturidade, ele é considerado como uma espécie de referência negativa: não é o próprio homem, mas seu limite; fica à margem da condição humana; nele não a reconhecemos, e não nos reconhecemos nele (BEAUVOIR, 1990, p.201).

No século XVII, novamente, os jovens eram considerados como a maior expressão de poder, entretanto, no âmbito religioso, esse cenário começa a mudar. A partir da Contra Reforma, começa-se a apostar no caráter conservador dos homens velhos, assim, os papas passam a ser, estrategicamente, pessoas idosas. Porém, a experiência e paciência que deveriam ter os líderes da Igreja não eram o único motivo para ocuparem o cargo, temia-se que um líder jovem, de 40 anos, tomasse decisões incômodas para a igreja católica. Conforme Beauvoir (1990, p. 206) “eleito aos 70 ou 75 anos, presume-se – por vezes erradamente – que ele [o papa] permaneça conforme ao personagem que se escolheu com conhecimento de causa, e que não se afaste dos caminhos traçado” (p. 206).

A referida autora ressalta que o século XVII, especificamente na França, foi um período de grande sofrimento para crianças e velhos, pois a sociedade era absolutista e autoritária. É visando combater a pobreza que também assolava a Inglaterra, que a rainha Elizabeth cria, no fim de seu reinado, a “lei dos pobres”, na qual o governo passava a ser responsável, por intermédio das paróquias, pelos indigentes.

Estes ao serem considerados capazes de trabalhar eram explorados, as crianças eram alugadas a artesãos e camponeses; os velhos e incapazes de trabalhar eram levados para asilos. Sobre essa “assistência”, Beauvoir (1990) destaca, criticamente, que as paróquias socorriam somente os indigentes que pertencessem à comunidade, não se ocupando com

recém-chegados e os indigentes considerados “vagabundos”.

Dessa forma, nos primeiros quarenta anos do século XVII, foram criadas várias instituições consideradas de caridade, inspiradas na religião católica, cuja pregação era embasada na doação de esmolas aos pobres. Entretanto, com a tomada do poder pelos puritanos, a mendicância passou a ser um ato imoral; no lugar de esmolas, tinha-se o empréstimo a juros. Nesse sentido, “a melhor maneira de rezar era trabalhar: o trabalho era uma espécie de sacramento e o lucro sinal de uma eleição divina” (BEAUVOIR, 1990, p. 218). Com isso, os velhos pobres padeciam, enquanto entre os burgueses, a velhice era cada vez mais valorizada.

No século XVIII, com a melhoria das condições de vida, a população cresce e há uma maior longevidade. No entanto, é preciso atentar para o fato desse progresso ter sido restrito às classes dominantes, pois, como afirma Beauvoir (1990, p. 221), “na medida em que os explorados conseguiam sobreviver até uma idade avançada, a velhice deles condenava-os à indigência”. Não obstante, as sociedades mútuas de previdência<sup>13</sup>, que existiam na Inglaterra, eram de natureza facultativa privada e, portanto, não alcançavam os trabalhadores-velhos pobres.

No século XIX, na França, os primeiros beneficiados com o sistema de pensões foram os militares e os servidores públicos, sendo, no Segundo Império, estendidas aos mineiros e ferroviários. Essa concessão de aposentadorias era uma forma de recompensa aos trabalhadores pelo longo tempo de “leais serviços”. Debert e Simões (1998, p.29) esclarecem que o surgimento do sistema de aposentadorias na França

enfrentou forte oposição os representantes da burguesia industrial e dos conservadores católicos, que viam nisso uma ameaça à família, tida como única solução para os problemas da velhice. O problema era saber quem deveria arcar com o velho, se a família ou a empresa. A velhice estava associada à invalidez, a incapacidade de produzir.

Na Alemanha, o sistema de seguros sociais é criado entre 1883 a 1885, devido o rápido crescimento do capitalismo que, inversamente, fez aumentar também o pensamento socialista do proletariado. É, portanto, na tentativa de conter a agitação socialista e garantir uma mínima segurança ao proletariado que Bismarck cria o sistema de aposentadorias, cujas funções eram cobrir os acidentes de trabalho e amparar os trabalhadores que não podiam trabalhar por motivo de doença ou pela idade avançada. Na Inglaterra, os magistrados afirmavam que a sociedade deveria assegurar a subsistência dos homens que não podiam

---

<sup>13</sup>As sociedades de Previdência apareceram na Europa desde o século XIV.



continuar trabalhando. Sendo assim, conforme Beauvoir (1990), as condições de vida dos idosos e dos deficientes foram, minimamente, melhoradas.

Entre as classes privilegiadas, a situação era confortável, pois com o desenvolvimento tecnológico e progresso da indústria, a burguesia cria uma velhice valorizada. Dessa forma, a nova classe rica, “tomou orgulhosamente consciência de si mesma, e forjou para si a moral que lhes convinha” (BEAUVOIR, 1990, p. 223). O idoso rico passa a ser representado na literatura como uma pessoa experiente e bondosa, não mais ridicularizado pelas rugas e doenças da velhice, que passa a ser concebida como um momento de felicidade, serenidade e sabedoria.

No século XIX, a sociedade europeia assiste, em decorrência das melhores condições de vida, a um grande crescimento demográfico<sup>14</sup> e aumento na expectativa de vida, o que acabou contribuindo para a diminuição dos mitos em relação à velhice, dando lugar ao desenvolvimento do conhecimento médico-científico.

A Geriatria, que busca a prevenção e tratamento de doenças ocorridas na velhice, surge, sem ter ainda esse nome, na França, em meados do século XIX, devido, principalmente, o grande número de idosos que viviam em asilos. A preocupação inicial era com a higiene dos velhos. Com o avanço dos estudos, a medicina passou a tratar das doenças crônicas dos pacientes em idade avançada. No século XX, as pesquisas multiplicam-se e, em 1912, Ignatz Leo Nasher, médico vienense, considerado o pai da Geriatria, funda a Sociedade Geriatria de Nova Iorque.

Para Debert (1998), a velhice se constitui, nas sociedades ocidentais, um problema a ser resolvido, sendo, também, um objeto de estudo científico. Nesse sentido, junto à Geriatria, surge a Gerontologia, ciência que estuda, de modo específico, o processo de envelhecimento. Segundo a autora (1998, p. 64-65),

pensar na constituição da gerontologia enquanto especialidade científica é se deparar com as etapas da evolução das disciplinas que, à maneira de camadas geológicas, transformam a velhice em uma especialidade. [...] a transformação do envelhecimento em objeto de saber científico põe em jogo múltiplas dimensões: do desgaste fisiológico e do prolongamento da vida ao desequilíbrio demográfico e ao custo financeiro das políticas sociais (p. 64-65).

Sobre a progressão demográfica, Beauvoir (1990) explica que o processo está estritamente ligada ao desenvolvimento industrial, o qual acarretou no crescimento urbano e

---

<sup>14</sup>Beauvoir explica que, em 1800, a população da Europa era de, aproximadamente, 187 milhões de pessoas, esse número aumenta para 300 milhões, em 1870.

surgimento do proletariado. A industrialização contribuiu para uma modificação da família, pois os filhos eram obrigados a deixar os pais e suas casas em busca de melhores condições de vida na cidade.

Entre 1840 e 1850, a produção do campo passou a ser insuficiente para a alimentação de seus habitantes, situação que foi agravada com o desenvolvimento tecnológico que tornou mais difícil a exploração da terra pelos camponeses, que migraram para a cidade, tornando-se proletários da indústria. Para os idosos camponeses, essas transformações foram nefastas, visto que

o trabalho não era protegido; homens, mulheres e crianças eram impiedosamente explorados. Ao envelhecerem, os operários ficavam incapazes de suportar o ritmo do trabalho. A revolução industrial realizou-se à custa de um incrível desperdício do material humano. Na América, entre 1880 e 1900, o taylorismo produziu hecatombes: todos os operários morriam prematuramente. Por toda parte, os que conseguiam sobreviver, quando perdiam o emprego por causa da idade, ficavam reduzidos à miséria (BEAUVOIR, 1990, p. 237).

Com o fortalecimento da burguesia, os velhos que haviam acumulado riquezas eram os representantes dessa classe, entretanto, para a efetivação dos negócios, valorizava-se o pensamento jovem, tornando os lugares ocupados por idosos apenas representativos, como na Grécia. Essa perda de prestígio foi fundamentada nos princípios da sociedade tecnocrática, na qual os saberes adquiridos ao longo da vida são desatualizados e, portanto, não servem. Dessa forma, “são os valores associados à juventude que são apreciados” (BEAUVOIR, 1990, p. 257).

### **3.2 Velhice e aposentadoria no Estado Brasileiro**

Como vimos acima, a história da velhice no Ocidente é marcada pelas desigualdades de classes. Os velhos eram tratados segundo a posição social que ocupavam. Por outro lado, a juventude – dos homens considerados nobres – foi recorrentemente apresentada como o lugar da força, da beleza, da saúde, e a velhice como um lugar sombrio, de morte, de desamparo e perdas.

A partir do século XIX, assiste-se, no cenário mundial, a um crescimento da população, devido ao aumento da expectativa de vida. Isso desemboca em várias ações para a velhice, como o aumento de asilos e o desenvolvimento do saber científico-médico, com o surgimento da Geriatria, e, posteriormente, da Gerontologia. Segundo Haddad (1986), o

crescimento da população idosa torna-se mais que um fenômeno demográfico, ele é tomado pelo Estado como um objeto de adestramento moral e político.

No Brasil, a construção histórica da velhice, bem como da aposentadoria também é marcada pela desigualdade de classes, materializadas nas diversas formas de viver a velhice. Há poucos relatos científicos da história da velhice em nosso país, o material bibliográfico encontrado refere-se, sobretudo a última década do século XX, na qual o Estado brasileiro implementa uma série de reformas, dentre elas, a da Previdência Social, e cria políticas públicas para a “**Terceira Idade**”<sup>15</sup>.

Um dos relatos que temos da velhice no Brasil foi escrito, em 1972, pelo geriatra Mario Filizzola, que apresenta, em sua obra, uma história da velhice e dos asilos brasileiros. Segundo o autor, é em 1794 que o Conde Resende, inspirado em ideias francesas, inaugura, no Rio de Janeiro, a Casa dos Inválidos, que funcionava numa chácara e era destinada aos militares que haviam saído de Portugal para manter a ordem nas terras conquistadas. Com a chegada da corte em 1808, a referida casa foi cedida ao médico particular de D. João VI, fazendo com que moradores da instituição fossem transferidos para a Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro.

Em 1841, foi criado o “Asilo dos Inválidos da Pátria”, mas, somente em 1866, sob a supervisão do Conde de Tocantins, o asilo começa a ser construído, sendo inaugurado em 1868. Merece destaque a localização do asilo, construído ao lado de um depósito de lixo, na Ilha de Bom Jesus (RJ). Além disso, a assistência da instituição não alcançava todos os idosos, apenas os militares, soldados inválidos pela idade ou por doença, tinham o direito de abrigo.

Dom Pedro II funda, em 1879, um asilo de mendicidade, que acolhia crianças menores de 14 anos, indigentes e idosos que viviam nas ruas. A criação dessa instituição é fruto das transformações sociais que o Brasil vivenciava, pois acreditava-se que os pobres eram uma ameaça à higiene pública e, por isso, precisavam ser tirados das ruas. Assim, a pobreza deixa de estar atrelada ao discurso religioso e passa a ser vista como um problema de ordem socioeconômica.

Crianças, jovens e velhos eram considerados indigentes, e, por isso, viviam juntos numa “casa de acolhimento”. É em 1884 que a Santa Casa do Rio de Janeiro designa um espaço, o asilo de Santa Maria, para as idosas internadas, que, aos saírem do hospital, não tinham para onde ir. O Asilo São Luiz, o primeiro voltado especificamente para os velhos

---

<sup>15</sup>Trataremos da “invenção da terceira idade” mais a frente.

desamparados, é criado em 1880, sendo expandido, em 1909, para os velhos que não eram indigentes, mas que, geralmente, por decisão dos familiares eram hospedados, mediante altas mensalidades, na instituição. A entrada nessa instituição significava uma separação da família e da sociedade, mais do que “amparados”, os idosos eram, definitivamente, excluídos.

Ao longo do século XX, a população brasileira tem um significativo aumento, sobretudo, na segunda metade desse século. Dessa forma, o crescimento da população idosa em nosso país não é um fato recente, como afirma Haddad (1987), em 1960, os idosos representavam 4,75% da população, vinte anos depois, em 1980, esse número passa a ser 6,06%. Essa autora tem um posicionamento acerca desse fenômeno, para ela, embora o aumento da expectativa de vida pudesse apontar um possível bem-estar dos sujeitos, a realidade mostra que a esperança média de vida não melhorou as condições objetiva de vida da classe trabalhadora. Esse processo desencadeou a produção da ideologia da velhice, compreendida como

um elemento fundamental à reprodução das relações capitalistas na medida em que a produção das relações capitalista implica a reprodução de ideias [sic], valores, princípios e doutrinas, o conjunto de representações sobre a etapa final da vida humana é organizado segundo as determinações básicas do modo capitalista de produção. As sociedades capitalistas, transformando as pessoas em mercadorias, condenam o trabalhador à degradação durante toda a trajetória dos velhos que vêm, na realidade, escamotear a problemática da exploração da mão-de-obra do funcionamento das sociedades capitalistas, cuja contradição principal é sua divisão em classes sociais (HADDAD, *ibid.*1986, p. 16).

Ainda segundo a autora, a ideologia da velhice tem como principais representantes, a geriatria e a gerontologia, saberes especializados da medicina que, sob a aparente evidência prometem e fornecem elementos que pretendem retardar o envelhecimento ou vivê-lo de uma forma saudável. Esses dizeres circulam na mídia, nos discursos oficiais, no cotidiano, nas escolas; eles estão de alguma forma presentes em toda a sociedade.

Dessa forma, a produção teórica da velhice apresenta-se na sociedade capitalista como uma ideologia da ciência burguesa, funcionando, assim, como instrumento de dominação. Nesse sentido, os geriatras e gerontólogos exercem o papel de reprodutores da ideologia da classe dominante, pois como pesquisadores a serviço da ordem capitalista, aperfeiçoam as representações sobre a velhice. Nesse sentido,

a gerontologia e a geriatria, presas ao cientificismo, são cooptadas pelo Estado burguês; alheias à história, desconsideram as condições objetivas de vida na sociedade de classes brasileira; autoritariamente buscam disciplinar os velhos em nome do que consideram “a arte de envelhecer” (HADDAD,

1987, p. 69).

Outro fato bastante importante, que contribui para a construção das concepções negativas de velhice, está associado à aposentadoria, enquanto um momento de inatividade e, portanto, de inutilidade para a sociedade capitalista. No final da década de 1970, os geriatras anunciavam que trabalhar era a melhor terapia para superar a velhice. Esse discurso é reproduzido na sociedade vigente, na qual aposentadoria representa, paradoxalmente, um “direito” dos trabalhadores e uma “despesa” para os cofres públicos.

A aposentadoria no Brasil é uma conquista que faz parte de uma série de reivindicações dos trabalhadores que ocorreram no começo do século XX. Nas manifestações e nos congressos sindicais, os operários lutavam por direitos trabalhistas, como a redução da jornada de trabalho, a regulamentação do trabalho feminino, o direito a férias e à aposentadoria. Essa mobilização operária teve como resposta algumas medidas por parte do governo, dentre elas a Lei nº 3.724 de quinze 15 de janeiro de 1919, que regulamentava o seguro de acidentes para os trabalhadores como uma obrigação das empresas privadas.

O primeiro plano de assistência previdenciária no estado brasileiro foi instituído no ano de 1923, as Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs) eram destinadas aos ferroviários. Ainda no mesmo ano, foi fundado o Conselho Nacional do Trabalho, através de duas leis: a de nº 4.682, de 24 de janeiro e a de nº 16.027, do dia 30 de abril. A lei que implementava as férias anuais dos operários foi assinada três anos mais tarde, no dia 30 de outubro de 1926, ano no qual as CAPs foram estendidas para outras classes de trabalhadores.

Após a Revolução de 30, tem-se várias disposições legais relacionadas ao trabalho, como a criação do Departamento Nacional do Trabalho e das carteiras profissionais, a regulamentação das oito horas diárias de trabalho para os industriários e comerciários, a institucionalização do trabalho feminino e a concessão de férias para bancários e industriários.

Nesse mesmo período, são inaugurados pelo Estado os Institutos de Aposentadorias e Pensões, (IAPs), que, diferente das CAPs, estabeleceram vínculos com as categorias profissionais e não com as empresas. No ano de 1934, são organizadas as primeiras ações para a legislação trabalhista, sendo criada a Justiça do Trabalho, cujo objetivo era encerrar os conflitos entre patrões e empregados. Ainda sobre a Previdência, Haddad (1987, p. 57) esclarece que

no segundo governo de Vargas a Previdência Social continuou a estender seus benefícios apenas a uma parte da população ativa das cidades, não cobrindo os empregados domésticos, trabalhadores autônomos e profissionais liberais, como também os funcionários civis e militares que eram atendido por regime previdencial próprio, excluindo, da mesma forma,

os trabalhadores rurais.

Com a regulamentação da Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS), em 1956, o governo de Juscelino Kubitschek, houve uma uniformização na legislação previdenciária, principalmente, no que se referia à contribuição, aos benefícios e a serviços da Previdência Social. Desse serviço previdenciário foram excluídos os trabalhadores rurais, embora, segundo a LOPS, todos os que exercessem atividade remunerada no território nacional estivessem integrados na Previdência.

Com o golpe militar de 1964, e a conseqüente política econômica e social instaurada pela tecnoburocracia a serviço do capital, dá-se a total exclusão da classe trabalhadora do processo político. Nos anos que se seguem foi notório o empobrecimento das classes trabalhadoras em nome do controle da inflação e da reprodução crescente do capital (HADDAD, *ibid.* 1986, p. 59).

Nesse cenário que a autora supracitada chama de “novo trabalhismo” – o qual representou um afastamento das práticas de reivindicação dos sindicatos<sup>16</sup> – foi instituído, em 1966, o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), que apresentou a primeira medida para a prestação de benefícios para idosos somente no ano de 1974, através da lei n. 6.179. Esse decreto previa o benefício previdenciário para pessoas maiores de 70 anos, assim, os idosos que não tivessem meios para o próprio sustento receberiam uma quantia equivalente à metade do maior salário mínimo vigente no Brasil. É, pois, na conjuntura social da ditadura militar que o Estado regulamenta o “benefício” ao trabalhador velho, serviço que traz em si as contradições e as exclusões do referido momento histórico. Nesse sentido,

sob o peso do ‘aparelho mental’ do Estado, os idosos estiveram longe de ser assistidos. Na medida em que o modelo de desenvolvimento capitalista implicou a expansão da empresa privada, a direção do INPS, em 1968, justificando objetivar a solução satisfatória ao atendimento médico para toda a população brasileira, acabou investindo na rede hospitalar privada composta por 2.373 unidades. As empresas médicas reduzem as despesas médico-hospitalares endoidecias pela ganância do lucro, oferecendo, portanto, um péssimo atendimento (HADDAD, 1987, p. 64).

Em 1977, é realizada uma reforma em que é criado o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social, que, gerido pela Legião Brasileira de Assistência (LBA), tinha como objetivo inserir o idoso na sociedade através de ações políticas e atividades educativas.

O Brasil recebe em 1982, uma carta da ONU, que exigia a implementação de políticas

---

<sup>16</sup> Atualmente, conforme Antunes (2005, p. 43, grifo do autor), “os sindicatos operam um intenso caminho de institucionalização e de crescente distanciamento dos movimentos autônomos de classe. Distanciam-se da ação, desenvolvida pelo **sindicalismo classista e pelos movimentos sociais anticapitalistas**, que visavam o controle social da produção, ação esta tão intensa em décadas anteriores, e subordinam-se à participação dentro da ordem. Tramam seus movimentos dentro dos valores fornecidos pela sociabilidade do mercado e do capital”.

para a “terceira idade”, nesse período que é também de redemocratização do país, os idosos reivindicam melhorias na qualidade de vida. Resulta disso o início da discussão da elaboração de uma Política Nacional do Idoso. Debert e Simões (1993) fazem uma análise dessa conjuntura, demarcando o aparecimento de novas nomenclaturas para designar a velhice, os velhos e a aposentadoria. Segundo os autores (1993, p. 35-36), criaram-se

novas categorias em oposição às antigas: ‘Terceira idade’ x velhice; aposentadoria ativa x aposentadoria passiva; centro residencial x asilo; gerontologia x ajuda social; animador x assistente social; individual x coletivo. Os signos do envelhecimento foram invertidos e assumiram novas designações: ‘nova juventude’, ‘Terceira Idade’, ‘idade do lazer’. Da mesma forma, inverteram-se os signos da aposentadoria, que deixou de ser um momento de descanso e recolhimento, para tornar-se um período de atividade, lazer e realização pessoal. Mudaram também as concepções sobre envelhecimento e as políticas específicas voltadas para a aposentadoria: não se tratava mais de resolver apenas os problemas econômicos dos idosos, mas proporcionar cuidados culturais e psicológicos de forma a integrar socialmente uma população tida como marginalizada (p. 35-36).

Diante desse novo contexto que abrange, principalmente, o crescimento demográfico da população idosa e seus impactos na sociedade, no tocante, sobretudo, à economia, com a crise previdenciária, cuja responsabilidade é atribuída aos trabalhadores contribuintes, são formuladas, principalmente na última década do século XIX e nos primeiros anos do século XXI, ações de caráter oficial que buscaram organizar e assegurar os direitos e deveres da “terceira idade”. Desse modo, o envelhecimento, como afirma o Estatuto do Idoso (2004, p. 5), “tornou-se questão fundamental para as políticas públicas”, em outras palavras, um **“problema”** para o Estado.

Silva Sobrinho (2007) apresenta uma síntese dos debates que antecederam e foram determinantes na elaboração do Estatuto do Idoso no Brasil, dentre eles, a publicação da Política Nacional do Idoso (PNI), em 1994. Nesse sentido, Silva Sobrinho (2007, p. 155) afirma que o Estatuto é

resultado de debates sobre o processo de envelhecimento da população, entre assistentes sociais, ONGs, geriatras e gerontólogos, políticas públicas, reivindicações dos aposentados e pensionistas, e, por último, a Campanha da Fraternidade de 2003 da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) que tornou o debate público e necessário com o lema “Vida, Dignidade e Esperança para os Idosos”.

Além disso, o ano de 1999 foi destacado pela ONU como o Ano Internacional do Idoso, havendo, no Brasil várias reuniões para o debate da questão do envelhecimento, com a Assembleia Nacional dos Idosos, com o tema “A Terceira Idade a Caminho do Ano 2000”,

realizada pelo Sesc São Paulo, no mês de abril. Essa reunião tratou do desconhecimento das autoridades de um modo geral do PNI, exigindo uma tomada de providências por parte dos órgãos governamentais. É válido ressaltar que esse debate não esteve desvinculado do debate internacional acerca da velhice, já que, em 2002, a Organização das Nações Unidas (ONU) faz uma assembleia sobre o envelhecimento mundial da população, para exigir políticas públicas para os idosos, garantindo-lhes “direitos humanos”.

A Política Nacional do Idoso, que, conseqüentemente, cria o Conselho Nacional do Idoso, teve sua gênese ainda no governo de Fernando Collor, promulgada em 4 de janeiro de 1994, pelo Presidente Itamar Franco; enquanto o Estatuto do Idoso, elaborado pelo Ministério da Saúde, entrou em vigor em janeiro de 2004, mas foi sancionado pelo Presidente Luís Inácio Lula da Silva em outubro de 2003, estando em tramitação no Congresso Nacional desde 1997.

O fato de o Estatuto do Idoso ter sido elaborado pelo Ministério da Saúde e ser direcionado a profissionais de várias áreas, principalmente aos profissionais da saúde, remete-nos à discussão da velhice no âmbito da medicina, pois nele a velhice é vista também como um problema de saúde pública que a ciência médica e o Estado devem resolver. Como afirma Haddad (1986, p. 68)

o estado serve-se do ‘saber médico’ – o único autorizado legítimo – na sua tentativa de amortizar as contradições referentes ao fim da vida do indivíduos na sociedade de classes brasileira. O poder, levando à produção de um tipo de saber necessário à dominação, dele serve para a sua própria reprodução. Tentando cobrir o sol com a peneira, o Estado busca difundir a crença da sua preocupação com a prevenção da marginalização e promoção da integração do idoso; [...] com a garantia de padrões de qualidade nos serviços especializados para atendimento ao idoso; com o estímulo de atitudes positivas em relação ao envelhecimento.

Dessa forma, os discursos sobre a velhice interpelam os indivíduos em sujeitos idosos, fazendo com que, através da ideologia, todos saibam “naturalmente” o que é e como é ser um idoso, impondo, assim, a realidade do sentido para o sujeito nas relações históricas da sociedade capitalista.

### **3.3 A docência e sua constituição histórica na sociedade brasileira**

Assim como a velhice e a aposentadoria, a docência tem sua gênese nas práticas históricas, por isso, trataremos aqui da construção social do magistério, especificamente no



Brasil, buscando, desse modo, entender como a docência foi concebida historicamente e como vem sendo significada nos recentes discursos oficiais/educacionais, que, delineando perfis, regulam o magistério no Estado brasileiro.

A organização escolar do Brasil tem sua gênese no período colonial do país, com a chegada dos jesuítas, em 1549, sob a chefia de Manoel de Nóbrega. Essa chegada ocorreu em ocasião da instauração do Governo Geral, que visava ao sucesso do processo de colonização portuguesa, surgindo a necessidade de converter os índios ao Catolicismo por meio dos ensinamentos da fé cristã. Segundo Ribeiro, ao instruírem uma educação formal/religiosa para os índios, os colonizadores objetivavam o lucro, cabendo, portanto, à população colonial propiciar esses lucros às camadas dominantes de Portugal.

No ano de 1556, a Companhia de Jesus publica o *Ratio Studiorum*, documento que regimentava, com base nos princípios da Igreja, o plano de estudos e a ação pedagógica de seus docentes. Os professores só estavam aptos para ensinar após os trinta anos de idade, e tinham de seguir fielmente, em sua prática, os livros selecionados pela Companhia, assegurando, assim, a propagação do catolicismo.

Com a expulsão da Companhia de Jesus, em 1759, no cenário das Reformas Pombalinas, foram realizadas algumas transformações administrativas na política, na educação e na economia de Portugal. No âmbito educacional, Ribeiro (2005) destaca a criação do ensino público, e o Alvará de 28-6-1759 que determinava a prestação de exames para os professores que atuariam nesse novo ensino. Nessa perspectiva, a formação docente deveria ser afastada do clero e voltada, especialmente, para a pretendida modernização da cultura lusitana.

No Brasil, é outorgada, em 1824, a primeira Constituição que instituiu o ensino primário, resolução que culmina na construção de escolas de primeiras letras no país. Os professores dessas escolas deveriam ser formados na capital da província, e sua contratação deveria ser feita mediante exames de admissão. No entanto, o Ato Adicional de 1834 passou a responsabilidade do ensino e da formação docente para as províncias.

Nesse quadro conjuntural, há a criação das primeiras Escolas Normais de formação de professores, marco da institucionalização da formação e profissionalização docente no Brasil. Segundo Melo (2007, p. 124), as escolas normais, criadas entre as décadas de 30 e 40 do século XIX, eram responsáveis pela “produção e reprodução de um corpo de saberes e pela constituição de um sistema de normas balizadoras da profissão docente”.

Na passagem do Império para a República surge o movimento liberal, formado pela classe média brasileira, embasado em ideias vindas da Europa e enfatizando, dentre outros

aspectos, a crença na educação como a solução para os problemas sociais. No decorrer dos anos (1918–1930), as oligarquias republicanas começam a entrar em decadência, tendo como marco a Revolução de 30, que se deu no cenário da industrialização e urbanização do Brasil, o que aumentou a demanda escolar, já que era preciso ter “mão-de-obra” para a indústria. Acerca dessas mudanças, Melo (2010, p. 135) afirma que

com o movimento de emergência do Estado-Nação, e, a influência do ideário liberal, que tende a afastar a educação da tutela da Igreja, ocorrerá um processo de institucionalização e de estatização dos sistemas escolares. Portanto, no século XIX a demanda crescente pela escola, num contexto crescente de industrialização e urbanização, fará com que o Estado passe a encarregar-se da instituição escolar, dirigindo e controlando o trabalho educativo.

É nessa conjuntura, que um grupo de educadores publica o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, defendendo uma escola de qualidade, pública obrigatória, laica e gratuita para todos os brasileiros. Cavalcante (2007, p. 82) nos explica que, para o Manifesto, uma educação de qualidade “deveria ser democrática, única, capaz de servir de contrapeso aos males e desigualdades sociais provocados pelo sistema capitalista”; a escola, por conseguinte, “deveria ser aberta a todas as camadas e classes sociais no sentido de possibilitar a construção de uma nova sociedade”.

Com isso, tem-se a implementação de algumas reformas na educação brasileira, dentre elas, o Decreto 3.810/1932, que visava redefinir a formação nas Escolas Normais, tornando-as específicas para cada área de conhecimento. Além disso, foram criadas faculdades para os cursos de licenciatura, como a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, em 1934.

Em 1961, é promulgada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (4024/61). Com o Golpe Militar, em 1964, essa Lei passou por transformações cuja finalidade era adequar a educação ao novo sistema governamental: o Regime Militar. As reformas realizadas nesse período vão “representar a adoção da tendência tecnicista no ensino brasileiro, que buscará aplicar na escola o modelo empresarial baseado na racionalização, eficiência e produtividade” (MELO, 2007, p.51).

Nas décadas de 70 e 80 do século passado, as reivindicações no âmbito educacional se intensificaram, devido, sobretudo, ao processo de redemocratização do país. Buscava-se, portanto, uma educação democrática, humanizadora e de qualidade social. Os currículos para a formação de professores, bem como as condições de trabalho dos docentes foram fortemente criticados. Assim, desencadeou-se um processo de reformas, sobretudo a partir da

década de 1990, em todas as esferas da educação.

Os discursos oficiais que regulamentam a educação parecem estar de acordo com a perspectiva emancipadora defendida ao longo dos anos pelos educadores. No entanto, podemos perceber que o discurso jurídico educacional incorpora os termos que representam mudanças, como cidadania e qualidade, porém ressignificam esses termos na/pela lógica do capital.

As reformas realizadas na educação brasileira, sobretudo na década de 90 do século XX, foram resultado de uma complexificação da sociedade, em decorrência, principalmente, da reestruturação produtiva do modo de produção capitalista e da redefinição do Estado, centrada na política neoliberal. Cavalcante (2007) explica que o neoliberalismo, que se inicia na Inglaterra nos anos 70, envolve dois vetores: um relacionado às mudanças no mercado de trabalho, e outro relacionado à redefinição do papel do Estado. Segundo a referida autora (2007, p. 58), as mudanças no mundo do trabalho caracterizam-se

pela flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos e pela aceleração de novas tecnologias concentradas principalmente na informática, na robotização e no incremento dos meios de comunicação, beneficiando produtos e consumidores, tornando homens e mercadorias descartáveis, num processo cada vez maior (ibid. p.58).

A política neoliberal surge, portanto, como uma reação teórica e prática ao Estado intervencionista, defendendo a total liberdade do mercado e a mínima intervenção do poder público na economia. O papel do Estado é, nessa perspectiva, servir ao mercado promovendo a reprodução do capitalismo através das políticas sociais, que difundem o discurso neoliberal como forma de ser e de viver em sociedade. Dessa forma, o Estado neoliberal, enquanto instituição e instrumento fundamental da ordem burguesa, tem como objetivo

zelar pelas boas condições de funcionamento do mercado – a manutenção da ordem, elaboração de leis de proteção à propriedade privada – facilitando a vida dos empreendedores privados seja por meio da criação/ampliação de aparelhos repressores – polícia, exército, tribunais, seja através de uma rede e escolas fundamentais que instruem, sem formar, a força do trabalho requerida pelas empresas (CAVALCANTE, 2007, p.58).

Ao reconfigurar o mundo do trabalho, o ideário neoliberal delimita um novo perfil de trabalhador, enfatizando a eficiência, a flexibilidade e a polivalência desse sujeito. Esses requisitos são fundamentados no modelo toyotista de produção, que surge no Japão após a segunda Guerra Mundial, buscando a superação do modelo taylorista/fordista. De acordo com

Melo (2010, p.115-116),

a adequação às novas exigências do mercado mundial torna imperativa a efetivação de uma série de modificações, dentre as quais destacamos: uma maior eficiência produtiva, redução dos custos trabalhistas, melhoria da qualidade dos produtos negociados e flexibilização da produção, evidenciando-se a necessidade de estabelecimento de novas formas de gestão e organização do trabalho. Tais formas são sintetizadas na concepção toyotista, que estabelece uma revolução no sistema produtivo caracterizada basicamente pelas seguintes ideias: implementação da produção enxuta, qualidade total e envolvimento da classe trabalhadora na tomada de decisões relativas à produção.

A política neoliberal tem como naturais a desigualdade social e a competitividade entre os sujeitos, responsabilizando-os pelo sucesso e/ou fracasso que venham a ter no mundo do trabalho. Por outro lado, o ideário neoliberal estimula o espírito de unicidade, de coletividade e cooperação entre empregador e empregado, mascarando, assim, os reais conflitos existentes entre essas classes sociais antagônicas.

No Brasil, os ideais neoliberais foram implementados a partir da década de 1990 através de uma série de reformas em vários âmbitos do Estado, inscritas num paradigma de gestão eficiente com redução de gastos, salientando, assim, a exploração dos trabalhadores e intensificando a subordinação dos sujeitos ao modo de produção capitalista.

As mudanças no Estado brasileiro foram apresentadas como ações inovadoras e inevitáveis, pois proporcionariam a resolução dos problemas sociais. No contexto dessas transformações, a educação adquire o papel de formar/preparar indivíduos empregáveis para o mercado de trabalho, para a perpetuação da lógica lucrativa do capital, tornando-se, para isso, fundamental o ajuste dos currículos escolares à ideologia do mercado. De acordo com Cavalcante (2007, p.62),

é nesse processo de reordenação mundial, de reestruturação produtiva que são produzidos os discursos que determinam as políticas educacionais, em níveis nacionais. Essas políticas estabelecem um conjunto de reformas da educação pública, e, tomando como modelo o mundo empresarial, visam a uma transformação não só da forma de oferta de educação, mas também do seu sentido.

Desse modo, as políticas públicas educacionais buscavam “garantir” aos sujeitos uma formação para o sistema capitalista, baseada na perspectiva da globalização, formando trabalhadores que fossem qualificados e eficientes para o serviço, produtivos e flexíveis em seu local de trabalho. Nessa formação, voltada exclusivamente para atender às necessidades do mercado, as noções de empregabilidade e competência ocupam um lugar central, pois os

indivíduos têm de ser formados para gerenciar competência frente ao mercado de trabalho, visto que ser empregável depende do esforço de cada pessoa. A regra é, portanto, adaptar-se aos preceitos mercadológicos, aceitando a competitividade e o desemprego como fatores naturais e necessários para a sociedade.

Considerada o marco da reforma educacional, a “Lei de Diretrizes e Bases” (LDB, 9394/96) da educação brasileira, tramitou no Congresso por oito anos e foi aprovada em 1996. A partir dela instaurou-se uma série de modificações no sistema educacional brasileiro.

A formação de professores é tratada na LDB de forma enfática, pois o docente é visto como principal agente de transformação no contexto das mudanças sociais e econômicas no Brasil. Dessa forma, a Lei prevê a formação em cursos de graduação para professores da Educação Básica e cursos de pós-graduação *stricto sensu* para docentes que desejassem atuar no ensino superior. Além disso, o discurso oficial atribui inúmeras funções para todos os professores, como a participação na elaboração de propostas pedagógicas dos estabelecimentos de ensino, elaboração de planejamentos e estabelecimento de estratégias de recuperação para alunos com rendimento insatisfatório.

Como preconizado no artigo 53, inciso II da LDB 9394/96, são elaboradas, na segunda metade da década de 90, as diretrizes para os cursos de graduação, que apresentaram competências e habilidades para a formação e atuação dos docentes. Outros discursos oficiais foram produzidos ao longo dos últimos anos, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) e as Diretrizes Nacionais para os Cursos Superiores (2001). Atualmente, assistimos a uma crescente desvalorização da profissão docente, embora nas práticas discursivas midiáticas e oficiais, o Estado tente camuflar a realidade educacional do Brasil, apresentando estatísticas e propostas que simulam uma valorização do corpo docente.

Como vimos, a educação, enquanto prática social, está sempre vinculada a um modelo de sociedade e às suas exigências; ou seja, cada modo de produção social requer um modelo educacional para atender as suas demandas políticas e econômicas, por isso a educação está em “permanente mudança”, respondendo à dinamicidade da sociedade.

Diante dessa discussão, que mostrou como a velhice, a aposentadoria e a docência são, essencialmente constituídas historicamente, avançaremos para as análises dos discursos dos professores universitários sobre docência, aposentadoria e velhice, tomando essas práticas discursivas como fruto das relações históricas da sociedade brasileira. Assim, ao analisarmos as sequências discursivas, à luz da Análise do Discurso francesa, retomaremos as condições de produção dos discursos dos professores aposentados, condições que abrangem os processos histórico-sociais apresentados neste capítulo.

#### 4 EFEITOS DE SENTIDOS DE DOCÊNCIA, APOSENTADORIA E VELHICE NOS DISCURSOS DE PROFESSORES/AS UNIVERSITÁRIOS/AS APOSENTADOS/AS

*[A] análise de discurso não supõe de forma alguma a possibilidade de algum cálculo dos deslocamentos de filiação e das condições de felicidade ou de infelicidade eventuais. Ela supõe somente que, através das descrições regulares de montagens discursivas, se possa detectar os momentos de interpretações enquanto atos que surgem como tomadas de posição, reconhecidas como tais, isto é, como efeitos de identificação assumidos e não negados.*

Michel Pêcheux (2008, p. 57)

Nesta seção, buscaremos compreender o processo de produção de sentidos de docência, aposentadoria e velhice nos discursos dos professores universitários aposentados. No percurso analítico, tomaremos os discursos como materialidades constituídas historicamente, assim como a docência, a aposentadoria e a velhice, processos sociais que são significados na sociedade brasileira. Consideramos, também, os discursos dos docentes aposentados enquanto gestos de interpretação dos sujeitos que ao falarem sobre a docência, a aposentadoria e a velhice também se constituem, pois, como afirma Orlandi (2004, p. 147), a relação dos sujeitos com os sentidos é mediada pela formação social, visto que o “sujeito é sujeito à interpretação e sujeito da interpretação”.

O *corpus* desta pesquisa é constituído de entrevistas que realizamos com cinco professores universitários aposentados da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), participantes da Associação de Docentes da Universidade Federal de Alagoas (ADUFAL). As entrevistas foram realizadas no período de janeiro a março de 2013, sendo gravadas em áudio. Os professores (três mulheres e dois homens) tinham mais de sessenta anos, e, dois deles, ainda desempenhavam atividades docentes na UFAL como voluntários.

No intuito de compreender a constituição dos sentidos e dos sujeitos que são tidos como professores, aposentados e velhos, as entrevistas foram conduzidas a partir de um questionário semi-estruturado, com tópicos para que os professores falassem sobre docência, aposentadoria e velhice. Utilizamos a sigla PA para referimo-nos ao termo professor aposentado, visando, assim, reservar as identidades dos sujeitos participantes da nossa pesquisa. Abaixo, apresentamos um quadro com informações acerca dos participantes desta pesquisa.

	<b>PA1</b>	<b>PA2</b>	<b>PA3</b>	<b>PA4</b>	<b>PA5</b>
<b>Entrevistado/a</b>	Homem	Mulher	Mulher	Mulher	Homem
<b>Idade</b>	65 anos	62 anos	74 anos	64 anos	70 anos
<b>Atuação</b>	Curso de Química	Curso de Nutrição	Curso de Pedagogia	Curso de Medicina	Curso de Serviço Social

Realizamos as entrevistas, com duração média de 50 a 60 minutos, no espaço da Adufal, na residência dos professores e no Campus A.C. Simões, da UFAL. Após esse momento, partimos para o trabalho de transcrição, no qual já começamos a observar trechos bastante significativos para nossa investigação. Com as gravações transcritas, avançamos para o recorte das sequências discursivas (SD),<sup>17</sup> a partir dos eixos temáticos, docência, aposentadoria e velhice, visando, com isso, realizarmos nosso gesto de interpretação.

A seleção das sequências discursivas já revela o começo de nossa análise, pois, como afirma Orlandi (1989, p. 33), “para a análise de discurso, a constituição do *corpus* e a própria análise estão intimamente ligados, ou seja, são a mesma coisa. Analisar, de certo modo, é dizer o que pertence ou não a um *corpus* determinado”. É, portanto, através da análise das sequências que o analista pode identificar as posições ideológicas que os sujeitos ocupam em uma formação discursiva.

É necessário ressaltar que alguns professores aposentados não aceitaram participar desta pesquisa, uns alegaram falta de interesse, outros disseram que não ficavam à vontade com as gravações em áudio. A pedido de um professor, enviamos um questionário escrito da entrevista para que ele respondesse, mas não obtivemos retorno. É importante destacar, por outro lado, que os docentes entrevistados se mostraram, desde o convite, bastante disponíveis e receptivos para as entrevistas. No trecho a seguir, temos uma fala representativa da disponibilidade e do interesse dos professores aposentados em relação à participação nesta pesquisa.

<sup>17</sup> Amaral (2005, p.71), ao falar sobre o processo metodológico na Análise do Discurso (AD) explica que “as sequências discursivas são as formas concretas do discurso [discurso concreto, para HENRY, 1990], onde se dá o encontro das duas dimensões discursivas [...] (o intra e o interdiscurso)”.

*SD1– Do mesmo jeito que a infância merece atenção para a formação dela, a idade avançada merece atenção, quando eu vejo uma pesquisa assim, eu fico feliz... por isso que eu me animei em me constituir sujeito de pesquisa, nem fui convidada, eu mesma me convidei porque eu acho que essa é a contribuição que as ciências podem dar ao tratamento a essa etapa da vida (PA3, Mulher, 74 anos).*

É nesse intuito de contribuir para a discussão não só da velhice, mas também da aposentadoria e da docência, desvelando os efeitos de sentidos nos discursos dos professores aposentados, que iniciaremos nosso percurso analítico, apresentado, num primeiro momento, as análises que realizamos sobre a docência e, em seguida, sobre a aposentadoria e a velhice.

#### **4.1 “Ser professor é...”: a (re)produção de sentidos nos discursos dos docentes universitários aposentados**

A nosso ver, desvelar os sentidos de docência nos discursos dos professores universitários aposentados aponta para a relação que a sociedade estabelece sobre o que é ser professor, o *status* da profissão e a necessidade de ser produtivo. Além disso, os efeitos de sentidos de docência produzidos nos dizeres dos professores são cruciais para compreendermos o modo como a docência acaba constituindo sentidos para a aposentadoria desses sujeitos.

Dessa forma, apresentamos, abaixo, as sequências discursivas, pelas quais buscaremos compreender como a docência é significada por sujeitos que viveram a experiência da docência e hoje estão aposentados. Em seguida, faremos a análise de cada sequência, articulando teoria e prática analítica, visando, assim, desvelar os mecanismos ideológicos de produção de sentidos.

*SD2– É se colocar em compromisso a servir mesmo. Não tem demagogia nisso! Se não é assim, você faz da docência uma profissão vazia de significado social, político e pedagógico... é se colocar mesmo pra formar multiplicadores de uma prática assim comprometida que faça melhorar a qualidade da educação e da vida do pessoal. Professor se define para mim nessa linha. Não sou professor pra ensinar português ou matemática... é mais, muito mais do que isso. O ensino nas áreas de conhecimento é meio, meio de formar cidadão, né? (PA3, Mulher, 74 anos).*

*SD3– É tentar transmitir conhecimento, é saber lidar com... com as pessoas. É saber lidar com situações inesperadas, num é? Porque surgem de repente na sala de aula situações que você não estava esperando... e essa coisa surge. Esse negócio de sacerdócio não sei o que. Não! É conversa fiada... eu queria ser mais bem pago só (PA1, Homem, 65 anos).*



**SD4**– *Só os conhecimentos teóricos não são suficientes, tem que tá associado à prática pra poder você passar pros alunos experiência prática e inserir esse pessoal de forma mais preparada no mercado (PA2, Mulher, 62anos).*

A partir dessas materialidades discursivas, buscaremos desvelar os mecanismos de produção de sentidos e refletir sobre o modo como a experiência profissional afeta e constitui o modo como os entrevistados significam a docência. Em seus discursos, os docentes assumem posições-sujeito, que remete ao que Pêcheux (1988, p. 171-172) chama de tomada de posição, que não é concebida como um ato originário do sujeito falante, ao contrário, ela é

compreendida como o efeito, na forma-sujeito, da determinação do interdiscurso como discurso-transverso, isto é, o efeito da ‘exterioridade do real ideológico-discursivo, na medida em que ela se volta sobre si mesma’ para se atravessar.

Nas entrevistas, pedimos a cada docente aposentado que falasse sobre o modo como via a docência, ou seja, o que era ser professor na sociedade brasileira. As respostas dos docentes, que organizamos em sequências discursivas, reproduzem, como veremos, discursos dominantes, mas também apresentam resistências, pois se inscrevem na dinamicidade das relações sociais, produzindo sentidos que dialogam com outros dizeres, visto que “todo discurso é uma resposta a outros discursos com quem dialoga, reiterando, discordando, polemizando” (FLORÊNCIO et al., 2009, p. 25). Começamos, então, pela sequência discursiva 2.

**SD2**– *É se colocar em compromisso a servir mesmo. Não tem demagogia nisso! Se não é assim, você faz da docência uma profissão vazia de significado social, político e pedagógico... é se colocar mesmo pra formar multiplicadores de uma prática assim comprometida que faça melhorar a qualidade da educação e da vida do pessoal. Professor se define para mim nessa linha. Não sou professor pra ensinar português ou matemática... é mais, muito mais do que isso. O ensino nas áreas de conhecimento é meio, meio de formar cidadão, né? (PA3, Mulher, 74 anos).*

Como vimos na seção anterior, os discursos são engendrados em determinadas condições de produção, que correspondem ao processo de reprodução transformação das relações de produção de uma formação social. Desse modo, para que compreendamos o funcionamento dessa materialidade discursiva, é necessário que retomemos, primordialmente, as condições de produção desse discurso, pois, como afirma Silva Sobrinho (2009), elas são as bases sócio-históricas, o alicerce do dizer.

A década de 1990 é marcada pelas reformas no âmbito educacional, oriundas da implementação do ideal neoliberal no Estado brasileiro. Nessas reformas, o professor tem um papel preponderante, é ele que, cotidianamente, formará sujeitos para atuarem na sociedade do “**conhecimento**”, da “**informação**”, da competitividade. Além disso, os professores são responsabilizados ideologicamente pelo fracasso ou sucesso de sua vida profissional, e, para que sejam empregáveis, os docentes precisam, nessa ótica, ser formados inicial e continuamente a partir do modelo empresarial das competências e habilidades, que também devem ser desenvolvidas nos e pelos alunos.

O professor do ensino superior que, segundo o artigo 64 da Lei de Diretrizes e Bases (9394/1996), tem de ser preparado em programas de mestrado e doutorado, deve obter uma característica peculiar no tocante ao desenvolvimento das competências e habilidades frente ao mundo do trabalho e à universidade.

Os docentes universitários, desde a formação nos programas de pós-graduação, são interpelados a se mostrarem produtivos academicamente. Seus currículos são avaliados pela quantidade e não pela qualidade de suas publicações, as horas de aulas ministradas e as pesquisas orientadas são desvalorizadas, dando-se ênfase a produção acadêmica. Mais do que um professor-pesquisador, o docente universitário deve ser, principalmente, um produtor de artigos que, somados a tantos outros, façam com que os cursos tenham boas pontuações nas avaliações periódicas do Ministério da Educação, tornando, assim, a educação, estatisticamente, desenvolvida.

É assim que as reformas, os planos educacionais, que se auto-intitulam inovadores e necessários ao progresso nacional, vêm sendo atualizadas e reformuladas ao longo das últimas duas décadas. Hoje, com o fracasso do sistema educacional brasileiro constatado, entretanto discursivamente mascarado, os professores, com más condições de trabalho e péssimas remunerações são culpabilizados e chamados a resolver os problemas sociais. Na ótica governamental, a escola, a universidade, a educação têm o dever de transformar, mas sem tocar na estrutura da sociedade. Segundo Vieira e Martins (2012, p. 95),

O sujeito docente passa a ser responsável pela formação integral das novas gerações, incluindo aí hábitos, conteúdos, comportamentos e competências para formar uma nova força de trabalho, cidadania, qualidade e compromisso social. Isso exige doação, empenho, comprometimento, diálogo e avaliação permanente, tanto de seus alunos quanto de si mesmo, características essas que somente podem ser aferidas e comprovadas como verdadeiras pelos exames nacionais padronizados.

Na SD2, o sujeito do discurso define a docência como um “compromisso de servir mesmo”, caso isso não seja feito a docência não terá “significado social, político e pedagógico”. O professor como integrante da classe-que-vive-do-trabalho<sup>18</sup> deve servir sem “demagogia”. Mas a quem e a que o docente deve servir, e, conseqüentemente, quem é esse patrão/senhor são questões silenciadas nessa discursividade, visto que o silêncio é constitutivo da produção de sentidos, pois, como afirma Orlandi (1992, p.71), “para falar, o sujeito tem necessidade de silêncio, um silêncio que é fundamento necessário ao sentido e que ele [o sujeito] reinstaura falando”.

No enunciado seguinte, ser professor é “se colocar mesmo para formar multiplicadores de uma prática”, podemos atentar para o uso do advérbio “mesmo”, que reitera o posto de serventia do professor, assim, há uma correspondência entre os termos “servir mesmo”, “se colocar mesmo”. O docente deve se doar totalmente a sua profissão-vocação, possuindo uma prática “comprometida” que forme “multiplicadores” para que, assim, a educação e a vida do “pessoal” melhore a qualidade.

O papel do professor, o papel da educação é, portanto, “transformar” a sociedade, de modo que essa transformação sirva para a manutenção e avanço do sistema econômico vigente. Aqui podemos recuperar uma memória discursiva<sup>19</sup> que se instaurou ao longo dos anos, por meio de discursos oficiais e suas derivações, de que a educação mudará a sociedade, sendo, portanto, redentora dos males sociais.

É preciso, ainda, questionar as evidências de sentido do termo cidadão, que foi construído historicamente, sendo atualizado nas reformas, especificamente nos PCN (1997), para designar um sujeito consciente de sua responsabilidade e inserção na sociedade, pois, como Cavalcante (2007, p. 20) afirma, a educação “sempre esteve a serviço a formação de um determinado tipo de homem em função da mudança ou da manutenção de postulados políticos-ideológicos de um determinado modelo de sociedade”.

Na atual conjuntura, o professor é conduzido a servir a ordem da sociedade capitalista, na qual os sujeitos são vistos como responsáveis por seu sucesso ou fracasso educacional e profissional. Dessa forma, o compromisso do professor e sua prática devem estar voltados para a manutenção do modo de produção vigente. Esse compromisso reaparece na SD em análise, pois o sujeito discurso, afetado pela formação discursiva educacional/oficial, ressalta a

---

<sup>18</sup> Cf. Antunes (2005).

<sup>19</sup> “Chamamos memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra”. Ainda, conforme a autora, “o fato de que há um já-dito que sustenta a possibilidade mesma de todo dizer, é fundamental para se compreender o funcionamento do discurso, a sua relação com os sujeitos e com a ideologia” (ORLANDI, 2012, p. 32).

necessidade de formar “multiplicadores de uma prática comprometida” que melhorará a educação e a vida das pessoas.

Para isso, o ensino das áreas de conhecimento deve ter, na ótica neoliberal, como finalidade “servir” e “formar” cidadãos, sujeitos de direitos e deveres, o que Orlandi (2001) chama de sujeito de direito/jurídico característico da formação social capitalista, sendo a escola a responsável pela formação dos cidadãos comprometidos com a sociedade mercantil.

Desse modo, a cidadania, enquanto um objeto a ser alcançado pelos alunos por meio da escola, é uma das formas de administração do sujeito na sociedade capitalista, pois a “cidadania se constitui como um **bem de mercado** e o conhecimento tornado saber terminológico adquire um sentido **empresarial** (e não se constitui em um bem social geral)” (ORLANDI, 2001, p.160, grifo da autora).

Dessa forma, é possível afirmar que na SD2, a docência é tida como uma forma de “servir” à sociedade e um “meio de formar cidadão”, atribuições que condicionam e restringem o significado da profissão docente, pois “se não é assim, você faz da docência uma profissão vazia de significado social, político e pedagógico”, “significados” que, em seu real sócio-histórico, estão ligados aos ideais mercadológicos que impõem a atuação do trabalhador na sociedade.

Nesse complexo socioeconômico que determina a função e o significado do magistério, tem-se uma crescente desvalorização da docência no Estado brasileiro, embora nos discursos oficiais e midiáticos propague-se o imaginário de um professor, sobretudo no ensino superior, que é muito bem remunerado, e que, também, atua no magistério por vocação, por amor à profissão, o pré-construído de docência como sacerdócio/vocação é colocado em questão na sequência seguinte. Para um dos nossos entrevistados, ser docente:

*SD3– É tentar transmitir conhecimento, é saber lidar com... com as pessoas. É saber lidar com situações inesperadas, num é? Porque surgem de repente na sala de aula situações que você não estava esperando... e essa coisa surge. Esse negócio de sacerdócio não sei o que. Não! É conversa fiada... eu queria ser mais bem pago só (PA1, Homem, 65 anos).*

Além de recuperar interdiscursivamente um dizer ancorado na concepção liberal tradicional de educação, que concebe o ato de ensinar como “transmissão de conhecimento” (LUCKESI, 1994), a SD3 faz referência à imprevisibilidade e precariedade do cotidiano escolar, no qual, segundo PA1, uma “coisa” surge. Podemos remeter essa “coisa” a confusões, à falta de material/condições de trabalho, à falta de professores e à violência nas escolas. Avaliando a conjuntura atual das escolas e a incidência de violência, um de nossos

entrevistados declarou que “hoje em dia, a menina do colégio acha que pode dá surra em professor. Na época em que eu estudava em colégio era inconcebível isso” (PA5, Homem, 70 anos).

A necessidade de saber lidar com as pessoas e com situações inesperadas dialoga com o discurso oficial/educacional das competências, oriundo do mundo empresarial, pois somente um professor competente poderá lidar com situações inesperadas que, como ressalta PA1, “surgem de repente na sala de aula”.

A figura de um professor que consegue resolver problemas nas ocasiões mais inusitadas é fruto, principalmente, das reformas no sistema educacional decorrentes do mundo trabalho, especificamente, da reestruturação produtiva do capital, que, como já dissemos, foram iniciadas na última década do século passado, trazendo um novo modelo de formação para os trabalhadores, centrado nas noções de empregabilidade, polivalência e capacidade de adaptação, diretamente ligada à ideia de flexibilidade, de habilidade de “lidar com situações inesperadas” da atividade profissional e, especialmente, do mundo do trabalho. A flexibilização do trabalho e dos trabalhadores tem fundamento no modelo de produção toyotista que, ao substituir o fordismo<sup>20</sup>, acentua a exploração dos trabalhadores.

Ainda na SD3, temos a negação da docência enquanto vocação e sacerdócio. “Esse negócio de sacerdócio não sei o que. Não! É conversa fiada”. Podemos remeter, num movimento parafrástico, o termo “conversa fiada” aos sentidos de mentira, de algo que não tem importância ou credibilidade, de uma conversa é um engano.

A relação entre a docência e o sacerdócio, que remete ao discurso da devoção e do sacrifício religiosos, remete ao período de constituição da docência no Brasil, organizada pela Igreja e, posteriormente, pelo Estado. Vinculada à Igreja, a ideia de sacerdócio é relacionada ao magistério principalmente pela feminização do corpo docente, processo que produziu sentidos de domesticidade, de maternidade e de caridade para a docência, produzindo, também, uma espécie de justificativa para a má remuneração e desvalorização profissional da mulher.

Melo (2010) explica que a partir do século XIX, com a industrialização, urbanização e emergência de um Estado-Nação, a escola e a os professores passam a ser organizados e controlados pelo Estado. Há, também, nesse período, a criação das escolas normais, visando, através da profissionalização do corpo docente e da expansão da educação, “garantir a

---

<sup>20</sup> “Entendemos o fordismo **fundamentalmente** como a forma pela qual a indústria e o processo de trabalho consolidaram-se ao longo deste século [XX], cujos elementos constitutivos básicos eram dados pela produção em massa, através do controle dos tempos e movimentos pelo cronômetro taylorista e da produção em série fordista; pela existência do trabalho parcelar e pela fragmentação das funções” (ANTUNES, 2005, p. 25, grifo do autor).

manutenção e o fortalecimento da ordem econômica e social baseada na propriedade privada dos meios de produção e na economia do mercado” (MELO, 2010, p. 135).

Na última década do século XX, com a promulgação da *Lei de Diretrizes e Bases* (LDB, 9394/96), tem-se uma reconfiguração na formação do magistério brasileiro, os docentes passam a ser oficialmente “profissionais da educação”, e, por isso, também são chamados a seguir os ideais de competência, habilidade e eficiência, que são regulamentados pelo pensamento neoliberal.

Nessa articulação do discurso religioso com o discurso político sobre a docência é construída uma identidade para a profissão docente pautada em princípios de vocação, mas também ideais mercadológicos. Dessa forma, o professor ainda é visto como um sacerdote, cuja vocação deve “servir” à sociedade, superando quaisquer dificuldades do ofício. Ao mesmo tempo, o docente é considerado um profissional, e, por isso, deve estar sempre adaptando-se às mudanças do mundo trabalho.

De encontro a essa forma dominante, por isso padronizada, de significar a docência, a expressão “conversa fiada” remete, a nosso ver, a um deslize de sentido, pois o sujeito inscrito no simbólico não tem controle total sobre seu dizer, o que deriva na produção de outros sentidos, por vezes indesejáveis numa formação discursiva (FD), já que rompe a fronteira tênue do que poderia e deveria ser dito em determinado contexto.

Dessa forma, como vimos no primeiro capítulo, uma FD, enquanto regionalização de sentidos, são heterogêneas, porque ao constituírem os indivíduos em sujeitos falantes comportam o real da língua sujeito a equívoco, à falhas porque é, constitutivamente, inscrito na história. Além disso, conforme Pêcheux (1998), não podemos pensar a interpelação ideológica, realizada através da identificação do sujeito com uma FD, como um ritual sem falhas, sem brechas e fissuras, pois num mesmo discurso o sujeito pode assumir diversas posições, o que implica dizer que identificação e desidentificação são processos que se imbricam na constituição dos sentidos e dos sujeitos.

Para Indursky (2011), a relativização da identificação plena do sujeito com a forma-sujeito de uma FD deu-se com elaboração pecheutiana das modalidades de tomada de posição, que compreendem três posições-sujeito: a identificação, a contra-identificação e a desidentificação do sujeito com a FD em que está inscrito. Antes dessa formulação, afirma a autora, não se trabalhava no quadro teórico da Análise do Discurso com a alteridade, com a contradição, havendo espaço apenas para a reduplicação de sentidos.

Na identificação, discurso do “bom sujeito”, há uma superposição como um recobrimento do sujeito do discurso em relação à forma-sujeito, fazendo com que a tomada de

posição do sujeito realize seu assujeitamento “livremente consentido”, refletindo de forma espontânea o Sujeito. Na segunda modalidade, a da contra-identificação, discurso do “mau sujeito”, o sujeito se contrapõe, através de sua tomada de posição, ao sujeito universal, havendo, assim, “uma separação, (distanciamento, dúvida, questionamento, contestação, revolta...)” (PÊCHEUX, 1888a, p. 215). A terceira modalidade, que corresponde à desidentificação<sup>21</sup>, consiste numa tomada de posição não subjetiva que “conduz ao trabalho de transformação-deslocamento da forma-sujeito” (PÊCHEUX, 1888a, p.217).

Essas posições que um sujeito pode assumir num discurso não são fixas. Podemos ver na SD em análise que, inicialmente, são reproduzidos sentidos dominantes, que significam a docência como transmissão de conhecimentos e capacidade de lidar com “situações inesperadas”. Entretanto, ao negar, ou seja, contestar a docência vinculada ao sacerdócio, o sujeito do discurso manifesta, a nosso ver, uma resistência aos saberes pré-construídos historicamente.

Outra questão relevante é que, como afirma Pêcheux (1988a), a contra-identificação é marcada por traços linguísticos, que podemos verificar nas expressões “esse negócio” e “conversa fiada”, que apresentam uma revolta em relação à desvalorização a qual o magistério é submetido no atual cenário social de mercantilização da educação brasileira.

Essa desvalorização é especificada no seguinte enunciado da SD3: “eu queria ser mais bem pago só”. Como podemos observar, a reafirmação do termo “bem pago” é produzida através da palavra “só”, que, funcionando como um advérbio, produz a exclusão de outros enunciados ligados, também, a desvalorização docente, como, por exemplo, “**eu queria trabalhar menos**”, “**eu queria ter privilegio**”, “**eu queria ser respeitado**”. Sendo assim, é possível afirmar que o sujeito do discurso conclui, após anos de exploração de sua força de trabalho, que a docência, enquanto transmissão de conhecimento e sacerdócio – uma “conversa fiada” – não o valorizou economicamente, daí sua incisiva afirmação: “eu queria ser mais bem pago só”.

Encaminhando-nos para a última sequência deste bloco de análise, podemos observar a significação da docência em relação à discussão sobre teoria e prática, e a formação dos sujeitos para o mercado de trabalho.

---

<sup>21</sup>Indursky (2011, p. 85) esclarece que “na contra-identificação, o que ocorre é um recuo em relação à forma-sujeito, não mais reduplicando plenamente seu saber e permitindo que haja uma superposição apenas parcial e imperfeita; já quando ocorre a desidentificação, o sujeito do discurso não apresenta mais nenhuma identificação com o saber da forma-sujeito. Não se trata mais de uma desidentificação parcial. Trata-se, agora, de uma desidentificação completa. O que ocorre é uma ruptura com os saberes de uma FD e a consequente desidentificação com sua forma-sujeito e a subsequente identificação com outra FD e sua respectiva forma-sujeito”.

**SD4**– *Só os conhecimentos teóricos não são suficientes. Tem que tá associado à prática pra poder você passar pros alunos experiência prática e inserir esse pessoal de forma mais preparada no mercado (PA2, Mulher, 62 anos).*

A “experiência prática” do próprio docente é associada à inserção do “pessoal” – os estudantes – de uma “forma mais preparada no mercado de trabalho”. Dessa forma, somente um professor experiente poderá contribuir para a inserção de seus alunos no mercado. Isso nos remete ao pragmatismo da sociedade contemporânea, na qual os sujeitos devem servir ao mercado como forma de pensar e agir.

A ênfase numa formação pautada na prática está inserida no contexto das novas exigências para a formação do trabalhador, preconizadas nas reformas educacionais, nas quais é delineado o perfil de um trabalhador competente, polivalente e eficiente. Para obter tais requisitos, o trabalhador precisa, na ótica do discurso educacional, ter uma formação voltada para a prática, visando, assim, desenvolver sua capacidade de adaptação e de resolver problemas.

Esses princípios também são direcionados para a formação docente através dos discursos oficiais que buscam redefinir os modos de atuação dos professores nas salas de aula. Com esse intuito, é desenvolvida uma reforma curricular, fundamentada, como explica Melo (2010, p. 130), “na valorização da prática, pois se enfatiza que ao longo da história educacional o trabalho pedagógico foi marcado por uma dimensão teórica que não contribuiu para adequar a escola às exigências sociais”.

Nessa perspectiva, ao articular os conhecimentos teóricos com a prática, o professor poderá “inserir” os estudantes, futuros profissionais, “de forma mais preparada no mercado”, enunciado que dialoga interdiscursivamente com o primeiro artigo da LDB 9394/96, que afirma que “a educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social”. Esse discurso inscreve-se no que Amaral (2005) denominou de Formação Discursiva do Mercado, que se configura a partir de pré-construídos que são confirmados ou negados no interior de uma FD, ocultando o processo de reprodução/transformação das relações de produção. Desse modo,

os elementos da Formação Discursiva do Mercado estão ancorados em fundamentos da formação ideológica capitalista que consideram que para a felicidade e a liberdade do homem só existe um caminho: seguir as determinações do mercado. Os indivíduos não podem ser livres se estiverem isolados, só inseridos nas instituições do mercado [...] os indivíduos poderão experimentar a liberdade (AMARAL, 2005, p. 138).



É prometendo liberdade, felicidade e sucesso que o mercado se apresenta como a única alternativa para o desenvolvimento da sociedade, apagando, assim, o fato de que não há espaço para todos profissionais no mundo do trabalho, que muitos, culpados ideologicamente pelo seu desemprego serão, na lógica do capital, colocadas à margem do mercado de trabalho, sendo, portanto, considerados trabalhadores infelizes.

Essa exclusão funciona como mecanismo de reprodução do modo de produção vigente, pois, como afirmou Marx (2004), é preciso existir no modo de produção capitalista um “exército industrial de reserva”, que, através da manutenção de baixos salários, fará como que a força de trabalho esteja sempre disponível para o mercado, tornando o próprio trabalhador uma mercadoria.

Diante do exposto, podemos afirmar que os efeitos de sentidos de docência produzidos pelos/nos discursos dos docentes aposentados são essencialmente constituídos historicamente, pois retomam dizeres pré-construídos do que é ser um professor na sociedade brasileira. Como vimos, ao professor cabe o dever de “servir” à sociedade, transmitindo conhecimentos, formando cidadãos e pessoas preparadas para o mercado de trabalho.

É possível constatar, também, que nesse processo de reprodução de sentidos, há delízes, como a fala do Professor Aposentado 1 que denomina o discurso da docência como sacerdócio, oriundo do discurso religioso, como “conversa fiada”. Essa dinamicidade na produção de sentidos nos mostra a possibilidade do sentido ser outro, constituindo-se, assim, num contraditório movimento de paráfrase e polissemia.

#### **4.2 Aposentadoria e velhice: o entrecruzamento dos dizeres na produção de sentidos**

Neste momento, buscaremos desvelar os efeitos de sentido de aposentadoria e velhice que são produzidos nos discursos dos professores universitários em condições de produção dadas, que correspondem às atuais relações histórico-materiais da sociedade brasileira. Abaixo apresentamos o conjunto de sequências que, em seguida, analisaremos.

**SD5**– *A aposentadoria eu vejo que existe uma discriminação no tratamento. Por exemplo, você se sente ainda com capacidade produtiva e você é obrigado a deixar de trabalhar quando completa 70 anos. Eu digo que eu não me aposentei, é que me aplicaram a compulsória, me aposentaram. Eu vejo um lado da questão, se aposentar é um direito, mas desde que o aposentado não fosse considerado um inativo, uma pessoa sem condições (PA5, Homem, 70 anos).*

**SD6**– *Ah eu gostei, gostei, de sair, né? Deixar de viver naquela zona de conflitos... e vim fazer a minha vida, cuidar um pouco de mim, viver a tranquilidade da vida sem a responsabilidade do curso de tá dando aula...estresse tá dando aula. Porque professor você sabe vive eternamente preparando aula e corrigindo prova e ainda mais a administração você lidando com a burocracia (PA2, Mulher, 62 anos).*

**SD7**– *Eu misturava muito a vida da universidade com a minha vida em casa. Eu vivi eternamente sem conseguir, achando que não tinha conseguido dar conta da minha casa, nem tampouco ter maior tranqüilidade (PA2, Mulher, 62 anos).*

**SD8**– *Eu viajo muito com os meus amigos... você passa um tempo em que você tá vendo que sua vida tem... tá valendo a pena, você não está em casa encostado, assistindo, esperando a morte chegar. É o próprio aposentado que vai buscar alternativas de vida, na academia, ou sei mais lá o que, para ele não ficar em casa, esperando a morte chegar (PA3, Mulher, 74 anos).*

Para desvelarmos os efeitos de sentidos produzidos nessas sequências é necessário que retomemos, primordialmente, as condições materiais de produção desses discursos, ou seja, as relações sociais nas quais as materialidades discursivas foram engendradas, pois é através do entendimento das condições de produção dos discursos que podemos chegar ao caráter material dos sentidos, desvelando os mecanismos ideológicos de produção de sentidos, que se dão no jogo das relações histórico-sociais, nas quais, como afirmou Pêcheux (1988a), os sujeitos assumem posições.

Conforme vimos na terceira seção, no tópico sobre a aposentadoria, o primeiro sistema de previdência foi criado na França, no início do século XIX, como uma forma de substituir as intervenções estatais direcionadas aos trabalhadores pobres. Assim, enquanto um sistema de proteção aos trabalhadores velhos, a aposentadoria definiu uma “identidade específica aos velhos pobres, distinguindo-os de outros setores alvos de assistência social” (DEBBERT; SIMÕES, 1994, p. 300).

No Brasil, o primeiro plano de assistência previdenciária foi elaborado em 1923, devido às reivindicações trabalhistas desencadeadas no começo do século XX. Nesse período, foram criadas as Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs), voltadas, inicialmente, para os trabalhadores ferroviários, e estendida a outras classes de trabalhadores após três anos de sua elaboração.

Somente em 1977, foi criado o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social, cujo objetivo era reinserir o idoso aposentado na sociedade através de ações políticas e de um benefício que garantisse seu sustento na velhice. Há, portanto, uma relação histórica entre aposentadoria e velhice, daí a construção do pré-construído de aposentadoria como velhice e

esta, conseqüentemente, como doença e espera da morte. Esses sentidos negativos vêm sendo, ao mesmo tempo, negados e reafirmados quando convém aos interesses das classes dominantes da sociedade brasileira. Como afirma Silva Sobrinho (2007, p. 20):

É na conjuntura de uma sociedade que preza pela reprodução do capital que aflora um discurso essencialmente contraditório, pois considera o ‘velho/idoso’ como digno de respeito sinalizando uma nova moral, redefinindo novos valores e novos comportamentos, mas simultaneamente persiste na ênfase da negatividade, pois o ‘velho/idoso’ continua a ser considerado, primordialmente, como inativo, improdutivo.

Na atual conjuntura, a aposentadoria, fruto de lutas sociais, passa a ser vista como um fardo, uma espécie de punição para o trabalhador, que, ao ser aposentado, será considerado como um sujeito inútil e inativo para a sociedade. Por outro lado, difunde-se a ideia de que a aposentadoria pode ser um momento de desenvolvimento profissional, desde que o trabalhador tenha disposição física e mental para continuar no mercado. Nessa ótica, depende, exclusivamente, do aposentado sua reinserção profissional na sociedade, apagando-se, assim, as condições materiais que os trabalhadores são submetidos durante a carreira profissional, ocasionando, por vezes, doenças e, conseqüentemente, debilitação física.

Considerar a aposentadoria como algo indesejável, um fardo, é uma estratégia da ideologia dominante para que, em nome da saúde, da jovialidade, do aumento de renda, o sujeito continue produzindo lucro para o modo de produção capitalista, através de sua reinserção no mercado, seja voltando a vender sua força de trabalho, seja consumindo os produtos – viagens, cosméticos, tratamentos – voltados para a terceira idade. Os aposentados que não fazem parte dessa classe são tidos como despesas para os cofres públicos, já que

as políticas de atendimento às populações idosas, assim como a deliberação sobre os valores de aposentadorias, problematizam a lógica do dispêndio de verbas públicas: equivocadamente, elas são colocadas como competidoras no atendimento a outros segmentos sociais. No imaginário coletivo, tais políticas são associadas à caridade, e não ao ressarcimento a contribuintes (STEPANSKY, 2012, p. 311).

A multiplicidade de sentidos contraditórios de aposentadoria que ora circulam na sociedade brasileira mostra-nos que os sentidos são determinados e constituídos historicamente, e é precisamente por sua radical historicidade que o sentido sempre pode ser outro. Nas palavras de Pêcheux (2010, p. 53), “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de torna-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro”.

Stano (2001) reflete acerca da palavra aposentadoria e sua mudança de sentido, mudança que, a nosso ver, decorre das mudanças ocorridas na sociedade do consumo. Segundo a referida autora (2001, p. 30), o termo aposentadoria

deriva-se do vocábulo ‘aposento’ que significa lugar ou local de moradia, residência, habitação de alguém. Como verbo transitivo, aposentar significa ‘dar pousada a, alojar, nutrir’. [...] o signo foi transformando-se em significados tão distintos, culminando com o adjetivo ‘aposentado’ como aquele a quem foi concebida [e, por vezes, imposta] a ‘aposentação’, entendida como estado de inatividade.

É, pois, no seio da sociedade capitalista e suas contraditórias relações histórico-econômicas que a aposentadoria e os aposentados são dinamicamente ressignificados. Dessa forma, buscaremos compreender como se constituem os discursos dos educadores-aposentados, e como, também, a docência, enquanto atividade profissional, interfere/constitui a aposentadoria desses sujeitos e seus dizeres.

Nas entrevistas que realizamos pedimos a cada docente universitário que falasse como foi a chegada da aposentadoria em sua vida profissional. Na SD5, podemos observar a relação entre aposentadoria e “capacidade produtiva” e, conseqüentemente, a (in)atividade profissional dos sujeitos .

**SD5**– *A aposentadoria eu vejo que existe uma discriminação no tratamento. Por exemplo, você se sente ainda com capacidade produtiva e você é obrigado a deixar de trabalhar quando completa 70 anos. Eu digo que eu não me aposentei, é que me aplicaram a compulsória, me aposentaram. Eu vejo um lado da questão, se aposentar é um direito, mas desde que o aposentado não fosse considerado um inativo, uma pessoa sem condições (PA5, Homem, 70 anos).*

Na sequência acima, o interlocutor fala da aposentadoria e sua relação com capacidade produtiva. Segundo PA5, há uma discriminação na forma como aposentadoria é tratada. Essa discriminação é especificada quando através do termo “por exemplo”, o professor aposentado explica que “você é obrigado a deixar de trabalhar quando completa 70 anos”, mesmo que o sujeito sinta que “ainda” tem capacidade produtiva.

O enunciado “você é obrigado a deixar de trabalhar quando completa 70 anos” remete a aposentadoria compulsória, pela qual o trabalhador é obrigado a aposentar-se oficialmente, daí a afirmação do docente “eu não me aposentei, é que me aplicaram a compulsória, me aposentaram”. Esse tipo de aposentadoria já é encontrado na Constituição Federal de 1934, segundo o art. 170 desse discurso oficial, “serão aposentados compulsoriamente os funcionários que atingirem 68 anos de idade”. Na Constituição de 1988, há uma mudança em

relação à idade dos trabalhadores que seriam aposentados compulsoriamente, assim, conforme art. 40, § 1º, Inciso II da lei, o trabalhador deverá ser aposentado “compulsoriamente aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição”<sup>22</sup>.

Aposentar-se compulsoriamente tem sido um processo recorrente que atinge docentes das universidades públicas do Brasil. Ao completar 70 anos de idade, o trabalhador é aposentado afastado de seu ofício, mesmo quando “se sente ainda com capacidade produtiva”. A capacidade produtiva é um termo oriundo do mundo empresarial, utilizado para medir a produção da empresa e de seus funcionários. No âmbito da educação, especificamente, do trabalho docente universitário podemos relacionar a capacidade produtiva ao desempenho de dar aulas, produzir e publicar artigos, orientar trabalhos, desenvolver projetos e ocupar cargos administrativos.

O interlocutor sente que tem a capacidade produtiva, mas nada pode fazer, pois chegou aos 70 anos, seu limite determinado juridicamente. Assim, o docente diz que “se sente” com capacidade produtiva e não que “tem” capacidade. É o Estado, enquanto representante da classe dominante, que estabelece o fim da capacidade de produtividade do sujeito, criando, assim, uma forma de vetar o que, contraditoriamente, preconiza o Estatuto do Idoso (2004). Segundo essa lei (2004, art. 26), “o idoso tem direito ao exercício de atividade profissional, respeitadas suas condições físicas, intelectuais e psíquicas”. Essas condições físicas, intelectuais e psíquicas são avaliadas pelo Estado exclusivamente pela idade do trabalhador, não importa se ele sente que ainda possui uma capacidade produtiva.

PA5 diz ver “um outro lado da questão”: a aposentadoria como um “direito”, que, entretanto, é condicionado através do termo “desde que”. Dessa forma, se o aposentado é visto como um sujeito “inativo”, “sem condições”, a aposentadoria, um “direito”, torna-se uma obrigação, um castigo que impõe o estatuto de inatividade para o aposentado.

Podemos, aqui, recuperar dizeres que significam a aposentadoria como um momento feliz, de pleno desenvolvimento profissional, “desde que” o sujeito permaneça ativo, o que numa sociedade capitalista significa produzir e/ou consumir. Essa “atividade”, intrinsecamente ligada à produtividade, também está relacionada, segundo Silva Sobrinho (2007, p. 180), à juventude, considerada pela sociedade do capital como o auge da produtividade do sujeito. Assim,

---

<sup>22</sup> É importante ressaltar que, desde 2005, tramita, na Câmara dos Deputados Federais, a PEC 457/05, que dispõe do aumento da idade da aposentadoria compulsória de 70 para 75 anos.

manter-se jovem é o lema do poder dominante da sociedade capitalista difundido pelas imagens de ‘velhice’ cujo *close* é dado na manutenção da juventude. Atravessando essas imagens e orientando seu modo de materialização está um pensar sobre a população que envelhece como problema econômico-biológico, uma vez que os sujeitos estão inseridos na lógica da produção e circulação de mercadorias, por isso o ‘velho’ (o trabalhador aposentado, recolhido ao aposentado) precisa ser corrigido, moldado para a manutenção do sistema.

Dessa forma, ser improdutivo, inútil e velho são os parâmetros que tornam o trabalhador-professor um sujeito “sem condições” de corresponder às expectativas dos ditames mercadológicos, que prezam pela juventude tida como sinônimo de um sujeito ativo, útil e valorizado socialmente. Aqui, já podemos observar um atravessamento do dizer sobre a velhice, que, em oposição à juventude, é tida como um momento de inatividade, de inutilidade do sujeito. Sendo assim, a aposentadoria é um direito desde que o aposentado não seja considerado um velho, uma pessoa inativa e sem condições, ou seja, aposentadoria poderia ser um momento bom se não ocorresse na velhice.

No nível intradiscursivo, essa negação da velhice via aposentadoria é silenciada, pois, como afirma Orlandi (1992), todo dizer estabelece uma relação com o não-dito. O silêncio é fundante, ele é a condição essencial para que haja sentido, pois traz a relação entre a abertura do sentido, a incompletude, o equívoco e a determinação sócio-histórica da produção de sentidos.

Ao avançarmos nas análises das sequências discursivas, podemos observar nas sequências 6 e 7 um processo que se configura numa afirmação da aposentadoria, enquanto uma etapa de descanso pessoal. Vejamos.

**SD6**– *Ah eu gostei, gostei, de sair, né? Deixar de viver naquela zona de conflitos... e vim fazer a minha vida, cuidar um pouco de mim, viver a tranquilidade da vida sem a responsabilidade do curso de tá dando aula... estresse tá dando aula. Porque professor você sabe vive eternamente preparando aula e corrigindo prova e ainda mais a administração você lidando com a burocracia* (PA2, Mulher, 62 anos).

Como podemos observar, para o sujeito do discurso, aposentar-se foi uma saída da “zona de conflitos” e entrada numa etapa de “tranquilidade da vida”. O termo “naquela zona de conflitos” refere-se ao local de trabalho, à universidade, que, desse modo, é significada como um lugar de perigo, de embates, de constantes confrontos, remetendo-nos ao campo discursivo de guerra. Essa expressão, através de um processo metafórico significa a universidade, produzindo uma substituição do termo “**universidade**” para “daquela zona de conflitos”.

É necessário destacar que não se trata de qualquer “zona”, o termo “daquela” faz referência a um objeto que não aparece explicitamente, entretanto, podemos compreender a partir das condições de produção restritas, visto que estávamos tratando da aposentadoria no contexto universitário. Considerar a universidade como uma “zona de conflitos” é, também, reconhecê-la como um local de trabalho, no qual há problemas, tensões e competitividade entre os sujeitos, aspectos próprios às relações de trabalho numa sociedade capitalista.

É crucial conhecermos as condições de produção dos discursos, tanto as restritas, quanto as amplas, para compreendermos o processo de produção de sentidos, pois os sentidos não são evidentes, as palavras articuladas no fio discursivo só fazem sentido porque a língua é inscrita na história, e o sujeito, constituído pela ideologia e atravessado pelo inconsciente, submete-se à língua e à história para interpretar o mundo.

No encontro entre língua, história ideologia e inconsciente há elementos linguísticos que operam no funcionamento discursivo; Magalhães (2012) destaca que tanto a metonímia, quanto a metáfora produzem deslizos no intradiscurso, fazendo com que o sentido possa ser outro num dado momento histórico, em que há posições ideológicas conflitantes. Sobre essa questão, Orlandi (2012, p. 102-103) explica que a metáfora, o efeito metafórico está na base da constituição dos sentidos e dos sujeitos, já que

a língua é capaz de falha. Essa possibilidade – a da falha – é constitutiva da ordem simbólica. Por seu lado, o equívoco já é fato do discurso, ou seja, é a inscrição da língua (capaz de falha) na histórica que produz o equívoco. Este se dá portanto no funcionamento da ideologia e/ou inconsciente. O equívoco é a falha da língua, na história.

É nesse processo discursivo que os enunciados “fazer a minha vida” e “cuidar um pouco de mim” revelam a aposentadoria como um lugar de libertação, pois na “zona de conflitos” – a universidade – a docente não pode fazer sua vida e cuidar de si. Se atentarmos para a utilização do termo “um pouco”, perceberemos que há um deslize de sentido, produzindo o efeito de que o cuidado não será completo. Dessa forma, o sujeito do discurso cuidará apenas “um pouco de si”, seu cuidado, que foi cerceado nos anos de trabalho, agora, no momento da aposentadoria, pode existir, mas de um modo limitado, apenas “um pouco”.

A docente relatou, também, que nunca tirou licença maternidade, visto que com apenas um mês de repouso já retornava às atividades docentes e administrativas na universidade. Isso fez com que a professora aposentada se culpasse ao longo dos anos, por isso afirmou que:

*SD7– Eu misturava muito a vida da universidade com a minha vida em casa. Eu vivi eternamente sem conseguir, achando que não tinha conseguido dar conta da minha casa, nem tampouco ter maior tranquilidade. Aí eu pude viver com disponibilidade pra fazer o que eu quisesse e disposição porque eu estava jovem. Aí foi bom demais me aposentar (PA2, Mulher, 62 anos).*

Essa discursividade demonstra a culpa vivenciada pela docente por não ter conseguido “dar conta” da sua casa porque “misturava muito” sua vida familiar com sua vida profissional. Esses dizeres remetem as relações sociais capitalistas, nas quais o trabalho alienado é enaltecido em detrimento das relações familiares, fazendo, no entanto, que o sujeito seja o próprio culpado, que ele se responsabilize totalmente pelas consequências de seu empenho no trabalho, apagando o fato de que esse profissional foi interpelado a desempenhar várias atividades no âmbito de seu trabalho, que acabaram comprometendo sua vida familiar e sua tranquilidade.

É interessante observar que a relação entre trabalho e família afeta de modo diferente o trabalhador aposentado e a trabalhadora aposentada. Nas entrevistas que realizamos, nenhum dos dois homens professores aposentados relataram que tiveram problemas com a família por terem sido dedicados ao trabalho. Já interlocutora PA2 se culpa por não ter usufruído o direito da licença maternidade, por não ter separado sua vida pessoal/familiar de sua vida profissional e por não ter conseguido “dar conta” de sua casa, tarefa atribuída historicamente às mulheres. Florêncio et al. (2009, p. 120), ao analisarem a posição da mulher trabalhadora na sociedade contemporânea, afirmam que

o discurso que diz homenagear a profissional se mostra dúbio, pois, na medida que enaltece a liberdade, a profissionalização, os feitos econômicos e políticos conquistados pelas mulheres, ao mesmo tempo, cria um efeito discursivo de retorno de determinados sentidos que não deixa as mulheres esquecerem que ‘seu lugar’ primordial/natural é a casa, que ‘seu espaço’ fundante é a família e que ‘sua função’ é ser mãe, ser esposa, ser filha, ser cuidadora.

Na SD6, analisada anteriormente, deparamo-nos com fatores que impediram a docente de “viver a tranquilidade da vida”, de ter “maior tranquilidade”. Tais fatores estão ligados ao que o sujeito do discurso designa como “responsabilidade do curso de tá dando aula”. A atividade docente foi, para a entrevistada, um “estresse”, haja vista que o professor “vive eternamente preparando aula e corrigindo prova”, somando-se a isso a sobrecarga dos educadores que trabalham na administração das faculdades.

A aposentadoria trouxe uma “tranquilidade” na medida em que possibilitou uma vida sem o compromisso de “acordar e não ter que sair, dormir sem pensar que amanhã eu acordo



pra dar aula” (PA2, Mulher, 62 anos). Isso nos mostra que, no processo de exploração do trabalho, o professor acaba não se reconhecendo em sua profissão, uma vez que

o trabalho, enquanto uma categoria ontológica do ser social, vem sendo cada vez mais deformando no processo capitalista de exploração: mesmo esses profissionais [os professores] não produzindo diretamente a mais-valia, eles contribuem, em grande medida, para dar valor ao capital (MAUÉS, 2012, p. 126).

A exploração do trabalho docente é recorrentemente divulgada na mídia, o mesmo espaço que mostra a docência como uma profissão redentora. A expressão “você sabe”, utilizada na SD6, remete a esse saber conhecido por “todos” de que o professor “vive eternamente preparando aula e corrigindo provas” e levando trabalho para casa, enfim, não tendo a “tranquilidade da vida”, termo que remete ao descanso, à aposentadoria, e, sobretudo, à saída da “zona de conflitos”, ou seja, o afastamento do trabalho e de suas relações tensas.

As atribuições do professor que “todo mundo sabe” são pré-construídos que produzem uma evidência de sentido, cooperando, em última instância, para que a exploração do trabalho humano também seja natural, que todos nós saibamos das péssimas condições as quais a profissão docente e a educação de um modo geral são submetidas, mas que não façamos nada, que não questionemos esses dizeres em seu real sócio-histórico, pois, embora revelem as condições materiais da docência, acabam, contraditoriamente, funcionando como um instrumento de conformação da realidade.

Assim, os “profissionais da educação”<sup>23</sup> terão de saber que, inevitavelmente, serão mal remunerados e viverão “eternamente” preparando aulas e corrigindo provas, atividades que, isoladas, esvaziam a docência de seu caráter emancipador. É, pois, mascarando o caráter material do sentido que a ideologia produz evidências na linguagem através de sentidos constituídos interdiscursivamente, pelos quais “todo mundo sabe” como é ser um professor. Como afirma Pêcheux (1988a, p. 159-160, grifo do autor),

é a ideologia que, através do hábito e do ‘uso, está designando, ao mesmo tempo, o **que é** e o **que deve ser**, e isso, às vezes, por meio de ‘desvios’ linguisticamente marcados entre a constatação e a norma e que funcionam como um dispositivo de ‘retomada do jogo’.

A partir desses sentidos, vemos como, ao significar a aposentadoria como um momento de recomeço, de cuidado consigo próprio, de tranquilidade, o sujeito do discurso

---

<sup>23</sup> Cf. Melo (2010) faz uma análise da designação do magistério brasileiro em Discursos Oficiais que regulamentam a educação, destacando a expressão “profissionais da educação”, apresentada na Lei de Diretrizes e Bases (LDB, 9.394/96).

significa também a docência retomando já-ditos do que é ser professor na atual conjuntura sócio-histórica. No último trecho da SD7, a aposentadoria é significada como um momento de disponibilidade: “Eu pude viver com disponibilidade pra fazer o que eu quisesse e disposição porque eu estava jovem. Aí foi bom demais me aposentar”.

Os efeitos de sentidos de aposentadoria como disponibilidade, liberdade são reiterados nesse trecho. Percebemos, entretanto, que é necessário ter uma disposição para usufruir da liberdade, e essa disposição é condicionada à juventude. A entrevistada só pode viver com disponibilidade para fazer o que “quisesse” porque estava jovem, tornando a aposentadoria um momento “bom demais”. Sendo assim, podemos pensar, a partir do não dito, num outro sentido: se um professor se aposenta, mas não está mais jovem – a maioria dos casos – a aposentadoria pode não ser uma etapa tão boa, pois a disposição para fazer o que se quer fica comprometida devido à velhice, tida como um momento de inatividade e inutilidade do sujeito.

Aqui encontramos um imbricamento de sentidos de aposentadoria e de juventude, esta última tida como uma fase da vida exaltada e almejada pelos indivíduos ao longo dos séculos, como vimos no segundo capítulo do nosso trabalho. Nas sociedades ocidentais, a juventude se opõe a velhice, significada como lugar de inatividade e sendo relacionada, recorrentemente, à aposentadoria. Essa relação entre juventude, velhice e aposentadoria vai construindo historicamente um imaginário que preza a juventude e toma a velhice como o indesejável, como representação máxima da invalidez. Como afirma Silva Sobrinho (2007, p. 180), “manter-se jovem é o lema do poder dominante da sociedade capitalista difundido pelas imagens de velhice cujo *close* é dado na manutenção da juventude”.

A exaltação da juventude em detrimento da velhice é propagada na mídia impressa e televisiva que apresentam a aposentadoria como momento, ao mesmo tempo, da utilidade e inutilidade, dependendo de como os trabalhadores se comportam frente a esse “evento”. Como afirma Stepansky (2012, p. 322), as propagandas criam “outro corpo para o idoso, sem história e sem memória”.

É, pois, trabalhando na homogeneização das diferentes formas de ser um trabalhador aposentado e de viver a aposentadoria que são estabelecidos padrões de consumo, que representam a ideologia dominante, produzindo efeitos de evidência do que é e como deve ser um trabalhador-aposentado-idoso na sociedade vigente.

Dessa forma, a disponibilidade/liberdade da aposentadoria é condicionada à disposição da juventude e recupera um sentido pré-construído, reforçado pela ciência, de que a juventude

é o momento da força, da vitalidade, da produtividade, sentidos ancorados em preceitos mercadológicos, que, na realidade, fingem valorizar a juventude para explorá-la sem restrição.

Assim, a aposentadoria pode ser algo “bom demais”, desde que o aposentado esteja “jovem” e disposto para desfrutar de sua disponibilidade. Se o aposentado está velho, a aposentadoria poderá não ser um momento bom, visto que o sujeito não terá disposição para usufruir de sua disponibilidade, resultante do afastamento do trabalho.

A sequência abaixo remete a um sentido de aposentadoria como um momento no qual o aposentado deve procurar alternativas para “não ficar em casa, esperando a morte chegar”. Vejamos:

**SD8**– *Eu viajo muito com os meus amigos... você passa um tempo em que você tá vendo que sua vida tem... tá valendo a pena, você não está em casa encostado, assistindo, esperando a morte chegar. É o próprio aposentado que vai buscar alternativas de vida, na academia, ou sei mais lá o que, para ele não ficar em casa, esperando a morte chegar (PA3, Mulher, 74 anos).*

Essa professora aposentada, que desempenha atividades voluntariamente na universidade, explicou-nos que não pretende deixar suas atribuições acadêmicas, mas que tem “consciência de que os outros precisam vir” e, por isso, procura participar de grupos que promovem eventos e viagens para idosos, pois só assim a vida valerá à pena. Desse modo, aposentar-se e ficar em casa significa estar à espera da morte, o que retoma uma memória discursiva da aposentadoria como inatividade/inutilidade e de sentidos que dialogam com pré-construídos de velhice como a espera da morte. Dessa forma, “não ficar em casa” configura-se como uma fuga da espera da morte, pois viajar, “buscar alternativas” pode retardar esse indesejável processo biológico para o sujeito do discurso.

Em seu real sócio-histórico essas questões estão ligadas aos valores da formação ideológica do capital, que visa, através das práticas discursivas, à perpetuação do modelo de sociedade mercantil, no qual o sujeito é interpelado a produzir lucro, seja voltando ao trabalho e/ou consumindo, através de viagens, de compras de medicamentos e de tratamentos que prometem o rejuvenescimento.

Para isso, é preciso, também, que o aposentado se afaste do seu lar, das relações familiares, pois estar em casa não representa conviver com a família, mas sim “ficar encostado, assistindo, esperando a morte chegar”, enunciados que remetem a um dizer sobre a velhice como metáfora da morte. Encontramos uma interdiscursividade no espaço midiático desses dizeres, que, em seu funcionamento discursivo, produzem sentidos que afastam o aposentado do seu lar em nome de um bem-estar e de uma maior longevidade.

Uma matéria da revista *Veja* (2009), que fala em nome da ciência através de especialistas, apresenta “7 razões para não vestir o pijama”, no título da matéria. Uma dessas razões toca no ponto que aqui tratamos, ela refere-se a “não chatear a família”, ficando muito tempo em casa e/ou na casa dos filhos e netos. Vejamos um trecho dessa materialidade discursiva:

Muitos aposentados tornam mais frequentes as visitas à casa dos filhos e netos. O risco é que, baseados em sua experiência de vida, eles acabem interferindo indevidamente na rotina familiar e na educação das crianças. Estadas longas nas casas dos filhos costumam ser especialmente problemáticas. Muitos pais encontram dificuldades em entender que a casa dos filhos tem uma dinâmica própria. É mais provável que sua interferência produz – e não solucione – conflitos (VEJA, 2009, edição 2121, p. 90).

As relações familiares e seus possíveis conflitos são vistos como algo que deve ser evitado, visto que se pressupõe que a presença dos pais aposentados pode causar incômodo aos filhos e aos netos. Desse modo, os sujeitos aposentados são aconselhados a procurarem outras ocupações, de preferência, voltar a trabalhar e/ou fazer viagens. Como afirma Castro (2012, p. 290), “quem não adere a essa imagem e atitude é visto como indolente, desatualizado, é culpabilizado. O pijama, o tempo de não fazer nada, o direito de ser velho se tornou o novo pecado”.

É assim que o discurso que prega uma “aposentadoria ativa” é filiado à formação ideológica do capital, na qual os idosos são chamados à produtividade, uma produtividade voltada, exclusivamente, para o crescimento do mercado. Dessa forma, o próprio aposentado deve buscar alternativas. Na academia, o docente pode continuar trabalhando mesmo tendo tempo de contribuição e/ou idade para aposentar-se, ou, após a aposentadoria compulsória, tornar-se um professor voluntário. Assim, as alternativas que o próprio aposentado deve buscar estão voltadas para a reprodução da sociedade mercantil.

Os sujeitos são levados a viverem a aposentadoria de uma forma que tende a produzir um silenciamento/apagamento da constituição dos sentidos e dos sujeitos, visando assim, homogeneizar os modos de viver aposentadoria na sociedade brasileira, regida pelos processos de reprodução/transformação das relações de produção capitalistas. São, pois, apagados e silenciados, nesse discurso que se apresenta como inovador e inclusivo, os trabalhadores-velhos-aposentados que não podem viajar, aproveitar a terceira/melhor idade, pois suas aposentadorias não suprem, ao menos, as despesas mensais com remédios e alimentação.

É desse modo que vive a maioria dos aposentados no Brasil, os trabalhadores ficam em casa, “encostados”, mas também nos asilos<sup>24</sup>, doentes e cansados, devido, principalmente ao desgaste físico causado pelos anos de exploração da força de trabalho, tornando-se, assim, inúteis e fardos para a sociedade. Como explica Silva Sobrinho (2007, p. 117).

na sociedade do consumo, que comercializa objetos e pessoas relações, o trabalhador-velho de baixa renda é considerado doente porque não mais produz, nem pode ser comercializado e, além disso, por ser de baixa renda, não é grande consumidor e, por isso, não desperta interesse ao capital.

É, portanto, na sociedade do consumo que os sentidos de aposentadoria e de velhice vão sendo produzidos, revelando a forma como os sujeitos são (des)valorizados numa formação social regida pela luta de classes. Prosseguiremos, assim, às análises das sequências discursivas, apresentadas abaixo, sobre a velhice.

**SD9**– *Velhice... é uma coisa muito relativa hoje em dia. Antigamente, uma pessoa com 55, 60 anos já era considerada velha Enquanto a pessoa quiser trabalhar, enquanto a pessoa sentir motivada pro trabalho, ela deve continuar ensinando. Para mim, o que vale é como aquela pessoa se sente, e como aquela pessoa ainda tem conteúdo (PA5, Homem, 70 anos).*

**SD10**– *Velhice é... eu acho que não tá ainda na hora da velhice não. Ela vai chegar, só que não quero ficar velho inútil em cima de uma cama sem consciência, não quero dar trabalho a ninguém. Eu vim aí, vivi aí dou lugar pra outra coisa (PA1, Homem, 65 anos).*

Para analisarmos essas sequências discursivas é necessário fazermos algumas considerações históricas acerca da velhice no Brasil. Ao longo do século XX, a população brasileira teve um significativo aumento, sobretudo, na segunda metade desse século. Dessa forma, o crescimento da população idosa em nosso país não é um fato recente, como afirma Haddad (1987), em 1960, os idosos representavam 4,75 % da população, vinte anos depois, em 1980, esse número passa a ser 6,06%. Em 2000, segundo o IBGE, 8,5% dos brasileiros tinham mais de 60 anos de idade. Esse número aumentou, em 2013, para 10,8%, ou seja, 20,5 milhões de brasileiras.

Para Haddad (1987), embora o aumento da expectativa de vida pudesse apontar um possível bem-estar dos sujeitos, a realidade mostra que a esperança média de vida não melhorou as condições de vida da classe trabalhadora. Com o crescimento da população idosa

---

<sup>24</sup> Cf. Silva Sobrinho (2007) que faz uma análise dos discursos de velhos que vivem em asilos, na cidade de Maceió-AL.

no Brasil e as mudanças no mundo do trabalho tem-se uma discursivização da velhice e da aposentadoria nos discursos oficiais, inscritos nos parâmetros da reforma estatal. Diante disso, apresentamos, abaixo, dois artigos representativos das “finalidades” da Política Nacional do Idoso (PNI, 1994) e do Estatuto do Idoso (EI, 2003), leis que “asseguram” e “regulam” o direito de envelhecer (SILVA SOBRINHO, 2007).

Art. 1º - “A política nacional do idoso tem por objetivo **assegurar os direitos sociais** do idoso, criando condições para promover sua **autonomia, integração e participação efetiva na sociedade**” (PNI, 1994,p.5, grifo nosso).

Art. 1º. É instituído o Estatuto do Idoso, destinado a **regular os direitos assegurados** às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos (EI, 2003, p. 5, grifo nosso).

As leis apresentam, nesses artigos, dois pontos semelhantes, falam da existência de “direitos” dos idosos, e os define a partir da idade, 60 anos. Essa categorização dos sujeitos pela idade funciona ideologicamente para homogeneizar a velhice, os modos de chegar, de viver e de ser velho na sociedade capitalista. Tomar a velhice somente como uma etapa da vida em que as pessoas completam uma idade, é de certo modo, negar o caráter social do processo de envelhecimento, que é diferente dependendo da posição que cada sujeito com mais de 60 é interpelado a ocupar na sociedade, pois como afirma Beauvoir (1990, p. 15), “o homem nunca vive em estado natural: na sua velhice, como em qualquer idade, um estatuto lhe é imposto pela sociedade a qual pertence”.

Ao falar sobre a velhice, a PNI tem como finalidade “assegurar os direitos sociais do idoso”, sem, no entanto, explicitar esses direitos. Já o Estatuto do Idoso apresenta os “direitos”, visando, assim, “regulá-los”, e preenchendo ilusoriamente a lacuna deixada pelo PNI de quais são os “direitos dos idosos”, sendo considerado como a mais “completa” política pública direcionada à Terceira Idade.

Os “direitos assegurados à pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos” são fundamentados nos direitos universais (vida, dignidade, propriedade, igualdade, liberdade), e os direitos “sociais” dos idosos, que estão ligados, basicamente, ao desconto na utilização de alguns serviços e o atendimento preferencial em entidades públicas e privadas. Esses direitos da pessoa idosa são voltados, principalmente, para promover a “autonomia integração e participação efetiva na sociedade”.

Ser autônomo, estar integrado, participar efetivamente na sociedade do capital é, conforme temos visto em outros gestos de interpretação, não depender da família, continuar e/ou começar a trabalhar, viajar, passear, ser, acima de tudo, um sujeito consumidor. Entretanto, é necessário pensar quem são os sujeitos identificados oficialmente como idosos que podem ser, através dos “direitos sociais”, autônomos.

Os direitos de “liberdade” e “igualdade” ressignificados no discurso neoliberal são restritos a alguns indivíduos, que atendem prontamente a interpelação ideológica porque são autorizados a serem sujeitos livres e iguais, a gozarem de todos os “direitos fundamentais à pessoa humana” e a terem asseguradas as “oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade” (EI, 2001, art. 2º, p.6). Entretanto, como lembra Pêcheux (1988), no direito burguês, todos os sujeitos são iguais, porém, existem homens e mulheres que são mais iguais do que os outros. É, portanto, na base da desigualdade, forjada igualdade, que a sociedade capitalista se (re)produz.

Questões como essas são silenciadas, pois, segundo Orlandi (1992), se diz X para não se deixar dizer Y, visando apagar os sentidos indesejáveis, para que o estatuto aparente ser inovador, completo, tido como a grande resolução do “problema” da velhice que “assola” a sociedade brasileira.

Na sequência discursiva abaixo, a velhice é vista como algo “relativo”, que depende de cada sujeito. Vejamos:

**SD9**– *Velhice... é uma coisa muito relativa hoje em dia. Antigamente, com 55, 60 anos já era considerada velha. Enquanto a pessoa quiser trabalhar, enquanto a pessoa sentir motivada pro trabalho, ela deve continuar ensinando. Para mim, o que vale é como aquela pessoa se sente, e como aquela pessoa ainda tem conteúdo (PA5, Homem, 70 anos).*

A velhice é concebida, nessa sequência, como “uma coisa muito relativa”, ou seja, que tem várias interpretações na sociedade moderna. A partir do final de meados do século XX, há um aumento da expectativa de vida, havendo, também, um avanço nos estudos científicos sobre a velhice no Brasil, sobretudo, nas áreas da Geriatria e da Gerontologia, estudos que foram intensificados nos últimos vinte anos. Esse avanço, entretanto, não é ocasionado somente pelo crescimento da população idosa, ele também é determinado por questões econômicas, pois a ciência não é neutra, já que é, essencialmente, produzida na ininterrupta luta de classes. Conforme Pêcheux (1998a, p. 190),

a história da produção dos conhecimentos não está *acima* ou *separada* da história da luta de classes, como o ‘bom lado’ da história se oporia ao ‘mau lado’; essa história está inscrita, com sua especificidade, na história da luta de classes. Isso implica que a produção histórica de um conhecimento científico dado não poderia ser pensada como uma ‘inovação das mentalidades’ [...], mas como o efeito (e a parte) de um processo histórico determinado, em última instância, pela própria produção econômica.

Ao serem baixados os principais dispositivos jurídicos para a regulamentação da velhice e do seu possível retardamento na vida dos idosos brasileiros, por volta de 1970, surge o que Debbert (1986) chama de “ideologia da cumplicidade”, fenômeno no qual os discursos médicos de geriatras e gerontólogos se unem ao discurso jurídico para traçar um modelo de viver e ser velho/idoso, tendo como meta prioritária a conservação de “idosos ativos”. Daí a impossibilidade de tratar pessoas com 55 ou 60 anos como pessoas “velhas”, pois se assim fossem, elas não poderiam ser úteis ao mercado de trabalho, haja vista que seriam consideradas como sujeitos “cansados”, “doentes”, e “inativos”.

Desse modo, no pensamento dominante, ser um “idoso ativo” depende exclusivamente de cada sujeito, continuar trabalhando – “**ensinando**” – depende do querer do aposentado, de como ele se sente motivado, e de como ele “ainda tem conteúdo”. Visando à motivação de alguns trabalhadores-aposentados, vários discursos são produzidos, exaltando o trabalho e apresentando os supostos benefícios que ele traz para o corpo e para mente, ao retardar o envelhecimento e auxiliar na manutenção a renda mensal, visto que, na aposentaria, os salários são diminuídos, causando um impacto financeiro na vida dos recém-aposentados.

O efeito metafórico de trabalho como utilidade, saúde, felicidade é materializado em diversas práticas discursivas<sup>25</sup>, e uma possibilidade do aposentado voltar ao trabalho é legitimada e regulada pelo discurso jurídico, como podemos verificar abaixo nos artigos do Estatuto do Idoso(2003):

Art.26 – O idoso tem direito ao exercício de atividade profissional, respeitadas suas condições físicas, intelectuais e psíquicas.

---

<sup>25</sup> “Manter-se ativo faz com que o aposentado continue a se sentir útil e engajado na sociedade. Além disso, segundo estudos médicos, manter a mente ativa é a melhor prevenção contra a diminuição das capacidades cognitivas do cérebro e contra doenças degenerativas” (VEJA, 2009, p. 88-89).



Art. 27 – Na admissão do idoso em qualquer trabalho ou emprego, é vedada a discriminação e a fixação de limite máximo de idade, inclusive para concursos, ressalvados os casos em que a natureza do cargo exigir.

Nos dois artigos, o discurso jurídico simula uma perspectiva humanística ao preconizar o respeito às condições físicas, intelectuais e psíquicas dos idosos no mercado de trabalho. Entretanto, quando lançamos olhar para materialidade discursiva, observamos que o discurso oficial produz sentidos que, na realidade, velam as relações de exploração do modo de produção capitalista. A discriminação não é proibida nos “casos em que a natureza do cargo exigir”, assim, o respeito às condições dos idosos é condicionado às exigências dos cargos que o aposentado pode ocupar.

Dessa forma, em respeito às leis do mercado que delineia um perfil físico, intelectual e psíquico, o idoso pode voltar ao trabalho, mas ciente de que, devido as suas condições poderá ser discriminado e excluído do mundo trabalho. Assim, criando e regulando direitos, “o Estatuto se caracteriza como uma proposta de dignidade do idoso limitada pelas relações burguesas, que precisam de tranquilidade para continuar seu processo de exploração do trabalho” (SILVA SOBRINHO, 2007, p. 172).

Não se pode, assim, reduzir a volta ou a continuação do aposentado no mercado de trabalho como uma vontade própria do sujeito, há determinações históricas e econômicas que vão além do querer, da motivação e do “conteúdo” dos aposentados. Isso nos remonta a discussão da constituição do sujeito, que na perspectiva materialista dos processos discursivos, não é fonte do que diz – esquecimento número 1 –, nem controla seu dizer – esquecimento número 2. Desse modo,

não há autonomia plena da subjetividade, pois esta é determinada pelas relações sociais e que escolhe as alternativas apresentadas pelo seu tempo histórico. Por mais individuais que pareçam as escolhas dos sujeitos, elas são sociais. Embora o sujeito, na maioria das vezes, tenha a ilusão de autonomia, numa sociedade dividida em classes, todas as escolhas, das mais pessoais – como a quem se pode amar – até as econômicas – a forma de explorar o trabalhador – são determinações sociais (MAGALHÃES, 2012, p. 35).

Dessarte, a negação da velhice nos discursos dos professores aposentados são determinadas pelas condições de produção, que compreende, essencialmente, as contraditórias relações de uma sociedade capitalista. Na sequência em análise, pedimos que o professor falasse sobre a velhice, mas, como vimos, houve uma deriva para a questão do trabalho, da

produtividade do sujeito. Na SD 7, que apresentamos abaixo, encontramos uma negação da velhice que recaí, simultaneamente, na negação da inutilidade do velho/idoso. Vejamos:

**SD10**– *Velhice é... eu acho que não tá ainda na hora da velhice não. Ela vai chegar, só que não quero ficar velho inútil em cima de uma cama sem consciência, não quero dar trabalho a ninguém. Eu vim aí, vivi aí dou lugar pra outra coisa* (PA1, Homem, 65 anos).

O sujeito do discurso concebe a velhice como algo que se pode adiar, já que, “não tá ainda na hora da velhice” para o aposentado. Esse enunciado funciona como uma negação da velhice, pois, apesar de ser considerado oficialmente como um idoso, o professor aposentado diz ainda não viver a velhice.

No entanto, apesar de ser “adiada”, a velhice não pode ser evitada: “ela vai chegar”, e, por isso, o sujeito, em sua ilusão necessária de controlar o que lhe afeta, descreve como deve ser essa chegada, marcando seu posicionamento com o termo “só que”, que, funcionando como uma conjunção adversativa, introduz enunciados que expressam como deve ser sua velhice.

Analisemos, pois, como esses enunciados, ao remeterem a já-ditos e esquecidos/relembrados cotidianamente de velhice, produzem efeitos de sentido que em seu funcionamento visam à negação dessa etapa da vida. Pela primeira negativa “não quero ficar velho inútil em cima de uma cama sem consciência”, podemos recuperar pré-construídos de velhice como inutilidade, doença e como um momento no qual os sujeitos tornam-se incapazes de tomar decisões; não raro ouvimos dizeres que circulam na sociedade como, por exemplo, “o velho está caducando”, expressão que, em diálogo com outros dizeres semelhantes, reforça o imaginário de que o velho é um sujeito incapaz física e psicologicamente.

Beauvoir (1990, p. 35) descreve da seguinte maneira como a Medicina, na década de 1970, na França, concebia a velhice a partir de sentidos de doença e degeneração:

A circulação cerebral torna-se mais lenta. As veias pedem sua elasticidade, o débito cardíaco decresce, a rapidez da circulação diminui, a pressão sobe. [...] o consumo de oxigênio no cérebro reduz-se. A caixa torácica torna-se mais rígida. [...] A força muscular diminui. Os nervos motores transmitem com menor velocidade as excitações e as reações são menos rápidas. Há involução dos rins, das glândulas digestivas, do fígado. Os órgãos dos sentidos são atingidos. A presbiopia é um fenômeno quase universal entre os velhos; a vista é ‘cansada’ faz com que a capacidade de discriminação

decline. Também diminui a audição, chegando frequentemente até a surdez. O tato, o paladar, o olfato têm menos acuidade que outrora. A involução das glândulas de secreção endócrinas é uma das consequências mais gerais e mais manifestas da senescência; ela é acompanhada de uma involução dos órgãos sexuais.

Essa relação restritiva de velhice e doença também foi difundida legalmente no Brasil, embora já houvesse nos anos 70 uma espécie de união entre Estado e Ciência no processo de ressignificação da velhice, que começara a ter outras designações – terceira idade, melhor idade – que vão consolidadas como termos “politicamente corretos” ao longo dos anos. O discurso da doença e incapacidade como metáfora da velhice é contestado pelos estudos desenvolvidos atualmente pela ciência, pois, segundo Silva Sobrinho (2007, p. 115-116),

a medicina considera que há sim uma decadência orgânica na velhice, modificações no funcionamento do organismo, perda da elasticidade, da força muscular, que refletem as perdas de minerais no funcionamento celular; acontecem as mudanças nas funções hormonais e nos sistemas orgânicos. Apesar disso, a medicina não considera a velhice como doença, pois a compreende como processo natural biológico do desenvolvimento do ser social.

Apesar de não compreender a velhice como uma doença, a Medicina assume que há uma decadência orgânica própria da velhice, ou seja, que não são recorrentes em outras fases da vida. Esse discurso médico contemporâneo simula intradiscursivamente um processo polissêmico, uma produção de novos sentidos, que, quando desvelados historicamente, revelam um processo parafrástrico, o qual, segundo Orlandi (2012), representa o retorno aos mesmos espaços de dizeres.

A negação da velhice na sequência em análise recai sobre a negação da inutilidade atribuída socialmente à velhice, por isso, o sujeito do discurso não quer ser um “velho inútil”, visto que além de gerar uma exclusão social, essa inutilidade gera um trabalho, expresso no enunciado “não quero dar trabalho a ninguém”. O “trabalho” aqui evocado não está ligado à produtividade do sujeito, mas sim a um dos sentidos negativos de velhice construídos historicamente, que tomam o velho como uma pessoa doente, inútil e que, por isso, precisa de “cuidados” específicos, que, por sua vez, podem gerar “um trabalho”, um incômodo para as pessoas que cuidam dos velhos.

Esse enunciado –“não quero dar trabalho a ninguém”– não especifica a quem o aposentado não quer “dar trabalho”, entretanto, podemos, a partir da memória discursiva, remeter o pronome indefinido “ninguém” à família do idoso, visto que esse sujeito precisa de

cuidados, pelos quais a família é um das instâncias responsáveis juridicamente<sup>26</sup>. A possível necessidade de uma atenção específica faz com que o “velho inútil” seja tomado como um fardo, como uma obrigação para os familiares que, por vários fatores, acabam, por vezes, colocando seus parentes velhos em asilos.

Ao continuarmos a leitura da sequência, observamos como a velhice também é significada a partir das relações de trabalho, visto que, num tom de conformidade e conclusivo, o sujeito do discurso afirma: “eu vim, aí vivi, aí dou lugar pra outra coisa” revelando, assim, a coisificação do sujeito, fenômeno característico da sociedade capitalista, na qual, segundo Marx e Engels (2008, p. 19), os trabalhadores são considerados como “uma mercadoria como outra qualquer, por isso exposta a todas as vicissitudes da concorrência, a todas as turbulências do mercado”, dentre elas, a substituição da força de trabalho, sobretudo, a dos idosos por ser considerada obsoleta.

Desse modo, ainda que o sujeito queira continuar trabalhando e seja um velho/aposentado útil, ativo, consciente, que, conseqüentemente, não dá trabalho a ninguém, existem determinações que o fazem voltar ou não ao mundo do trabalho. Essas determinações circulam através de discursos oficiais, midiáticos, religiosos que, ao formarem uma rede de sentidos, vão delimitando quem pode e quem não pode continuar trabalhando. Por outro lado, é possível remeter o enunciado “eu vim, aí vivi, aí dou lugar pra outra coisa” ao pré-construído de velhice como momento da morte, assim, poderíamos pensar parafrasticamente, na seguinte formulação “eu nasci, vivi e vou morrer”.

É, portanto, nessa teia discursiva que os sentidos de aposentadoria e velhice são produzidos nos discursos dos professores universitários da UFAL, materialidades discursivas, que, em seu funcionamento, apresentam-se essencialmente, contraditórias, pois materializam as próprias contradições da sociedade capitalista brasileira.

É possível vermos, nas análises aqui realizadas, como a aposentadoria é tomada como um momento bom “desde que” o aposentado permaneça “jovem” para aproveitá-la. Por outro lado, a aposentadoria é vista como um cerceamento da “capacidade produtiva” do sujeito, que se vê, aos 70 anos de idade, obrigado a se aposentar. Ademais, observamos, no funcionamento discursivo, que houve um silenciamento da velhice, processo que derivou para uma negação dessa etapa da vida, enquanto um momento de inutilidade, de incapacidade e de morte.

---

<sup>26</sup> O Estatuto do Idoso (2003), em seu art. 3º, é “obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária”.

No entrecruzamento de sentidos de aposentadoria os professores negam a velhice por meio da significação da aposentadoria, pois esses processos podem representar o começo de uma “**vida inativa**”. Assim, esses efeitos de sentidos produzem pontos de deriva e uma agitação nas filiações de sentido, pois, como afirma Pêcheux (2008, p. 56), “todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito e um trabalho [...] de deslocamento no seu espaço”.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho analisamos os efeitos de sentidos de docência, aposentadoria e velhice nos discursos de professores universitários aposentados da Universidade Federal de Alagoas. Para alcançarmos nosso objetivo, foi imprescindível a abordagem dos pressupostos teórico-metodológicos da Análise do Discurso de vertente pecheutiana, visando, assim, trabalharmos com e na complexa relação existente entre sujeito, história, língua e ideologia no processo de produção de sentidos.

Os efeitos de sentidos sobre a docência, a aposentadoria e a velhice na sociedade vigente são sustentados pelas relações histórico-sociais que, necessariamente, configuram-se como as condições de produção que afetam e constituem os dizeres dos docentes aposentados. Dessa forma, consideramos, desde o nosso projeto de pesquisa, os discursos dos professores como um fio na teia discursiva que, historicamente, vem significando a aposentadoria e a velhice na sociedade brasileira, formada por classes antagônicas.

No percurso analítico, foram desvelados sentidos de docência, aposentadoria e velhice que dialogam, através do retorno à memória discursiva, com outros dizeres que circulam na sociedade brasileira, impondo para os sujeitos um modelo de docência, de aposentadoria e de velhice centrado na produtividade do mundo do trabalho.

As sequências sobre docência nos abriram caminhos para a compreensão de como a docência no ensino superior é significada de modo semelhante aos demais níveis, nos quais a docência é vista como uma profissão desvalorizada e voltada para a reprodução do capital. Nos discursos dos professores universitários aposentados que entrevistamos são reproduzidos sentidos de docência como transmissão de conhecimento e como uma forma de “servir” à sociedade mercantil, de “formar cidadãos” e de preparar os estudantes para o mercado de trabalho.

Esses dizeres fazem parte de uma rede de sentidos que dialogam com as reformas ocorridas no Brasil a partir de 1990, nas quais as noções de adaptação de flexibilidade passaram a ser centrais para a empregabilidade do trabalhador, sendo a educação e, conseqüentemente, o professor os principais responsáveis pela formação de sujeitos polivalentes frente ao mercado de trabalho.

Por outro lado, há no funcionamento discursivo uma resistência através da negação ao sentido de docência como vocação, discurso considerado por um dos professores

entrevistados como uma “conversa fiada”. Esse dizer revela que há um mascaramento do discurso dominante sobre a docência, que, em sua evidência ideológica, articula dizeres da formação discursiva religiosa e da formação discursiva do mercado, delineando um perfil de professor que deve ser um profissional competente, eficiente, e, ao mesmo tempo, um sujeito devoto, que, por ser vocacionado, exerce sua função em quaisquer condições de trabalho.

Nas análises que realizamos das sequências sobre a aposentadoria, deparamo-nos, novamente, com a complexidade do processo de produção de sentidos. Percebemos que houve, no nível intradiscursivo, uma afirmação da aposentadoria, significando-a como um momento de libertação do trabalho docente, a “zona de conflitos”.

Entretanto, para além da evidência ideológica do sentido, da transparência da linguagem, percebemos que a aposentadoria só representou um momento “bom demais” para a docente (PA2) porque esta se considerava “jovem”, sendo assim, se estivesse “velha” não teria aproveitado sua aposentadoria. Nesse processo de significação, desvelamos um efeito de sentido de negação da relação entre a aposentadoria e velhice, havendo um entrecruzamento de sentidos, uma vez que a velhice foi negada via aposentadoria.

Em nosso gesto analítico, vimos, também, como a aposentadoria, especificamente, a compulsória, regulamentada pelo Estado, pode representar a perda da “capacidade produtiva”, algo indesejável pelo trabalhador. Esse efeito de sentido remete a uma estratégia da ideologia dominante que consiste em tornar um direito, conquistado através de lutas, em algo indesejado, uma espécie de castigo que delega a improdutividade no mundo do trabalho para o sujeito que se aposenta ou é aposentado compulsoriamente.

Por trazer ao sujeito inutilidade e debilidade, a chegada e a condição da velhice são negadas, chegando a ser silenciadas nos discursos dos professores aposentados. Constatamos, também, que houve uma deriva de sentido da velhice, o interlocutor (PA5) começa a falar sobre a velhice, mas, no enunciado seguinte, deriva sua fala para a atuação do sujeito idoso no mundo de trabalho, de como “pessoa ainda tem conteúdo”.

Ao ter “conteúdo” para permanecer no trabalho, o aposentado será um sujeito produtivo, que se adapta às mudanças da “**sociedade do conhecimento**”, e, assim, tem uma aposentadoria ativa. Esse paradigma da atividade profissional, da capacidade produtiva está inserido no espaço de dizeres da formação discursiva do mercado, que apresenta as leis mercadológicas como o caminho para uma realização pessoal e profissional.

É na articulação entre a FD do mercado e sua filiação à formação ideológica capitalista/neoliberal que os sentidos de docência, aposentadoria e velhice são (re)produzidos e os sujeitos são chamados a continuarem ativos no mundo do trabalho. Dessa forma, a

aposentadoria é vista como um momento bom, de libertação e até de descanso, desde que o sujeito seja ativo e útil nos moldes da sociedade do consumo.

É possível, assim, afirmar que os discursos dos professores universitários aposentados sobre a docência, aposentadoria e a velhice produzem sentidos que se entrecruzam, pois ao falar de aposentadoria, o sujeito, ainda que não perceba, significa também sua relação com a profissão docente, e, ao mesmo tempo, aponta para sua relação com a velhice.

Nesse entrecruzamento, os dizeres produzem sentidos contraditórios que materializam as próprias contradições da sociedade capitalista e suas relações de trabalho, pois a chegada da aposentadoria pode trazer ao professor um afastamento de suas atividades docentes e, conseqüentemente, um estado de inutilidade, de inatividade, que estão ligados ideologicamente a sentidos negativos de velhice, como doença e espera da morte.

Esse processo nos mostra que, numa sociedade em que as relações entre os homens são regidas pelas leis do mercado, o magistério em sua diversidade de modalidades e níveis, também tende a ser capturado pela lógica capitalista. Por isso, é necessário, como afirmou Marx (2008), abolir a exploração do trabalho, uma vez que essa lógica faz do trabalhador uma mercadoria, determinando sua forma de viver, trabalhar e se aposentar.



## REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos do estado**: notas sobre os aparelhos ideológicos do estado (AIE). Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

AMARAL, Maria Virgínia Borges. **Discurso e relações de trabalho**. Maceió: EDUFAL, 2005.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 10.ed. Campinas: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. Evidências ideológicas que mobilizam a educação para o trabalho. In: **Revista Leitura**: ideologia e práticas discursivas. Maceió: EDUFAL, 1997.

BEAUVOIR, Simone. **A velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BRESSAN, Maria Alice et al. Aposentadoria e trabalho: percepções de servidores públicos de uma universidade federal. In: FRANÇA, Lucia; STEPANSKY, Daizy (Org.). **Propostas multidisciplinares para o bem-estar na aposentadoria**. Rio de Janeiro: Quarter-FAPERJ, 2012.p. 199-221.

CASTRO, Mônica. Idoso e aposentadoria: reflexões para novas atitudes no lazer. In: FRANÇA, Lucia; STEPANSKY, Daizy (Org.). **Propostas multidisciplinares para o bem-estar na aposentadoria**. Rio de Janeiro: Quarter-FAPERJ, 2012. p. 283-304.

CAVALCANTE, Maria do Socorro Aguiar de Oliveira. **Qualidade e cidadania nas reformas da educação brasileira**: o simulacro de um discurso modernizador. Maceió: EDUFAL, 2007.

COURTINE, Jean-Jacques. **Metamorfozes do discurso político**: as derivas da fala pública. São Carlos: Claraluz, 2006.

DEBERT, Guita Grin; SIMÕES, Júlio Assis. A aposentadoria e a invenção da Terceira Idade. In: DEBERT, Guita Grin(Org.). **Antropologia e velhice**: Textos didáticos. Campinas: IFCH/Unicamp, 1994. p. 29-44.

FERREIRA, Maria C. Leandro. A língua da análise de discurso: esse estranho objeto de desejo. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria C. Leandro. **Michel Pêcheux e a análise do discurso**: uma relação de nunca acabar. São Carlos: Claraluz, 2005. p. 213-218.

FLORENCIO, Ana Maria Gama et al. **Análise do discurso**: fundamentos & práticas. Maceió: EDUFAL, 2009.

HADDAD, Eneida. **A ideologia da velhice**. São Paulo: Cortez, 1986.

\_\_\_\_\_. **O direito à velhice**: os aposentados e a previdência social. São Paulo: Cortez, 1993.

INDURSKY, Freda. Da interpelação à falha no ritual: a trajetória teórica da noção de formação discursiva. In: BARONAS, Roberto Leiser. **Análise do discurso**: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. São Carlos: Pedro & João Editores, 2011.p. 77-91.

MAGALHÃES, Belmira. Discurso, ideologia, inconsciente. In: MARIANI, Bethania; MEDEIROS, Vanise (Org.). **Discurso e...: ideologia, inconsciente, memória, desejo, movimentos sociais, cinismo, corpo, witz, rede eletrônica, língua materna, poesia, cultura, mídia, educação, tempo, (homo)sexualidade**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012. p. 29-57.

MALDIDIER, Denise. **A inquietação do discurso**: (re)ler Michel Pêcheux hoje. Campinas: Pontes, 2003.

MARIANI, Bethania. **O PCB e a imprensa**: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989). Rio de Janeiro: Revan; Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.

\_\_\_\_\_. Análise do discurso e psicanálise. In: MARIANI, Bethania; MEDEIROS, Vanise (Org.). **Discurso e...: ideologia, inconsciente, memória, desejo, movimentos sociais, cinismo, corpo, witz, rede eletrônica, língua materna, poesia, cultura, mídia, educação, tempo, (homo)sexualidade**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012, p. 50-58.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Expressão popular, 2008.

\_\_\_\_\_. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MAUÉS, Olgaíses. As relações entre as condições materiais e do trabalho pedagógico na educação básica. In: PIZZI, Laura Cristina Vieira et al. **Trabalho docente: tensões e perspectivas**. Maceió: EDUFAL, 2012. p. 107-129.

MELO, Katia Maria Silva de. **Discurso, consenso e conflito: a (re)significação da profissão docente no Brasil**. Maceió: EDUFAL, 2011.

\_\_\_\_\_. **Formação e profissionalização docente: o discurso das competências**. Maceió: EDUFAL, 2007.

\_\_\_\_\_. Apontamentos sobre o trabalho docente e a instrução pública em Alagoas: o discurso sobre a mulher-professora. In: PIZZI, Laura Cristina Vieira et al. **Trabalho docente: tensões e perspectivas**. Maceió: EDUFAL, 2012.p.151-165.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MORALES, Blanca de Souza Vieira. O real da língua e o real da história – considerações a partir do texto La Lengua e Nunca Acabar. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Org.). **Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar**. São Carlos: Clara Luz, 2005.p. ??-??.

MORI, Nerli Nonato Ribeiro. **Memória e identidade: travessias de velhos professores**. Maringá: EDUEM, 1998.

ORLANDI, Eni. **Discurso em análise: sujeito, sentido e ideologia**. 2. ed. Campinas: Pontes, 2012a.

\_\_\_\_\_. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 10. ed. Campinas: Pontes, 2012b.

\_\_\_\_\_. Ler Michel Pêcheux hoje. In: ORLANDI, Eni (Org.). **Análise de Discurso: Michel Pêcheux**. 2. ed. Campinas: Pontes, 2011. p.11-19.

\_\_\_\_\_. **As formas do silêncio no movimento dos sentidos**. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

\_\_\_\_\_. **Interpretação, autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 4.ed.Campinas: Pontes, 2004.

\_\_\_\_\_. Ler Michel Pêcheux hoje. In: ORLANDI, Eni (Org.). **Análise de Discurso: Michel Pêcheux**. 2. ed. Campinas: Pontes, 2011. p.11-19.

\_\_\_\_\_. **Discurso e Texto: formulação** e circulação de sentidos. Campinas: Pontes, 2001.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Editora da Unicamp, 1988a.

\_\_\_\_\_. Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação. In: PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Editora da Unicamp, 1988b.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, F; HAK, T.(Org.). **Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 3.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997a.p.163-187.

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso, (AAD-69). ). In: GADET, F; HAK, T. (Org.). **Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 3.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997b. p.61-161.

\_\_\_\_\_. A Análise de Discurso: três épocas (1983). In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). **Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**.3.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997c.

\_\_\_\_\_. Sobre os contextos epistemológicos da Análise de Discurso. In: ORLANDI, Eni(Org.). **Análise de Discurso: Michel Pêcheux**. 2. ed. Campinas: Pontes, 2011a.p.283-294.

\_\_\_\_\_. Especificidade de uma disciplina de interpretação (A Análise de Discurso na França). In: ORLANDI, Eni (Org.). **Análise de Discurso: Michel Pêcheux**. 2. ed. Campinas: Pontes, 2011b. p. 227-230.

\_\_\_\_\_. Língua, “Linguagens”, Discurso. In: ORLANDI, Eni(Org.). **Análise de Discurso: Michel Pêcheux**. 2. ed. Campinas: Pontes, 2011c. p. 121-129.

\_\_\_\_\_. Ideologia – aprisionamento ou campo paradoxal? In: ORLANDI, Eni(Org.). **Análise de Discurso: Michel Pêcheux**. 2. ed. Campinas: Pontes, 2011d. p. 107-119.

\_\_\_\_\_. Reflexões sobre a situação teórica das Ciências Sociais e, especificamente, da Psicologia Social. : ORLANDI, Eni(Org.). **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. 2. ed. Campinas: Pontes, 2011e, p.21-53.

\_\_\_\_\_. Remontemos de Foucault a Spinoza. In: BARONAS, Roberto Leiser(Org.). **Análise de Discurso**: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. 2. ed. São Carlos: Pedro & João Editores, 2011f. p. 177-192.  
PÊCHEUX, Michel. O discurso: estrutura ou acontecimento. 5. ed. Campinas: Pontes, 2008.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da Educação Brasileira**: a organização escolar. 20. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

SADER, Emir. Prefácio. In. MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

STANO, Rita de Cássia. **Identidade do professor no envelhecimento**. São Paulo: Cortez, 2001.

STEPANSKY, Daizy. Trabalho, aposentadoria e cidadania: o real e o imaginário. In: FRANÇA, Lucia; STEPANSKY, Daizy (Org.). **Propostas multidisciplinares para o bem-estar na aposentadoria**. Rio de Janeiro: Quarter-FAPERJ, 2012.p. 305-334.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix, 1995.

SILVA SOBRINHO, Helson Flávio da.**Discurso, velhice e classes sociais**: a dinâmica contraditória do dizer agitando as filiações de sentidos na processualidade histórica. Maceió: EDUFAL, 2007.

\_\_\_\_\_. Os andaimes suspensos do discurso nos alicerces do real. In: FERREIRA, Maria Cristina Leandro; INDURSKY, Freda; MITMANN, Solange. **O discurso na contemporaneidade**: materialidades e fronteiras. São Carlos: Claraluz, 2009.

\_\_\_\_\_. Análise do Discurso: um olhar materialista sobre as evidências de sentido. In: Silva, L. R.; FREITAG, R. M. K (Org.). **Linguagem e representação discursiva II**: outros estudos. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010.

\_\_\_\_\_. Sujeito do discurso, ideologia e luta de classes: um espectro ronda a AD e não cessa de produzir sentidos. In: FERREIRA, Maria Cristina Leandro; INDURSKY, Freda;MITMANN, Solange (Org.). **Memória e história na/da análise do discurso**. Campinas: Mercado das Letras, 2011.

\_\_\_\_\_. Redes de sentidos e raciocínios antagonistas: a internet na interface do discurso. In: GRIGOLETTO, Evandra; STOCKMANS, Fabiele; SCHONS, Carme Regina. **Discursos em rede**: práticas de (re)produção, movimentos e resistência no ciberespaço. Recife: Editora Universitária – UFPE, 2011. p. 19-45.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Docentes universitários aposentados**: ativos ou inativos? Araraquara: Junqueira&Marin, 2007.

VIERA, Jarbas Santos; MARTINS, Maria de Fátima Duarte. Trabalho e saúde do professorado: ensaio sobre medo e esperança. In: PIZZI, Laura Cristina Vieira et al.(Org.). **Trabalho docente**: tensões e perspectivas. Maceió: EDUFAL, 2012. p. 91-106.

ZANDWAIS, Ana. **Perspectivas da análise do discurso fundada por Michel Pêcheux na França**: uma retomada de percurso. Santa Maria: UFSM, Programa de Pós-Graduação em Letras, 2009.